



**Cristóvão Filipe de  
Barros Neto Brandão**

**Determinantes do reembolso do microcrédito: o  
caso português**



**Cristóvão Filipe de  
Barros Neto Brandão**

**Determinantes do reembolso do microcrédito: o  
caso português**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Gestão, realizada sob a orientação científica do Mestre Jorge Humberto Fernandes Mota, Assistente do Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial da Universidade de Aveiro e do Professor Doutor António Carrizo Moreira, Professor Auxiliar do Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial da Universidade de Aveiro.

***Muhammad Yunus***

“Every poor person must be allowed a fair chance to improve his/her economic condition. This can be easily done by ensuring his/her right to credit. If the existing financial institutions fail to ensure that right, it is the obligation of the state and the world community to help find alternative financial institutions which will guarantee this fundamental human right. This is basic for the economic emancipation of the poor, in general, and poor women, in particular.”

## **O júri**

Presidente

**Professor Doutor Daniel Ferreira Polónia**  
professor auxiliar convidado, Universidade de Aveiro

**Professora Doutora Raquel Matias da Fonseca**  
professor auxiliar, Universidade de Aveiro

**Mestre Jorge Humberto Fernandes Mota**  
professor assistente, Universidade de Aveiro

## **Agradecimentos**

A toda a minha família, especialmente aos meus pais, tia, e irmã, e a todos aqueles que, de forma direta ou indireta, me transmitiram todo o apoio e motivação ao longo deste percurso, contribuindo para um maior incentivo para a conclusão da dissertação.

Aos meus orientadores Mestre Jorge Humberto Fernandes Mota e ao Professor Doutor António Carrizo Moreira, agradeço a disponibilidade, apoio e todo o acompanhamento prestado ao longo deste trabalho, e a todos os professores, que ao longo do meu percurso académico contribuíram para o meu crescimento pessoal.

Agradeço ao Sr. Dr. José Centeio, presidente da Associação Nacional de Direito ao Crédito, por toda a cooperação, disponibilidade e interesse demonstrado para com o propósito da dissertação. Agradeço, também, ao Sr. Vítor Campos, gestor de informação da ANDC, pelo seu contributo, ao disponibilizar os dados necessários à realização da investigação.

## Palavras-chave

Microfinança; Microcrédito; Determinantes do Reembolso; Regressão Logística Ordinal; Stata; Portugal; Empréstimo Individual

## Resumo

O microcrédito é um instrumento financeiro, direcionado principalmente a indivíduos com baixos rendimentos e em situação de exclusão económica e social. Procura enaltecer as capacidades empreendedoras dos seus beneficiários, a fim de estes saírem da situação menos favorável em que se encontram. Para que as instituições de microfinança garantam a sua sustentabilidade, viabilidade, bom funcionamento e um maior alcance dos seus programas de microcrédito, é necessário que o seu portefólio de clientes apresente uma taxa de reembolso significativamente positiva e elevada. O principal objetivo do presente estudo, assenta em determinar qual a influência que um conjunto de fatores exerce na capacidade de reembolso dos beneficiários do programa de microcrédito em Portugal. Assim, investigam-se os determinantes do reembolso do microcrédito por parte dos seus beneficiários, para o caso da Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC), a qual é uma instituição facilitadora do processo de microcrédito, cuja concessão dos empréstimos resulta de parcerias entre várias instituições bancárias, assentando na modalidade de empréstimo individual. A amostra compreende 752 beneficiários do microcrédito, tendo sido os dados disponibilizados pela própria ANDC. Aplica-se uma metodologia de regressão logística ordinal, de forma a identificar os principais fatores que influenciam o reembolso do microcrédito. Considerou-se, com base na literatura relevante, uma lista de fatores ou determinantes, que por sua vez foram divididos de acordo com três categorias, nomeadamente, as características individuais do mutuário (i), as características do empréstimo (ii), e as características do projeto/negócio (iii). Os resultados do estudo demonstram que o desempenho de reembolso dos mutuários é influenciado pelo seu nível educacional, pelo estado civil, pela nacionalidade, pela situação profissional e pelo setor de negócio.

**Keywords**

Microfinance; Microcredit; Determinants of Repayment; Ordinal Logistic Regression; Stata; Portugal; Individual Lending

**Abstract**

Microcredit is a financial instrument primarily intended at individuals with low incomes and in a situation of economic and social exclusion. It's an instrument that searches to enhance the entrepreneurial skills of its beneficiaries, so that they can be able to achieve a better economic and social situation. In order to microfinance institutions ensure their sustainability, viability, good operation and a largest outreach of their microcredit programs, it is necessary that their clients portfolio exhibits a positive and high repayment rate. The main purpose of this study is to ascertain what is the influence that a set of factors have in the repayment ability of the beneficiaries of the Portuguese microcredit programs. Therefore, this study investigates the determinants of microcredit loan repayment, based on the case of the National Association for the Right to Credit, a Portuguese institution that acts as a facilitator of the microcredit process, granting loans through partnerships with several credit institutions, adopting the individual lending mechanism. This study focus in a sample of 752 microcredit loans carried out in Portugal, by the ANDC. An ordinal logistic regression is applied, in order to identify the main factors that influence the microcredit loan repayment. Following the relevant literature and empirical evidence about the determinants of microcredit repayment, this study presents a set of factors that were grouped according to three categories, namely, the borrower individual characteristics, the loan characteristics and the characteristics of the business of the borrower. The results of this study show that the repayment performance of the borrowers is influenced by their educational level, marital status, nationality, professional situation and by the business sector.

# Índice Geral

Lista de Gráficos.....	ix
Lista de Tabelas .....	ix
Acrónimos .....	x
1. Introdução .....	1
1.1 Motivação para a Escolha do Tema .....	2
1.2 Objetivos da Investigação .....	2
1.3 Estrutura .....	3
2. Revisão da Literatura .....	5
2.1. Do Microcrédito à Microfinança.....	5
2.1.1. Conceitos de Microcrédito e de Microfinança .....	5
2.1.2. Origem e Evolução do Microcrédito: o <i>Grameen Bank</i> .....	8
2.1.3. Instituições de Microfinança (IMFs).....	10
2.1.4. Modalidades de Empréstimo: <i>Individual e Group Lending</i> .....	11
2.1.5. O Microcrédito em Portugal.....	13
2.2. O Desempenho do Reembolso nos Programas de Microcrédito.....	14
2.2.1. Principais Desafios da Microfinança: sustentabilidade e alcance ( <i>outreach</i> ) ..	15
2.2.2. Importância da Maximização das Taxas de Reembolso do Microcrédito.....	20
2.2.3. Efeito do Incumprimento na Rentabilidade e Sobrevivência das IMFs.....	22
2.2.4. Mecanismos de Minimização do Incumprimento .....	24
2.3. Os Determinantes do Reembolso do Microcrédito .....	27
2.3.1. Identificação dos Determinantes do Reembolso .....	28
2.3.2. Efeito dos Determinantes no Reembolso .....	32
3. Estudo Empírico .....	53
3.1. Objetivos .....	54
3.2. Variáveis e Hipóteses.....	54
3.2.1. Variável Dependente ou Explicada .....	54
3.2.2. Variáveis Explicativas.....	55
3.2.3. Variáveis Explicativas e Hipóteses: definição, categorização e sinal esperado	56



3.3. Amostra.....	58
3.4. Metodologia Estatística – Regressão Logística Ordinal .....	59
3.5. Modelo Econométrico .....	60
3.6. Resultados Obtidos .....	61
3.6.1. Descrição da Amostra .....	61
3.6.2. Correlação entre Pares de Variáveis: teste Qui-Quadrado .....	66
3.6.3. Estimções do Desempenho do Reembolso através do Modelo de Regressão Logística Ordinal .....	68
3.7. Análise e Discussão dos Resultados Obtidos.....	71
4. Conclusão.....	85
4.1. Considerações Finais.....	85
4.2. Limitações do Estudo.....	88
4.3. Sugestões para Futuras Investigações .....	89
Referências Bibliográficas.....	91
Anexos.....	101
Anexo I – Ocupações Remuneradas e Não Remuneradas.....	103
Anexo II – Divisão das Atividades das Microempresas de acordo com o CAE .....	105
Anexo III – Resultados da Regressão Ordinal <i>Probit</i> .....	107

## Lista de Gráficos

<b>Gráfico 1</b> Classificação dos mutuários baseada no seu desempenho do reembolso.....	62
--	----

## Lista de Tabelas

<b>Tabela 1</b> Resumo dos determinantes do reembolso e justificação das hipóteses – Caraterísticas do Mutuário.....	49
<b>Tabela 2</b> Resumo dos determinantes do reembolso e justificação das hipóteses - Caraterísticas do Empréstimo.....	50
<b>Tabela 3</b> Resumo dos determinantes do reembolso e justificação das hipóteses - Caraterísticas do Projeto/Negócio .....	51
<b>Tabela 4</b> Variáveis Explicativas e Hipóteses: definição, categorização e sinal esperado ..	56
<b>Tabela 5</b> Variáveis Explicativas e Hipóteses: definição, categorização e sinal esperado (continuação) .....	57
<b>Tabela 6</b> Descrição da amostra face aos determinantes e situação final do reembolso.....	63
<b>Tabela 7</b> Análise descritiva das hipóteses .....	65
<b>Tabela 8</b> Resultados do teste qui-quadrado .....	67
<b>Tabela 9</b> Resultados das estimações do desempenho do reembolso – modelo de RLO ....	69
<b>Tabela 10</b> Resultados das estimações do desempenho do reembolso – modelo de RLO (continuação) .....	70
<b>Tabela 11</b> Ocupações "extra-negócio" remuneradas e não remuneradas na amostra.....	104
<b>Tabela 12</b> Setores de atividade das microempresas da amostra .....	106
<b>Tabela 13</b> Resultados das estimações aplicando uma regressão ordinal <i>probit</i> .....	108

## **Acrónimos**

ACCION – *Americans for Community Cooperation In Other Nations*

ANDC – Associação Nacional de Direito ao Crédito

BANIF – Banco Internacional do Funchal

BCP – Banco Comercial Português

BIS – Banco de Inovação Social

BPI – Banco Português do Investimento

CAE – Classificação das Atividades Económicas

CGAP – *Consultative Group to Assist the Poor*

ECIV – Estado Civil

EDUC – Nível Educacional

EUA – Estados Unidos da América

FINCA – *Foundation for International Community Assistance*

GEN – Género

IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação

IDA – Idade

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional

IFNB – Intermediário Financeiro Não Bancário

IMF – Instituição de Microfinança

MICRE – Associação Microcrédito Portugal

MIX – *Microfinance Information Exchange*

MONT – Montante do Empréstimo

NAC – Nacionalidade

ONG – Organização Não Governamental

PER – Período do Reembolso

RLO – Regressão Logística Ordinal

SACS – *Supervised Agricultural Credit Scheme*

SEALS – *Special Emergency Loan Scheme*

SET – Setor do Negócio

SPROF – Situação Profissional

# 1. Introdução

---

O conceito de microfinança engloba vários tipos de serviços financeiros, como empréstimos, poupanças, seguros e outros produtos que são direcionados para os mais pobres e economicamente excluídos. O microcrédito, de uma forma geral, é um componente da microfinança que diz respeito ao ato de conceder um crédito de valor reduzido para fins empresariais (Ledgerwood, 1999; Mokhtar, Nartea, Zealand & Gan, 2012; Nawai & Shariff, 2010; Sengupta & Aubuchon, 2008).

A Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC), fundada em 1998, foi a grande pioneira na implementação do microcrédito em Portugal. A sua criação baseou-se na experiência do *Grameen Bank*, conduzida pelo professor de economia Muhammad Yunus, no Bangladesh, no ano de 1976. A missão da ANDC assenta em auxiliar os indivíduos que possuem capacidades empreendedoras e que, por sua vez, pretendem desenvolver um pequeno negócio, mas que não conseguem obter um empréstimo necessário, dado que não têm possibilidade de oferecer garantias reais. Através do microcrédito, a associação procura estimular a inserção social e a autonomia dos indivíduos com dificuldades financeiras ou em situação de exclusão, que por sua vez apresentam capacidade de iniciativa para criarem o seu próprio negócio. A concessão do microcrédito é feita através das instituições de crédito com as quais a ANDC tem protocolo (Alves, 2008; ANDC, 2015a).

O facto de o microcrédito ser direcionado para as pessoas com maiores dificuldades financeiras e que por sua vez não apresentam garantias reais, poderá representar um risco acrescido para a sustentabilidade e viabilidade das instituições responsáveis pela provisão deste instrumento financeiro. Uma instituição de microfinança (IMF) é sustentável quando consegue ser autossuficiente, cobrir todos os seus custos e ter lucro com os serviços prestados, o que faz com que estas enfrentem opções difíceis entre a sua sustentabilidade e o alcance sobre os seus clientes-alvo (Baklouti, 2013; Hartarska, 2005; Roslan & Karim, 2009).

De forma a serem financeiramente viáveis e sustentáveis, alcançando o maior número de indivíduos que apresentam maiores dificuldades, é muito importante que, entre

outros aspetos, o portfólio de clientes das IMF apresente taxas de reembolso elevadas (Godquin, 2004; Roslan & Karim, 2009). Para alcançar um equilíbrio entre a sustentabilidade e alcance dos seus programas de microcrédito, através de uma maximização das taxas de reembolso, será importante que as IMFs tentem determinar os fatores que influenciam a capacidade de reembolso dos seus clientes, e de que forma (Baklouti, 2013).

## **1.1 Motivação para a Escolha do Tema**

A escolha do tema da presente dissertação, elaborada no âmbito do Mestrado em Gestão, do ramo de Finanças, resultou, em primeiro lugar, de uma perceção do impacto e da crescente importância e interesse que o microcrédito tem vindo a registar, durante os últimos anos, também nos países mais desenvolvidos. No entanto, verificou-se que existe uma escassez quanto aos estudos que abordam a temática dos determinantes do reembolso no sistema de microcrédito português, o que por sua vez, constituiu a grande motivação em se procurar colmatar esta lacuna, procurando-se, assim, direcionar futuras investigações dentro do tema e contribuir para a divulgação do microcrédito em Portugal.

## **1.2 Objetivos da Investigação**

O principal objetivo da presente investigação assenta em determinar a influência que determinados fatores exercem sobre a capacidade de reembolso dos clientes dos programas de microcrédito em Portugal. Através de um modelo de regressão logística ordinal, estudar-se-á o efeito que fatores como a idade, o género, o nível educacional, o estado civil, a nacionalidade, a situação profissional, o montante do empréstimo, o período do reembolso e o setor do negócio exercem sobre a capacidade de reembolso dos beneficiários dos programas de microcrédito em Portugal.

Pretende-se, assim, auxiliar as instituições responsáveis pela concessão do microcrédito em Portugal, através da apresentação de linhas de orientação que lhes permitam reduzir a probabilidade de incumprimento dos seus clientes quanto ao reembolso do empréstimo, o que contribuirá, por sua vez, para que estas consigam garantir a sustentabilidade e viabilidade dos seus programas de microcrédito.

### **1.3 Estrutura**

A estrutura da presente dissertação encontra-se, após esta introdução, organizada da seguinte forma: no capítulo 2, serão apresentados os principais conceitos, teorias e fundamentos que sustentam a revisão da literatura elaborada para este estudo, e que se relacionam com a temática dos determinantes do reembolso nos programas de microcrédito. Para tal, numa primeira fase, tem-se um enquadramento conceptual e histórico da microfinança e do microcrédito, onde se apresentam os principais conceitos e características destes serviços/instrumentos financeiros, bem como a sua evolução histórica. Numa segunda fase, dar-se-á especial ênfase, à importância de se estudar o desempenho do reembolso nos programas de microcrédito, expondo-se os principais desafios colocados às IMFs e à necessidade destas procurarem maximizar as taxas de reembolso de forma a contornar tais desafios, bem como o efeito do incumprimento e os principais mecanismos, apontados pela literatura, para a sua minimização. Por último, recorrendo-se à principal literatura e evidência empírica sobre o tema apresentar-se-á, a identificação dos determinantes a incluir neste estudo, bem como qual o efeito que se prevê que estes exerçam sobre a capacidade de reembolso dos beneficiários do microcrédito, concluindo-se assim o capítulo 2, com a exposição e justificação das hipóteses formuladas, e que serão posteriormente testadas.

De seguida, no capítulo 3, será apresentado o estudo empírico desenvolvido no âmbito desta dissertação, evidenciando-se os principais objetivos do estudo, as variáveis e as hipóteses a serem testadas, a amostra, a respetiva metodologia e modelo econométrico, bem como a apresentação dos resultados obtidos, seguida, de uma análise e discussão dos mesmos. Numa fase final, no capítulo 4, serão apresentadas as conclusões deste estudo fazendo-se referência às principais limitações do mesmo, bem como algumas sugestões para futuras investigações e estudos empíricos dentro da temática.





## 2. Revisão da Literatura

---

### 2.1. Do Microcrédito à Microfinança

O objetivo do subcapítulo 2.1. assenta em apresentar um breve enquadramento conceptual e histórico da temática do microcrédito. Como a literatura apresenta, por vezes, o conceito de microcrédito e microfinança de uma forma indistinta, em primeiro lugar, será apresentada uma breve explicação de ambos os conceitos. De seguida, efetuar-se-á um pequeno enquadramento histórico, quanto à evolução do microcrédito, com especial ênfase na experiência do *Grameen Bank*, conduzida por Muhammad Yunus. Posteriormente, tem-se um esclarecimento quanto a um dos principais atores do processo de microcrédito, nomeadamente, as Instituições de Microfinança (IMFs). No seguimento do subcapítulo referido anteriormente, apresentar-se-á uma breve explicação de dois dos principais mecanismos de empréstimo adotados pelas IMFs, nomeadamente o Empréstimo em Grupo (*group-lending*) e o Empréstimo Individual (*individual-lending*). Conclui-se o presente subcapítulo com uma pequena exposição da forma como o microcrédito se estrutura em Portugal, dando especial ênfase à Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC), a qual foi responsável pela disponibilização dos dados necessários à realização da presente investigação.

#### 2.1.1. Conceitos de Microcrédito e de Microfinança

Constata-se que na literatura, por vezes, se verifica que os termos de microcrédito e de microfinança são apresentados de forma indistinta (Sengupta & Aubuchon, 2008), o que poderá induzir a que exista uma perceção errada de que ambos têm o mesmo significado, e que por sua vez apresentem as mesmas características. Tal poderá ficar a dever-se ao facto de existirem diferentes perspetivas teóricas quanto à conceptualização de ambos, contribuindo para a sua complexidade e difícil interpretação. Como tal, é importante sublinhar a diferença entre microfinança e microcrédito, apresentando-se as definições de ambos.

A microfinança consiste na provisão de serviços e produtos financeiros a microempresas com baixa rentabilidade, e indivíduos e famílias mais pobres, que se encontrem em situação de exclusão social<sup>1</sup>, e que por sua vez não consigam aceder e beneficiar das fontes de crédito formais (Ledgerwood, 1999; Otero, 1999). Estes serviços financeiros geralmente compreendem poupanças, seguros, empréstimos, *leasings*, transferências monetárias, serviços de pagamento, e outros produtos adaptados aos mais pobres (Ledgerwood, 1999; Mokhtar et al., 2012). Schreiner & Colombet (2001) definem a microfinança como uma tentativa de melhorar o acesso a depósitos e empréstimos de pequenos montantes, a famílias mais pobres que foram negligenciadas pelas instituições bancárias tradicionais. Como tal, a microfinança consiste na provisão de um conjunto de serviços financeiros, direcionados aos mais pobres e economicamente excluídos, situados tanto no meio rural como urbano, e que não conseguem beneficiar de tais serviços junto das fontes de crédito formais (Pasha & Negese, 2014).

Por seu turno, o microcrédito apresenta-se como uma componente ou vertente da microfinança, que assenta na simples provisão de serviços de crédito sob a forma de empréstimos de montantes reduzidos ou micro empréstimos, destinados a apoiar as microempresas e outras atividades criadoras de valor (Ledgerwood, 1999; Mokhtar et al., 2012; Sengupta & Aubuchon, 2008).

Segundo Nawai & Shariff (2010, p. 153) “o *Grameen Bank*<sup>2</sup> define o microcrédito como pequenos empréstimos concedidos aos pobres para a realização de projetos de auto emprego, que irão gerar rendimento e capacitá-los para se sustentarem a si próprios e às suas famílias”.

O Grupo Consultivo de Assistência aos Pobres<sup>3</sup> (*Consultative Group to Assist the Poor* - CGAP) define o microcrédito como um serviço financeiro básico prestado a

---

<sup>1</sup> Segundo Capucha et al. (2005, p. 4) “a noção de exclusão social se liga a défices de participação dos cidadãos na vida social e de satisfação dos seus direitos essenciais de cidadania, desde logo o direito a condições materiais de vida dignas, pelo que a pobreza pode ser tomada como um indicador-chave da exclusão social”.

<sup>2</sup> Criado por Muhammad Yunus, a atividade do *Grameen Bank* consiste, principalmente, em disponibilizar empréstimos aos mais pobres na região do Bangladesh (Kowalik & Martinez-miera, 2010).

<sup>3</sup> O CGAP resultou de uma parceria global de 34 organizações, da qual faz parte o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas, que desenvolvem soluções que visam melhorar o acesso dos mais pobres a serviços financeiros (CGAP, 2015).

indivíduos com baixos rendimentos e que não têm acesso a serviços bancários, sendo os montantes geralmente inferiores a 5.000 euros.

A Comissão Europeia, por seu turno, define o microcrédito como um empréstimo até 25.000 euros, considerando-o um instrumento de incentivo ao autoemprego, de criação e desenvolvimento de negócios de pequena dimensão e de apoio à procura individual de crédito. O grande objetivo assenta em proporcionar uma melhoria na situação profissional dos seus beneficiários, permitindo que estes saiam da situação de desemprego em que se encontram, contribuindo para a sua inclusão social (impacto social), através da criação de atividades geradoras de rendimento, que melhorem também a sua condição financeira (impacto económico). Uma microempresa é definida pela Comissão Europeia como uma empresa com menos de 10 trabalhadores (Canala, 2010).

O microcrédito distingue-se assim do crédito bancário tradicional, pelo facto de se destinar a apoiar quem tenha uma ideia de negócio economicamente viável, um perfil empreendedor e se encontre em situação económica desfavorecida. Desta forma, procura contribuir, em parte, para a promoção do autoemprego e para o fomento do empreendedorismo junto dos seus beneficiários, melhorando a sua situação económica.

Resumindo, de uma forma geral, o microcrédito é uma componente da microfinança que consiste, em primeiro lugar, no ato de conceder um crédito de valor reduzido, aos mais pobres, direcionado para fins empresariais ou para outras atividades criadoras de valor. Importa, também, referir que o microcrédito, para além da concessão do crédito, também engloba um processo de formação, acompanhamento e assistência técnica ao microempresário, tanto no processo de implementação do negócio, como durante a gestão futura do mesmo. Por outro lado, a microfinança engloba um amplo leque de instrumentos financeiros, como empréstimos (microcrédito), poupanças, seguros, cartões de crédito, *leasing*, e outros produtos e serviços que são direcionados para os mais pobres e economicamente excluídos, aplicados em vários fins, que não somente as atividades empresariais.

### **2.1.2. Origem e Evolução do Microcrédito: o *Grameen Bank***

O microcrédito assume-se como um instrumento financeiro que adota uma abordagem anti-pobreza, baseando-se nos pontos fortes dos mais pobres e não nas suas fraquezas ou limitações (Counts, 2008).

Ao longo dos anos, surgiram iniciativas que se assemelhavam ao microcrédito porém, o desenvolvimento e reconhecimento atual do microcrédito como um instrumento financeiro que permite aos mais pobres e economicamente excluídos o acesso a serviços financeiros, deve-se principalmente a Muhammad Yunus e à instituição financeira por ele criado em 1976, nomeadamente, o *Grameen Bank*, conhecido como o “banco dos pobres” (Afonso, 2010; Alves, 2006; Yunus, Moingeon, & Lehmann-Ortega, 2010). Para este reconhecimento do microcrédito contribuíram a declaração do ano de 2005, pela Organização das Nações Unidas, como o Ano Internacional do Microcrédito e a atribuição do Prémio Nobel da Paz de 2006 a Muhammad Yunus e ao *Grameen Bank*, pelos esforços em estimular o desenvolvimento económico e social através do microcrédito (Afonso, 2010; Alves, 2008; Demirgüç-Kunt, Beck & Honohan, 2008; Dixon, Ritchie & Siwale, 2007; Sengupta & Aubuchon, 2008).

Contudo, segundo Afonso (2010), para além do *Grameen Bank*, existiram outros programas e instituições que contribuíram, também, para o desenvolvimento e promoção do microcrédito, tais como, a *ACCION International* no Brasil, a *FINCA International* na Bolívia, o *Bank Rakyat* na Indonésia e *Agha Kan* no Paquistão. Por outro lado, tal como indica a autora, nos países em desenvolvimento, existiram outras iniciativas, como, os programas de crédito de apoio às pequenas explorações agrícolas, que antecederam e terão contribuíram para o aparecimento do microcrédito. Uma destas iniciativas, segundo Afonso (2010) foi a criação, a partir dos anos 30, das “instituições financeiras de desenvolvimento”, que eram compostas por bancos rurais privados, cooperativas e bancos especializados de desenvolvimento, e cujos seus programas se destinavam a pequenos agricultores que apresentavam dificuldades no acesso ao crédito. Porém, estes programas, não tiveram o sucesso esperado, devido à “dependência de fundos incertos e a elevada taxa de incumprimento dos empréstimos, cujo reembolso era definido com base nas expectativas de retorno dos investimentos (muitas vezes sobrestimadas) ” (Afonso, 2010, p. 21).

“Pouco a pouco se foi generalizado a ideia de que os pobres, excluídos ou em situação de carência não são pessoas sérias, não são capazes de assumir compromissos e, por isso, não são merecedoras de crédito” (ANDC, 2015b). A experiência do *Grameen Bank*, conduzida em 1976, por Muhammad Yunus, e que consistiu na concessão de um empréstimo de 27 dólares a 42 famílias demonstrou que os indivíduos que se encontram numa situação de dificuldade económica são capazes de cumprir com as suas obrigações de crédito, e que por sua vez, conseguem utilizar os montantes recebidos para criar atividades geradoras de valor, que lhes possibilite alcançar uma melhoria da sua situação económica e social (Counts, 2008; Roslan & Karim, 2009). Yunus, através da sua experiência, conseguiu provar que:

Não era preciso muito dinheiro para as pessoas terem uma vida autónoma, em relação a especuladores que atrofiavam as suas vidas; que os pobres, melhor que quaisquer outros clientes de crédito são capazes de assumir a totalidade dos seus compromissos, independentemente de não terem capacidade para prestar garantias; e que possibilitar que os mais desfavorecidos possam ser construtores do seu próprio destino, para além de ser o melhor caminho para ter uma vida melhor, é também um contributo indispensável para um desenvolvimento sustentável e para a construção de uma paz duradoura. (ANDC, 2015b)

O *Grameen Bank*, que começou como um projeto-piloto em 1976, em 1982 contava com cerca de 28.000 membros, pelo que em Outubro de 1983 se tornou no primeiro banco para os pobres, iniciando assim uma revolução no setor da banca e no campo da luta contra a pobreza, tendo conseguido, no ano de 2006, dar resposta às necessidades de crédito, de mais de sete milhões de famílias, permitindo melhorar a vida de milhões de pobres e desfavorecidos (Counts, 2008; Valadez & Buskirk, 2011; Yunus et al., 2010).

De facto durante os últimos anos, o microcrédito registou um crescimento e desenvolvimento exponencial nos países em desenvolvimento ou de terceiro mundo, pelo que o reconhecimento das suas potencialidades e benefícios também se tem alastrado aos países considerados desenvolvidos (Afonso, 2010). A partir do Bangladesh o microcrédito

expandiu-se para outros países da Ásia, África e América Latina e, também por países desenvolvidos, tanto na Europa como nos EUA, pelo que em Portugal, segundo Alves (2006), este instrumento de crédito surgiu através da criação da Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC), no ano de 1998.

### 2.1.3. Instituições de Microfinança (IMFs)

Os beneficiários do microcrédito são, na sua maioria, indivíduos em situação de pobreza e exclusão social e económica, que apresentam baixos-rendimentos, trabalham por conta própria, não dispõem de garantias reais ou pessoais, e cujo histórico de crédito é limitado ou inexistente (Counts, 2008; Ledgerwood, 1999; Roslan & Karim, 2009). Como tal, as características inerentes aos beneficiários do microcrédito fazem com que a concessão de empréstimo a estes represente um nível de risco maior. Isto, por sua vez, explica o facto de para estes indivíduos ser quase impossível obter crédito, junto das instituições financeiras formais<sup>4</sup>, o que faz com que estes apresentem por norma, um maior dificuldade no acesso às fontes de crédito tradicionais (Roslan & Karim, 2009; Von Pischke, 1991).

Neste sentido, surgiram as Instituições de Microfinança (IMFs) com o objetivo comum de preencher uma lacuna no setor da prestação de serviços financeiros (crédito e poupança), ao disponibilizar fundos direcionados aos mais pobres e economicamente excluídos, que por sua vez, se encontram envolvidos em atividades empresariais de micro ou pequena dimensão, nomeadamente, as microempresas. As IMFs disponibilizam fundos necessários à criação de novos negócios ou ao investimento em negócios já existentes, procurando aliviar os níveis de pobreza dos seus beneficiários (Godquin, 2004; Nawai & Shariff, 2012). As IMFs distinguem-se, assim, de outras instituições financeiras, principalmente, porque os seus serviços se direcionam para o grupo da sociedade que é

---

<sup>4</sup> “**Instituições formais** são definidas como aquelas que estão sujeitas não só a leis e regulamentos gerais, mas também a uma supervisão e regulamentação bancária específica. **Instituições semi-formais** são aquelas que são formais no sentido de serem entidades registadas sujeitas a todas as leis gerais relevantes, incluindo, o direito comercial, mas informais na medida em que, excetuando alguns casos, não se encontram sobre a regulamentação e supervisão dos bancos. **Prestadores informais** (geralmente referidos como instituições) são aqueles em que nem as leis especiais dos bancos nem o direito comercial geral se aplicam, e cujas operações são também tão informais que os litígios decorrentes do contacto com estes muitas das vezes não podem ser resolvidos com recurso ao sistema legal” (Ledgerwood, 1999, p. 97).

representada pela população mais pobre e desfavorecida, tanto social como economicamente, e que devido ao facto de não possuírem garantias são excluídas do acesso ao crédito bancário formal (Stiglitz, 1990).

De acordo com a classificação atribuída pela MIX (*Microfinance Information Exchange*)<sup>5</sup>, as IMFs podem ser Bancos Comerciais, Uniões de Crédito, Intermediários Financeiros Não Bancários (IFNB), Organizações Não Governamentais (ONG) ou Bancos Rurais (MIX, 2011).

Na sua maioria as IMFs são ONGs<sup>6</sup>, caracterizando-se por serem instituições sem fins lucrativos, sendo a sua atividade, habitualmente, financiada por fundos provenientes de terceiros, tais como o Estado, governos locais ou doadores (Canala, 2010; Nawai & Shariff, 2010). Porém, o sucesso dos programas de microcrédito, traduzido pelas elevadas taxas de reembolso que tem vindo a apresentar<sup>7</sup>, tem contribuído para que existam cada vez mais instituições inseridas no sistema financeiro formal, principalmente nos países desenvolvidos, a disponibilizarem serviços de microcrédito (Baklouti, 2013; Bhatt & Tang, 2002; Roslan & Karim, 2009).

As instituições financeiras comerciais disponibilizam o microcrédito de forma individual (*individual-lending*), sem requerer garantias reais aos mutuários, contrariamente à maioria das IMFs, orientadas por ONGs, cujo empréstimo é disponibilizado a um grupo de beneficiários, sendo estes todos responsáveis pelo processo de reembolso (*group-lending*) (Alves, 2008; Baklouti, 2013).

#### **2.1.4. Modalidades de Empréstimo: *Individual e Group Lending***

A temática do microcrédito é tipicamente associada à responsabilidade conjunta entre membros de um grupo, através da modalidade de empréstimo em grupo (*group-lending*). No entanto, uma grande parte das IMFs, como é o caso dos bancos comerciais

---

<sup>5</sup> A MIX é uma organização sem fins lucrativos, que dispõe de uma plataforma denominada *MIX Market*, onde é reunida informação analítica e de mercado sobre o setor da microfinança, e que tem como objetivo principal, o de promover serviços financeiros responsáveis para comunidades necessitadas (MIX, 2015).

<sup>6</sup> Por exemplo, no estudo do Banco Mundial, conduzido por Paxton & Cuevas (1996), de 206 IMFs inquiridas, 150 eram ONGs.

<sup>7</sup> O *Grameen Bank*, no Bangladesh, tem registado, quase sempre, taxas de reembolso na ordem dos 95% (Morduch, 1999).

que dispõem de serviços de microcrédito, concedem o empréstimo de forma individual (*individual-lending*) (Lehner, 2009).

O empréstimo em grupo (*group-lending*), também geralmente conhecido como empréstimo em solidariedade, foi um conceito iniciado pelo *Grameen Bank*, e traduz um mecanismo que permite que um número de indivíduos garanta o cumprimento do empréstimo através de garantias dadas por um grupo de mutuários. O empréstimo envolve a formação de grupos de indivíduos que têm em comum o objetivo de aceder a serviços financeiros. O incentivo para efetuar reembolsar é baseado, principalmente, na pressão exercida pelo grupo (*peer-pressure*), pois se um membro do grupo registar uma situação de incumprimento, os restantes membros serão responsáveis pelo pagamento do montante em dívida (Ghatak, 1999; Ledgerwood, 1999; Sengupta & Aubuchon, 2008).

Por outro lado, o empréstimo individual é definido como a provisão de crédito a indivíduos que não são membros de um grupo, que se caracteriza por uma responsabilidade individual sobre o montante do empréstimo. Através deste modelo, o empréstimo é concedido diretamente aos mutuários e estes serão os únicos responsáveis pelo reembolso do montante e respetivos juros, sem apoio financeiro de um grupo no caso de registarem situação de incumprimento. Nesta caso a IMF foca-se, somente, num cliente, sendo necessária uma maior monitorização, alocação de recursos e controlo por parte da instituição, de forma a disponibilizar serviços e produtos de microcrédito apropriados às necessidades específicas dos negócios dos seus clientes, o que, por sua vez, representa custos mais elevados para as IMFs. É um mecanismo comum nas instituições bancárias comerciais, apresentando um maior sucesso para negócios de maior escala, em áreas urbanas, e orientados para a produção e também para clientes que dispõem de alguma forma de garantia ou que apresentem um fiador. Nas áreas rurais, o mecanismo de empréstimo individual, também, poderá ter sucesso, especialmente, quando os seus beneficiários desempenham atividades agrícolas de pequena dimensão (Alves, 2008; Churchill, 1999; Hazeltine & Bull, 2003; Ledgerwood, 1999; Lehner, 2009).



### 2.1.5. O Microcrédito em Portugal

O microcrédito é um conceito recente em Portugal, mas que tem vindo a despertar cada vez uma maior atenção de um conjunto de entidades no país. Resultado disso é o facto de atualmente existirem um vasto conjunto de entidades que intervêm como operadoras/facilitadoras do microcrédito em Portugal, através da promoção e/ou disponibilização de soluções de microcrédito para financiamento de projetos de reduzida dimensão, direcionadas a um determinado grupo alvo. A natureza das entidades vai desde as instituições bancárias a não bancárias, como institutos públicos, associações sem fins lucrativos, cooperativas, entre outras (Alves, 2010).

A Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC), fundada em 1998, foi a grande pioneira e impulsionadora do microcrédito em Portugal, tendo sido criada com o objetivo de desenvolver no país a experiência do *Grameen Bank*, pelo que outras instituições surgiram nos anos seguintes (Alves, 2008; ANDC, 2015c). A ANDC é uma instituição privada sem fins lucrativos, pelo que, em resultado da sua atividade, obteve o reconhecimento como “instituição de utilidade pública”, passando, a dispor do Estatuto de Utilidade Pública (ANDC, 2015c). Os fins da ANDC assentam na:

Promoção e o desenvolvimento económico e social daqueles que se encontrem em situação de pobreza ou exclusão social, nomeadamente através de iniciativas que assegurem o acesso e a obtenção do crédito por parte dessas pessoas, permitindo-lhes o desenvolvimento de projetos de natureza económica geradores de autoemprego ou de microempresas. (ANDC, 2006, p. 1)

A ANDC é uma facilitadora do processo de microcrédito, pelo que, a concessão dos empréstimos resulta de parcerias entre várias instituições bancárias (Millenium BCP, Novo Banco, Caixa Geral de Depósitos e Caixa de Crédito Agrícola) e o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP). Os montantes que podem ser solicitados à ANDC, para a modalidade de microcrédito, vão desde os 1.000 até aos 15.000 euros. Aquando do crédito do valor do empréstimo, a ANDC não exige garantias reais aos beneficiários, porém, uma vez iniciado o processo de financiamento, será exigido ao mutuário a prestação de uma garantia pessoal, dada por um fiador (ANDC, 2015c).

Entre 1999 e 2014 o montante total do crédito concedido foi de 11.489.135€, pelo que só no ano de 2014, a ANDC foi responsável por mais de 1.600.000€ de microcrédito concedido, ultrapassando os mais de 850.000€ do ano anterior. A associação, entre 1999 e 2014 apoiou no total, 1941 projetos, sendo que entre 2013 e 2014, registou um aumento no número de projetos creditados, em 47,8 %, passando de 115, para 170 projetos. De referir que a procura pelo microcrédito também aumentou de 1689 candidaturas, em 2013, para 2119, no ano de 2014, o que traduz um crescimento de 25% (ANDC, 2014). Constatase, assim, que o microcrédito tem vindo a ganhar cada vez uma maior importância no país, como um importante instrumento financeiro, de promoção do autoemprego e do empreendedorismo, junto de um crescente número de beneficiários.

Como sinal do desenvolvimento do microcrédito em Portugal, desde a criação da ANDC, é o crescente número de entidades que têm surgido durante os últimos anos, de carácter público e privado. De facto, o microcrédito também despertou o interesse por parte do setor bancário português, tendo-se, atualmente, um conjunto de instituições bancárias que disponibilizam serviços de microcrédito na sua linha de produtos. De referir que, algumas das instituições, que têm protocolo com a ANDC dispõem também de uma rede autónoma de microcrédito, mantendo uma atuação em duas frentes, como intermediários financeiros para a ANDC e, diretamente, com os seus clientes (através da sua rede autónoma), como é o caso, por exemplo, do Millennium BCP. Para além da ANDC, tem-se, também, outras instituições e associações responsáveis pela promoção e provisão do microcrédito, como por exemplo, o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (IAPMEI), a Associação Microcrédito Portugal (MICRE); o Banco de Inovação Social (BIS), o Banco Internacional do Funchal (BANIF), o Banco Português do Investimento (Banco BPI), o Montepio, entre outras.

## **2.2. O Desempenho do Reembolso nos Programas de Microcrédito**

No presente capítulo, será demonstrada a importância de se estudar e investigar a temática do reembolso do microcrédito. Numa primeira fase, serão apresentados os principais desafios colocados às IMFs e quais as suas implicações para o normal

funcionamento da sua atividade. Esta questão irá remeter para o subcapítulo seguinte que enuncia a necessidade de as IMFs procurarem maximizar o seu desempenho do reembolso, que é representado pelas taxas de reembolso da respetiva carteira de clientes. De seguida, procura-se demonstrar de que forma o incumprimento constitui uma das principais causas do insucesso dos programas de microcrédito. Por último, são apresentados um conjunto de mecanismos que usualmente as IMFs colocam em prática, de forma a minimizar as taxas de incumprimento dos seus clientes.

### **2.2.1. Principais Desafios da Microfinança: sustentabilidade e alcance (*outreach*)**

Apesar do crescente reconhecimento das potencialidades da microfinança, como um mecanismo de redução da pobreza<sup>8</sup>, segundo Baklouti (2013), importa salientar que providenciar serviços e produtos financeiros aos indivíduos mais pobres, que não possuem garantias reais ou pessoais, não é um processo livre de risco, e que por sua vez se revela suscetível de colocar em causa a sua sustentabilidade. Além do mais, segundo Hermes & Lensink (2011), a microfinança é um negócio com custos elevados, como resultado dos elevados custos de transação e de informação que apresenta. Segundo Nawai & Shariff (2012), a maioria das IMFs compreende instituições semi-formais e informais, não orientadas para o lucro, pelo que a sua atividade é habitualmente financiada por fundos provenientes de terceiros, tais como o Estado, governos locais ou doadores. Ora o facto de as IMFs serem muito dependentes de subsídios para cobrir os seus custos elevados, significa que estas não são auto-sustentáveis. Ora, o grande objetivo de uma IMF passa por conseguir fazer chegar os seus produtos e serviços aos mais pobres, numa base sustentável, pelo que, tal como indicam Nawai & Shariff (2010), a sustentabilidade e viabilidade das IMFs são importantes para assegurar que estas continuem, no longo prazo, a disponibilizar financiamento aos seus destinatários, sem dependerem totalmente dos subsídios de doadores e/ou governos.

---

<sup>8</sup> Por exemplo, Cohen, Sebstad & Chen (1996) estudaram 32 IMFs de forma a determinar o impacto económico que estas produziram nas respetivas comunidades e países, tendo concluído que no geral, estas geraram um contributo positivo. Incidindo sobre o Equador, também Woller & Parsons (2002, p.11), concluíram que “a presença de múltiplas IMFs em economias locais de países subdesenvolvidos poderá ter um impacto económico significativo nessas comunidades”.

Segundo Ledgerwood (1999) as duas grandes metas da microfinança passam pelo alcance dos seus serviços e produtos (*outreach*), isto é, servir todos aqueles que têm sido consequentemente excluídos dos sistemas de crédito formais, e pela sua sustentabilidade, traduzida pela capacidade em gerar receitas que permitam cobrir os custos decorrentes da principal atividade. A literatura sobre microfinança gira em torno de *trade-offs*<sup>9</sup> e sinergias entre três objetivos gerais – sustentabilidade financeira, alcance sobre os mais pobres (*outreach*) e o impacto no seu bem-estar – também denominado como o “triângulo da microfinança” (Zeller & Meyer, 2002, p. 3).

Verifica-se que existe alguma discussão sobre o significado dos conceitos anteriormente referidos, bem como sobre qual destes é o objetivo mais importante para uma IMF e de que forma esta poderá alcançá-los. De acordo com Baklouti (2013), a sustentabilidade traduz-se na capacidade das IMFs para serem auto-suficientes, cobrir todos os seus custos e gerar receitas através dos serviços prestados, pelo que, segundo o autor:

Para ser financeiramente sustentável, um projeto ou instituição deve receber um fluxo de doações ou proveitos, de juros e comissões, que cubram custos operacionais, custos de inflação, custos relacionados com a desvalorização do portfólio, custos financeiros, um prémio de risco e o retorno sobre capital proveniente de investidores ou *shareholders* das IMFs. (como citado em La Torre & Vento, 2006, p. 55)

Quanto ao alcance (*outreach*), Navajas et al. (2000) define o conceito como o valor social do *output* da IMF em termos de profundidade (o quanto pobres são os clientes), valor para os beneficiários, custo para os clientes (custos de transação e taxas de juro), largura (número de clientes), comprimento (por quanto tempo o cliente beneficiará do serviço), e extensão (variedade dos produtos financeiros).

Por outro lado, segundo Navajas et al. (2000), o impacto mede os benefícios que os clientes conseguem obter através dos programas de microfinança.

---

<sup>9</sup> O *trade-off* compreende uma situação em que há um conflito de escolha entre duas situações benéficas. Quando se adota uma ação destinada a resolver um problema esta acarretará outro, o que irá obrigar a uma escolha em detrimento de outra.

As IMFs enfrentam vários desafios, dado que devem conseguir atingir um duplo objetivo, nomeadamente, disponibilizar serviços financeiros aos mais pobres (*outreach*) e garantir a sua sustentabilidade financeira, cobrindo os seus custos operacionais (Baklouti, 2013; Hartarska, 2005). Existem, assim, duas abordagens quanto à eficácia das IMFs em servir os mais pobres, nomeadamente, existem aqueles que consideram a sustentabilidade financeira - abordagem institucional - e outros que consideram o alcance (*outreach*) – abordagem social - como o principal objetivo dos programas de microfinança (Robinson, 2001).

As IMFs, cujo objetivo primário passa pela sustentabilidade financeira dos seus programas de microfinança, enfatizam a importância da sua capacidade para cobrir os custos de emprestar a partir do rendimento gerado por um excelente portfólio de crédito, reduzindo, ao máximo, os seus custos operacionais. Por outro lado, aquelas que adotam como principal objetivo, que os seus produtos e serviços alcancem os mais pobres, procuram em primeiro lugar usar o crédito para ajudar a aliviar a pobreza, principalmente, através da concessão de empréstimos com taxas de juro subsidiadas. Neste caso, uma incidência primária na sustentabilidade financeira, em última análise, segue contra o objetivo de servir o maior número de mutuários que se encontram numa situação de pobreza. Ou seja, existe um *trade-off* entre a sustentabilidade financeira e o alcance do programa de microfinança (Hermes & Lensink, 2011).

Por outro lado, a diferença entre optar pela sustentabilidade financeira ou pelo alcance dos programas de microfinança (*outreach*), segundo Rhyne (1998) assenta, também, na base de opiniões distintas quanto ao papel do governo, dos doadores e do setor privado. Aqueles que defendem a sustentabilidade financeira, como objetivo principal de uma IMF, creem que o setor privado deverá liderar o setor da microfinança a longo prazo. Estes também apontam para que os doadores não tenham a propensão para suportar os programas de microfinança a longo prazo, e que não sejam generosos o suficiente para apoiar estes programas a uma maior escala. Por outro lado, o setor privado apresenta os recursos suficientes e necessários para investir na microfinança, pelo que o investimento da sua parte só será feito, caso o setor da microfinança seja lucrativo.

Quanto aos que direcionam o seu objetivo para que os produtos e serviços financeiros tenham o maior alcance (*outreach*) possível, estes lidam com alguma

desconfiança e precaução quanto ao facto de os programas de microfinança serem liderados por organizações com fins lucrativos, acreditando que deverá ser o governo e as organizações sem fins lucrativos a liderar o setor da microfinança. Aqueles que defendem esta abordagem, referem que o setor privado poderá ignorar mais facilmente os mutuários mais pobres, baseando-se no facto de que estes apresentam um risco maior e que a escala das suas transações financeiras não é elevada (Morduch, 2000).

Segundo Hermes & Lensink (2011), verifica-se, que nos últimos anos, o debate entre ambas as abordagens (institucional e social) parece ter sido resolvido a favor daqueles que consideram a sustentabilidade financeira como o objetivo principal dos programas de microfinança. De facto, tal como indica o autor, a importância e necessidade de uma maior incidência na procura de garantir a sustentabilidade financeira das IMFs, tem sido cada vez mais sustentada pela maioria da literatura da microfinança. Para Hermes & Lensink (2011), o principal argumento apresentado pela abordagem institucional assenta no facto de que o alcance dos produtos e serviços financeiros (*outreach*) sobre os mais pobres, a uma larga escala, não poderá ser garantido a longo prazo, se as IMFs não forem financeiramente sustentáveis.

A sustentabilidade nas IMFs é orientada para assegurar a continuidade das suas operações a longo prazo, quando os doadores, parceiros de desenvolvimento e outros investidores não são capazes de disponibilizar fundos para o financiamento da respetiva atividade. No fundo, tem implícita a questão de como é que as IMFs irão conseguir garantir a continuidade das suas operações, no futuro, sem dependerem, em grande parte, de subsídios provenientes de doadores (Christen, 1997; Conning, 1999; Woller & Schreiner, 2006). Acompanhando esta tendência, os doadores, decisores políticos, e outros financiadores dos programas de microfinança, alteraram a sua política de atribuição dos subsídios, optando por financiar as atividades das IMFs com base na sustentabilidade financeira e eficiência apresentada pelas mesmas (Hermes & Lensink, 2011).

Esta incidência na sustentabilidade financeira e eficiência resulta de vários fatores, internos e externos, das atividades de microfinança. Internamente, a necessidade sustentabilidade resulta do facto de os funcionários e gerentes necessitarem de um acompanhamento constante do seu trabalho por parte das IMFs, especialmente quando estas últimas não recebem subsídios dos seus doadores (Morduch, 2000).

Externamente, resulta principalmente, de um declínio do apoio dos doadores, como resultado do crescente número de IMFs a necessitar desse mesmo apoio. Um outro fator prende-se com as mudanças nas operações e aumento da concorrência, resultantes do crescente envolvimento dos bancos comerciais nos serviços de microfinança (comercialização da microfinança). Por último, têm-se também em conta as mudanças tecnológicas no setor financeiro, que por sua vez facilitam a eficiência e diminuem os custos operacionais das IMFs (Hermes & Lensink, 2011; Rhyne & Otero, 2006).

Esta maior ênfase na sustentabilidade financeira, segundo Hermes & Lensink (2011) tem revelado preocupações quanto às consequências para o alcance (*outreach*) da microfinança, nomeadamente, quanto ao número de clientes que beneficiam dos serviços e produtos financeiros das IMFs e quanto ao impacto socioeconómico nos respetivos beneficiários. Segundo os autores é muito importante determinar se existe ou não um *trade-off* entre a sustentabilidade e o alcance (*outreach*), pelo que estes concluem, que há uma forte evidência de que, efetivamente este existe entre ambos os conceitos. Ou seja, Hermes & Lensink (2011) comprova que incidir principalmente sobre a sustentabilidade comprometerá os objetivos sociais das IMFs, indicando que converter as IMFs em instituições bancárias formais terá também consequências negativas para os mais pobres.

De facto, por tudo o que foi enunciado anteriormente, constata-se que existe um grande desafio colocado às IMFs, que assenta em determinar se estas devem atribuir principal ênfase à sustentabilidade ou, pelo contrário, ao alcance (*outreach*) dos seus produtos e serviços de microfinança. Ora, como foi já referido, o principal objetivo de uma IMF passa por contribuir para a redução da pobreza, através da provisão de serviços financeiros direcionados para os indivíduos mais pobres e economicamente excluídos, sem que estas dependam totalmente de subsídios. Como tal, o objetivo das IMFs só poderá ser alcançado se estas tiverem fundos suficientes para cobrir os custos operacionais, de financiamento e de procura do crédito, que resultam do facto destas instituições direcionarem os seus programas de microfinança para os indivíduos mais pobres, que por sua vez são caracterizados por apresentarem um elevado custo e risco de crédito. De acordo com Morduch (2000), a mudança tanto das necessidades das IMFs bem como das prioridades definidas pelos doadores e parceiros de desenvolvimento, resultou, na incerteza e falta de garantia da existência de subsídios como fontes de financiamento. Sem estes

subsídios, a sobrevivência das instituições de microfinança depende da sua rentabilidade e da obtenção de financiamento através das fontes de crédito comerciais. Os que enfatizam o desempenho financeiro das IMFs indicam que a sustentabilidade e a rentabilidade constituem o único princípio chave para a expansão, crescimento e um maior nível de alcance (*outreach*) sobre os clientes mais pobres (CGAP, 1998; Wright, 2000). De acordo com Nawai & Shariff (2010) a sustentabilidade constitui um pré-requisito para tornar os serviços micro financeiros permanentes, bem como largamente disponíveis.

### **2.2.2. Importância da Maximização das Taxas de Reembolso do Microcrédito**

As IMFs enfrentam dificuldades em optar em primeiro lugar pela sua sustentabilidade ou pelo alcance (*outreach*) dos seus serviços e produtos financeiros, verificando-se que existirá um *trade-off* entre ambos (Hermes & Lensink, 2011). Por um lado, de forma a maximizar a sua sustentabilidade, as IMFs tendem a aumentar os custos associados aos empréstimos, através da implementação de taxas de juro mais elevadas que as praticadas no mercado. Isto irá produzir um efeito negativo no alcance (*outreach*) dos serviços e produtos financeiros, dado que a implementação de taxas de juro elevadas contribuirá para um aumento do “preço” do empréstimo, podendo levar a que os indivíduos mais pobres (clientes-alvo) não tenham possibilidade de beneficiar das vantagens proporcionadas pelas IMFs (Baklouti, 2013). Por outro lado, e como já foi referido anteriormente, os beneficiários do microcrédito apresentam características que fazem com que o empréstimo direcionado para estes represente custos elevados e um maior risco (Hulme & Mosley, 1996; Kodongo & Kendi, 2013; Roslan & Karim, 2009), pelo que uma maior incidência no alcance (*outreach*), em detrimento da sustentabilidade financeira, contribuirá negativamente para a sobrevivência das IMFs.

De forma a evitar a dificuldade de optar ou pela sustentabilidade ou pelo alcance (*outreach*), é importante que as IMFs, independentemente de serem ou não orientadas para o lucro, procurem maximizar o seu desempenho do reembolso<sup>10</sup>, de forma a preservar a sua estabilidade (Baklouti, 2013; Godquin, 2004). Segundo Nawai & Shariff (2012) o

---

<sup>10</sup> “Um elevado nível do desempenho do reembolso é um pré-requisito para a sustentabilidade financeira, mas não é uma condição suficiente da saúde financeira, pois elevados custos administrativos ou elevados volumes de negócio do mutuário poderão ser a contraparte de taxas de reembolso elevadas” (Godquin, 2004, p. 1924).



desempenho do reembolso é medido pelo total do empréstimo pago dentro do prazo, de acordo com as condições definidas no contrato de crédito, e revela-se um indicador importante para permitir que as IMFs funcionem numa base sustentável.

De acordo com Ledgerwood (1999) a taxa de reembolso, traduz-se no histórico da taxa de recuperação do empréstimo, medido pelo montante dos pagamentos recebidos face ao montante em dívida. De facto, taxas de reembolso elevadas produzem benefícios tanto para as IMFs como para os beneficiários do microcrédito, dado que possibilitam a implementação de taxas de juro mais baixas, reduzindo assim o custo financeiro do empréstimo, permitindo que mais indivíduos em situação de pobreza tenham acesso a este (*outreach*). Por sua vez, taxas de reembolso elevadas também poderão refletir a adequação dos serviços e produtos das IMFs às reais necessidades dos seus clientes (impacto). Melhorar as taxas de reembolso poderá também permitir uma redução da dependência das IMFs de subsídios por parte de doadores, governos, e outras entidades (auto sustentabilidade). Por último, o desempenho do reembolso constitui uma variável importante para os doadores e agências de financiamento internacionais das quais ainda muitas IMFs dependem para obter fundos e financiamento (Godquin, 2004).

Posto isto, para que as IMFs consigam facilitar o acesso aos seus produtos e serviços por parte dos seus clientes-alvo, nomeadamente, indivíduos mais pobres e economicamente excluídos, criando um impacto positivo na sua vida, sem que a sua sustentabilidade financeira seja comprometida, um dos pré-requisitos é que estas apresentem taxas de reembolso elevadas. Como tal, para alcançar um equilíbrio entre a sustentabilidade e o alcance (*outreach*) dos programas de microcrédito através da maximização das taxas de reembolso, é importante que as IMFs tentem apurar quais os determinantes que influenciam o reembolso dos beneficiários do microcrédito que compõem o seu portfólio de clientes (Baklouti, 2013).

De facto, a taxa de reembolso constitui um dos principais indicadores da sustentabilidade, viabilidade e rentabilidade dos programas de microcrédito, sobre o qual os doadores, governos, e outros investidores demonstram particular atenção, quando decidem subsidiar a atividade das IMFs.

Apesar de existir a percepção de que os mais pobres apresentam um maior risco de crédito, as suas taxas de reembolso têm sido bastante positivas, pelo que o desempenho de reembolso das IMFs tem sido considerado bastante bom. As taxas de reembolso desses programas de microcrédito têm levado a crer que o empréstimo aos microempresários mais pobres poderá afinal não ser tão arriscado como se apresenta na literatura, sendo pelo contrário, um negócio potencialmente viável e rentável (Roslan & Karim, 2009). Esta viabilidade e rentabilidade dos programas de microcrédito seguem de acordo com a proposição *win-win* de Robinson (2001), em que o impacto social anda de “mãos-dadas” com a sustentabilidade financeira e com a filosofia de orientação para o lucro (Baklouti, 2013; Morduch, 2000).

Consequentemente, esta viabilidade e rentabilidade das IMFs, tem contribuído para que cada vez mais bancos comerciais, principalmente nos países desenvolvidos, também disponibilizem o microcrédito (Baklouti, 2013; Roslan & Karim, 2009). Ora os bancos comerciais disponibilizam o microcrédito de forma individual (*individual-lending*), sem requerer garantias reais aos mutuários, contrariamente à maioria das IMFs, orientadas por ONGs, cujo empréstimo é disponibilizado a um grupo de beneficiários, sendo estes todos responsáveis pelo processo de reembolso (*group-lending*).

Argumenta-se que as elevadas taxas de reembolso registadas pela maioria das IMFs se deve ao facto de estas disponibilizarem os empréstimos a grupos de mutuários, pelo que isto levanta a questão de como é que os bancos comerciais poderão assegurar taxas de reembolso elevadas nos seus programas de microcrédito. Como tal, tem-se também uma necessidade de se estudar quais os determinantes do reembolso, para os programas de microcrédito dos bancos comerciais, que assentam numa base de empréstimo individual (Roslan & Karim, 2009).

### **2.2.3. Efeito do Incumprimento na Rentabilidade e Sobrevivência das IMFs**

De acordo com Balogun & Adekunle (1988) o incumprimento do empréstimo poderá ser definido como incapacidade do mutuário de cumprir com as suas obrigações de reembolsar o crédito na sua totalidade. Segundo Addisu (2006) a taxa de incumprimento

corresponde ao número de empréstimos não cobrados e a empréstimos vencidos durante o período de referência.

Segundo Ledgerwood (1999) quando uma IMF não consegue recuperar o montante total do empréstimo, esta terá que recorrer a um fundo de provisão para cobrir a sua perda, representando um custo acrescido, que por sua vez terá um efeito negativo na sua rentabilidade. Ora, como já foi referido anteriormente, a rentabilidade de uma IMF influencia a decisão dos investidores e doadores de continuarem a financiar a sua atividade a longo prazo. A existência de situações de incumprimento no portfólio de clientes das IMFs poderá também ter implicações sociais e económicas para o país em que esta se insere (Addisu, 2006).

O problema de agência (*agency problem*), a seleção adversa (*adverse selection*) e o perigo moral (*moral hazard*), que resultam de assimetrias de informação, também contribuem para um aumento das taxas de incumprimento, fazendo com que as IMFs enfrentem problemas de reembolso, o que por sua vez constituirá uma causa primária do fracasso dos programas de microcrédito, bem como da sobrevivência das próprias instituições (Demirgüç-Kunt et al., 2008; Godquin, 2004; Nawai & Shariff, 2010).

A seleção adversa (*adverse selection*) define-se como a incapacidade do mutuante determinar o nível de risco dos mutuários, acabando por atribuir o empréstimo aos que apresentam um nível de risco maior e uma maior propensão para não retirar o devido benefício do montante recebido (Demirgüç-Kunt et al., 2008; Godquin, 2004; Sengupta & Aubuchon, 2008).

Por seu turno, o perigo moral (*moral hazard*) é definido, por um lado, como a tendência dos mutuários para direcionarem os seus recursos para outros fins que não os seus negócios, o que reduz a sua capacidade e probabilidade de efetuar o reembolso do montante do empréstimo, e, por outro lado, pela incapacidade do mutuante em detetar e prevenir tal comportamento (Demirgüç-Kunt et al., 2008; Godquin, 2004; Ledgerwood, 1999).

As assimetrias de informação, que provocam a seleção adversa e o perigo moral, ocorrem, quando a obtenção de informação sobre as características ou sobre o

comportamento dos mutuários representa um custo elevado para as IMFs (Godquin, 2004), e porque os mutuantes não conseguem observar e prever o comportamento dos mutuários durante todo o processo de reembolso do empréstimo (Nawai & Shariff, 2010).

O problema do reembolso, representado pelo incumprimento dos mutuários, traduz uma das questões mais importantes para as IMFs e que se reveste de interesse para todos os *stakeholders*, pelo que uma taxa de incumprimento elevada constituirá a causa primária de falhanço dos programas de microcrédito (Nawai & Shariff, 2010).

#### **2.2.4. Mecanismos de Minimização do Incumprimento**

Existem vários mecanismos que as IMFs poderão adotar para minimizar o incumprimento do reembolso do empréstimo por parte dos seus clientes. Segundo Ledgerwood (1999), uma gestão do incumprimento necessita de uma revisão detalhada dos métodos do empréstimo, dos procedimentos operacionais, e da imagem institucional da IMF, pelo que o incumprimento resulta usualmente de uma fraca conceção dos produtos e dos mecanismos de distribuição. Ledgerwood (1996) indica e descreve seis elementos essenciais para uma maior gestão e controlo do incumprimento, nomeadamente, que:

- O serviço de crédito deverá ser valorizado pelo cliente: o empréstimo deverá ir de encontro às necessidades dos clientes, o processo de disponibilização deverá ser o mais conveniente possível, e os mutuários deverão ficar com uma perceção de que existe uma preocupação e respeito por parte das IMFs.
- Os clientes deverão ser seleccionados com especial cuidado: o processo de seleção deverá ser capaz de detetar os mutuários ou empreendedores cujas atividades não lhes permitirão reembolsar o empréstimo.
- Tanto os funcionários da IMF como os clientes deverão perceber que um atraso no pagamento não é aceitável: os mutuários deverão entender, claramente, que ao beneficiarem do empréstimo concordam com o respetivo contrato de crédito, e que este deverá ser respeitado, efetuando o reembolso no prazo acordado.

- As IMFs necessitam de um sistema de gestão de informação preciso e rápido: os funcionários da IMF deverão conseguir identificar com facilidade e rapidez quais os mutuários incumpridores, através de um sistema de gestão de informação que forneça relatórios e monitorize os reembolsos dos empréstimos. Percebendo quais os clientes que se encontram numa situação de incumprimento, os funcionários da IMF poderão atuar com maior rapidez e providenciar um acompanhamento mais eficaz.
- O incumprimento necessita de um acompanhamento eficaz: assim que se identifique um mutuário em situação de incumprimento, o funcionário da IMF deverá, imediatamente, contactar o mutuário para comunicar que o incumprimento é inaceitável.
- As consequências do incumprimento deverão ser suficientemente penosas para os clientes: estas consequências deverão incluir um impedimento no futuro acesso a empréstimos; uma má avaliação de crédito; a cobrança de garantias; ações legais, visitas de cobradores da dívida, multas, entre outros.

Segundo Ledgerwood (1999), os mutuários que respeitem e valorizem os serviços prestados pela IMF, e que percebem que o incumprimento não será tolerado irão, provavelmente, efetuar o reembolso total dos empréstimos. Isto porque, segundo a autora, o incumprimento não resulta primeiramente da capacidade de reembolso do mutuário, mas sim da sua própria vontade em efetuá-lo.

De acordo com Baklouti (2013), procurando reduzir o risco de incumprimento e melhorar as taxas de reembolso, as instituições implementam mecanismos para lidar com problemas de informação pelo que, a este respeito, diferentes IMFs foram fundadas na base de atribuição do empréstimo a grupos de mutuários (*group-lending*), segundo o qual o próprio mutuário e o grupo são ambos responsáveis pelo reembolso do montante do empréstimo (responsabilidade conjunta).

Para o mecanismo de empréstimo em grupo, segundo constatou Armendariz & Morduch (2000), as reuniões dos respetivos membros permitem uma transmissão de conhecimento e formação, que se revela útil para aqueles que têm uma menor experiência

profissional e por outro lado influencia positivamente o desempenho financeiro dos micro-negócios.

Por outro lado, existem autores (Godquin, 2004; Madajewicz, 2011; Roslan & Karim, 2009) que apontam que o modelo de empréstimo em grupo (*group-lending*) permite minimizar o risco associado às assimetrias de informação: por exemplo, como os membros do grupo partilham uma responsabilidade conjunta, isto irá induzir a que os membros do grupo se auto-selecionem entre si e também proporcionará um incentivo para que os mutuários e os membros do grupo optem pelo projeto de investimento com menor risco associado (risco moral).

Para além de reduzir o risco moral (*moral hazard*), o empréstimo em grupo, também proporciona o incentivo para uma monitorização e pressão entre os membros do coletivo, o que levará a “boas” taxas de reembolso do empréstimo (Al-Azzam, Hill, & Sarangi, 2012; Dixon et al., 2007; Ghatak, 1999; Guttman, 2007). Segundo Roslan & Karim (2009) a pressão e monitorização do grupo, orientada para o reembolso dos seus membros, parece apresentar-se como um substituto das garantias reais e, por sua vez, diminui a probabilidade de incumprimento.

Importa referir que o mecanismo de empréstimo em grupo (*group-lending*) não é disponibilizada pelos bancos comerciais que dispõem do serviço de microcrédito, o que levanta a dúvida quanto ao que permite que uma instituição bancária consiga alcançar taxas de reembolso elevadas, a partir dos seus clientes que apresentam baixos rendimentos, e sem existirem garantias reais (Baklouti, 2013; Roslan & Karim, 2009). Nestes casos, também existem mecanismos que permitem que uma instituição bancária consiga apresentar taxas de reembolso elevadas a partir dos beneficiários do microcrédito, caracterizados por apresentarem baixos rendimentos, sem exigir garantias reais e sem recorrer à modalidade de empréstimo a grupos, esta última caracterizada por uma partilha da responsabilidade entre vários mutuários. Segundo Baklouti (2013), para este caso, têm-se, por exemplo, um conjunto de mecanismos propostos por Armendariz & Morduch (2000), que incluem uma oferta de serviços não-financeiros (por exemplo, formação adequada ao negócio), uma monitorização direta, prazos de pagamento regulares, e o uso de sanções de não-refinanciamento (incentivos dinâmicos).

Segundo Nawai & Shariff (2010), de forma a minimizar os problemas relacionados com o reembolso, poderá ser implementada uma maior relação entre o mutuante e o mutuário, através de uma maior monitorização, aconselhamento de negócios e reuniões frequentes, e para além disso, o mutuante poderá introduzir um sistema de recompensas para aqueles que reembolsam o empréstimo dentro dos prazos acordados.

Quando se lida com o incumprimento, tem que se ter em conta, que quando um cliente não tem possibilidade de efetuar o reembolso devido a doença, catástrofe, má gestão, ou outra situação negativa, poderá ser apropriado reagendar ou refinanciar o empréstimo. Reagendar o empréstimo significará estender o termo do empréstimo ou alterar o calendário de pagamento, ou ambos. Por outro lado, o refinanciamento do empréstimo refere-se à provisão de fundos adicionais ao montante inicialmente concedido ao mutuário (Ledgerwood, 1999).

Praticamente todos os programas de crédito enfrentam algumas perdas resultantes de dívidas incobráveis, como tal não será razoável esperar taxas de reembolso perfeitas. No entanto, conhecer a extensão dos “maus” empréstimos é um requisito essencial para definir uma taxa de juro apropriada e projetar produtos e serviços financeiros que sejam consistentes com as necessidades dos clientes e com a sobrevivência e crescimento das IMFs (Pischke, Yaron & Zander, 1998).

### **2.3. Os Determinantes do Reembolso do Microcrédito**

No presente capítulo, numa primeira fase, justificar-se-á, com base na literatura e evidência empírica, os determinantes ou fatores que serão considerados para a realização do presente estudo, e que por sua vez constituirão as variáveis explicativas. Apresentada a lista de variáveis explicativas a estudar, numa segunda parte, apresentar-se-á o respetivo efeito esperado de cada determinante, na taxa de reembolso do programa de microcrédito da ANDC. Conclui-se este capítulo, com um resumo dos determinantes a estudar, em que se apresentam as respetivas hipóteses e justificação da sua formulação.

### **2.3.1. Identificação dos Determinantes do Reembolso**

Constata-se que, na literatura existente, diversos autores investigaram a questão dos determinantes do reembolso do microcrédito, verificando-se um padrão semelhante quanto aos fatores e variáveis explicativas abordados pelos mesmos. No entanto, observa-se que a literatura e evidência empírica são muito dispersas e limitadas, principalmente, aos países considerados subdesenvolvidos (Nawai & Shariff, 2010).

Por exemplo, Njoku & Odii (1991) procuraram analisar o desempenho do reembolso dos pequenos agricultores, no âmbito do Regime de Empréstimo Especial de Emergência (SEALS), do Estado de Imo, na Nigéria. Os autores concluíram que, o montante do empréstimo, os anos de experiência do mutuário no setor agrícola, a agricultura como ocupação principal do mutuário, os anos de educação formal, a dimensão da família do mutuário, o período do reembolso, a dimensão da propriedade agrícola, o valor dos ativos e a taxa de juro do empréstimo, constituíram determinantes altamente significativas do incumprimento do empréstimo.

Também Arene (1992) procurou estudar a temática dos determinantes da taxa de reembolso, avaliando o sistema de crédito do Esquema de Crédito Agrícola Supervisionado (*Supervised Agricultural Credit Scheme - SACS*) do estado de Anambra, na Nigéria. As conclusões do seu estudo apontam para que a taxa de reembolso do empréstimo se encontra, diretamente, relacionada com o montante do empréstimo, a dimensão da propriedade agrícola, o rendimento do mutuário, a idade dos agricultores, os anos de experiência agrícola, o nível de educação formal dos mutuários, e com a adoção de técnicas de inovação.

Reinke (1998), incidindo sobre uma instituição de microcrédito sul-africana, concluiu, que o género do mutuário, o nível educacional, a idade e a localização do negócio, influenciaram efetivamente o reembolso do empréstimo. De forma a perceber o que determina a taxa de reembolso num conjunto de programas de microcrédito nos Estados Unidos, Bhatt & Tang (2002), agruparam os dados recolhidos em seis variáveis sócio económicas, concluindo que o nível educacional e a proximidade do local do negócio com a agência de crédito foram as variáveis que tiveram um impacto significativo, contribuindo para uma maior probabilidade de reembolso do empréstimo. Os mesmos



apontam ainda para que baixos custos de transação no acesso aos empréstimos se traduzem numa maior probabilidade de reembolso.

O estudo de Özdemir (2004) explora a relação entre o risco de incumprimento de crédito e um conjunto de variáveis demográficas e financeiras, recaindo sobre um banco privado turco. Aplicando uma regressão logística binária, os autores concluíram que foram as variáveis financeiras (maturidade do empréstimo e taxa de juro) que influenciaram, significativamente, a capacidade de reembolso dos clientes da instituição bancária.

Addisu (2006) procurou, no seu estudo, identificar alguns dos principais fatores que influenciam o desempenho do reembolso do empréstimo na microfinança, para o setor informal da cidade de Addis Ababa, capital da Etiópia. Segundo o autor, o desempenho do reembolso é influenciado por diversos fatores, que vão desde as características do mutuário, até fatores relacionados com as condições do empréstimo e da instituição de crédito.

A investigação conduzida por Oke, Adeyemo, & Agbonlahor (2007) teve como principal objetivo, o de disponibilizar uma análise empírica do reembolso do microcrédito no sudoeste nigeriano. Recolhendo informações de 200 membros das IMFs presentes na área de estudo, os autores concluíram que as variáveis que tiveram um impacto significativo sobre o reembolso foram o rendimento, a distância entre o local do negócio e o banco, o montante do investimento no negócio, as despesas socioculturais, o montante do empréstimo, o acesso a informação de negócios, o prazo entre a candidatura e a concessão do empréstimo, e o indicador de pobreza.

Já Roslan & Karim (2009) agruparam um conjunto de determinantes do reembolso de acordo com as características do mutuário, do projeto e do empréstimo, tendo estudado o efeito das mesmas para o modelo de microcrédito do Agrobank. Os autores concluíram que a probabilidade de incumprimento é influenciada, principalmente, pelo género do mutuário, pelo tipo de atividade do negócio, pela formação recebida pelo mutuário, pelo montante do empréstimo e pelo período acordado para o reembolso.

Numa perspetiva teórica Nawai & Shariff (2010) indicam quatro fatores influenciadores da taxa de reembolso, tais como, as características individuais do mutuário, do negócio, do empréstimo e as inerentes à instituição de crédito. Posteriormente, e a um

nível empírico, Nawai & Shariff (2012) investigaram os fatores que podem afetar a taxa de reembolso dentro de um conjunto de programas de microfinança na Malásia. Os resultados do estudo indicaram que fatores como o género, a distância entre o negócio e a agência de crédito, as vendas totais mensais, o montante total do empréstimo obtido, a monitorização do empréstimo e o tempo de concessão do montante do empréstimo afetaram, significativamente, o desempenho do mutuário no processo de reembolso.

Por outro lado, Mokhtar et al. (2012) indicam que as características do mutuário, do negócio e do empréstimo podem influenciar o reembolso. Incidindo em duas instituições de microcrédito na Malásia, os autores concluem que as variáveis que exerceram maior influência no reembolso foram, nomeadamente, a idade e o género do mutuário (caraterísticas do mutuário), o tipo de atividade (caraterísticas do negócio), o período, o modo e o montante do reembolso (caraterísticas do empréstimo).

Baklouti (2013) ao incidir sobre o sistema de microcrédito tunisino agrupou os principais determinantes do reembolso, consoante as características individuais do mutuário, do contrato de empréstimo, e comportamentais, sendo estas últimas respeitantes ao histórico dos empréstimos obtidos pelo mutuário. Os seus resultados demonstraram que fatores como o montante do crédito, o setor do negócio, o nível educacional, o número de empréstimos obtidos anteriormente, a idade do mutuário, o estado matrimonial e o género tiveram um impacto notório na estratégia de reembolso do empréstimo.

De facto, existe um consenso geral de que o reembolso é determinado pela boa vontade, capacidade e outras características do mutuário, pelas características do negócio do mutuário e das instituições de crédito, medida pela estrutura dos seus programas de microcrédito. Também, fatores externos como o ambiente político, económico e empresarial em que o mutuário opera, serão determinantes importantes do reembolso do empréstimo (Addisu, 2006; Derban, Binner & Mullineux, 2005).

Quanto às características do mutuário, diferentes estudos apontam para que o reembolso do empréstimo possa depender da “vontade” e capacidade daquele em efetuar o reembolso (Brehanu & Fufa, 2008; Özdemir, 2004). Como tal, o mutuário poderá reembolsar, na totalidade, o empréstimo ou “optar” pelo incumprimento (Brehanu & Fufa, 2008).

De acordo com Brehanu & Fufa (2008), o incumprimento poderá ser voluntário/intencional ou involuntário. Os autores indicam que o incumprimento voluntário ocorrerá quando o mutuário não reembolsa o montante total por vontade própria, mesmo tendo a condição e capacidade para o fazer. Já o incumprimento involuntário, segundo os mesmos autores, poderá ser causado por circunstâncias inesperadas e desfavoráveis que possam ocorrer no negócio do mutuário, e que, por sua vez, coloque em causa a sua capacidade de efetuar o reembolso.

Tal como é indicado por Greenbaum & Thakor (1995), é importante que a instituição de crédito tenha em atenção o histórico de crédito e as perspetivas económicas do mutuário, de forma a determinar a probabilidade do mesmo efetuar ou não o reembolso.

Segundo alguns autores, também as características do negócio se relacionam com a taxa de reembolso no microcrédito. Oke et al. (2007) enunciam que o lucro da empresa influencia significativamente a capacidade de reembolso do mutuário, sendo que qualquer negócio que apresente lucros terá maior probabilidade de capacitar os seus proprietários para efetuar o reembolso do empréstimo obtido.

Além disso, segundo Khandker, Khalily & Khan (1995), também o local em que o negócio se encontra poderá exercer influência sobre a capacidade de reembolso do proprietário. Características como o tempo que a empresa se encontra a operar no território, as condições rodoviárias da área envolvente, as infraestruturas educacionais e a densidade dos bancos comerciais na região, poderão também determinar a taxa de reembolso.

As características inerentes ao contrato de empréstimo e aos programas das instituições de crédito também podem influenciar e determinar a taxa de reembolso. Segundo Ledgerwood (1999), independentemente da abordagem da IMF, os produtos de crédito necessitam de ser definidos de acordo com as necessidades do mercado alvo. Para a autora, as IMF necessitam de estabelecer montantes de empréstimo, termos, requisitos colaterais (ou substitutos), taxa de juro e comissões adequadas aos seus destinatários, para que os seus produtos sigam de encontro às necessidades dos microempresários. Também Hulme & Mosley (1996) referem que as características do esquema de empréstimo constituem fatores importantes no desempenho do reembolso. De facto, as instituições de crédito também exercem um papel importante na taxa de reembolso, existindo autores que

enunciam que são as instituições, e não os mutuários, que causam, ou previnem, os níveis de incumprimento nos programas de microcrédito (Copisarow, 2000; Stearns, 1995).

Copisarow (2000) constatou que a taxa de incumprimento poderá ser elevada caso os programas de microcrédito sejam caracterizados por uma fraca conceção e implementação por parte das instituições de crédito. Tal como aponta Godquin (2004), os programas de microcrédito que forneçam tanto serviços de natureza financeira como não-financeira, tais como formação adequada e serviços de saúde, terão maior probabilidade de apresentar taxas de reembolso elevadas. Também Roslan & Karim (2009) apuraram que os mutuários que não obtiveram qualquer tipo de formação adequada ao seu negócio apresentaram uma maior probabilidade de incumprimento.

Através da literatura e da evidência empírica de estudos previamente realizados, dentro do tema do reembolso, bem como pelos dados disponibilizados pela ANDC, para o presente estudo, os determinantes do reembolso possíveis de serem analisados, encontram-se agrupados segundo três características principais, nomeadamente, as características individuais do mutuário, as características do empréstimo e, por último, as características do projeto/negócio. Mais especificamente, as características do mutuário compreendem a idade, o género, o nível educacional, o estado civil, a nacionalidade e a sua situação profissional. Já as características do empréstimo são constituídas pelo montante do empréstimo, e pelo período do reembolso. Por último, as características do projeto/negócio são representadas pelo setor do negócio do mutuário.

### **2.3.2. Efeito dos Determinantes no Reembolso**

Recapitulando o que foi enunciado, anteriormente, a escolha dos determinantes do reembolso, que por sua vez constituem as variáveis explicativas da presente investigação, resultaram da teoria e da evidência empírica de estudos previamente realizados dentro da temática do reembolso, bem como dos dados que a ANDC teve possibilidade de disponibilizar.

Enunciada a lista de variáveis explicativas a estudar, de seguida apresenta-se um conjunto de previsões quanto ao efeito que estas irão produzir no reembolso do empréstimo, no programa de Microcrédito Português. As previsões assumem extrema

importância, servindo de base à elaboração das hipóteses incluídas na análise empírica, e que permitirão determinar quais as variáveis explicativas que influenciam, efetivamente, a taxa de reembolso, e de que forma.

#### **(i) Características individuais do mutuário**

##### **IDADE**

Com base na literatura, considera-se que a idade do mutuário influencia o reembolso do empréstimo, porém constata-se que existem diferentes perspectivas quanto ao efeito que esta variável produz no reembolso do empréstimo.

Por um lado, crê-se que a idade exerce um efeito positivo sobre o reembolso, pelo que quanto maior a idade do mutuário menor será o risco de incumprimento. Por exemplo, Reinke (1998), incidindo sobre uma instituição de microcrédito Sul-Africana, no seu estudo, define como jovens mutuários, aqueles com idade inferior a 30 anos, e os mutuários mais velhos, aqueles com idade igual ou superior a 30 anos. Através dos resultados obtidos, o autor conclui que são os mutuários mais jovens que apresentam uma maior tendência para registar incumprimento no reembolso do empréstimo. Segundo Reinke (1998), os mutuários mais jovens terão uma maior propensão para continuar a procurar novas oportunidades de emprego no mercado de trabalho, sendo caracterizados por uma maior capacidade de empregabilidade, comparativamente aos mais velhos. Quanto aos mutuários mais velhos, segundo o autor, a sua maior tendência para efetuar o reembolso sem registar dificuldades/incumprimento, deve-se sobretudo ao facto de que estes tendencialmente possuem uma maior e relevante experiência de trabalho, obtida em empregos/negócios anteriores, que por sua vez irá beneficiar a sua própria empresa.

Para além disso, assume-se que a idade se encontra positivamente relacionada com o reembolso, pois, comparativamente aos mais novos, os mutuários mais velhos, devido às suas características pessoais e sociais, apresentam uma maior aversão ao risco, sendo mais conscientes, responsáveis e cautelosos em todo o processo de microcrédito, e por outro lado prevê-se que apresentem também uma maior riqueza acumulada durante a sua vida (Addisu, 2006; Baklouti, 2013; Boyle, Crook, Hamilton & Thomas, 1992; Brehanu & Fufa, 2008; Özdemir, 2004; Roslan & Karim, 2009).

Por outro lado, também se crê que os mutuários mais jovens, pelas suas características, apresentem um menor risco de incumprimento, face aos mais velhos. Tomando por exemplo o sector agrícola, Oladeebo & Oladeebo (2008) constataram, pelos resultados do seu estudo, que a idade influenciou negativamente e de forma significativa o reembolso dos mutuários, que constituíam a sua amostra. Segundo os autores, isto poderá ser justificado pelo facto de que as instituições de crédito tenderão a optar em primeiro lugar pelos agricultores mais jovens e dinâmicos em detrimento dos mais velhos, pois os mais jovens terão uma maior probabilidade de adotar novas técnicas e tecnologias de inovação. Certas atividades, tais como as atividades agrícolas, poderão exigir mais do mutuário, em termos físicos, por exemplo, o que a partir de uma certa idade poderá resultar em que estas sejam desempenhadas de forma menos eficiente e eficaz (Brehanu & Fufa, 2008). Também é argumentado que, face aos mais velhos, os mutuários mais jovens terão um menor risco de incumprimento, devido ao facto de apresentarem uma maior determinação, maior independência e maior grau de informação (Baklouti, 2013; Roslan & Karim, 2009).

Por último, Baklouti (2013, p. 373) argumenta ainda que “a idade poderá ter um efeito não-monótono nas taxas de reembolso”, o que é, efetivamente, comprovado pelo autor.

## **GÉNERO**

Grande parte da literatura e evidência empírica relevante considera que também o género do mutuário determina e influencia a taxa de reembolso no microcrédito, indicando que os mutuários do sexo feminino apresentam taxas de reembolso mais elevadas do que os mutuários do sexo masculino (Baklouti, 2013; Chaudhary & Ishfaq, 2003; Chirwa, 1997; D’Espallier, Guérin & Mersland, 2011; Derban et al., 2005; Dinh & Kleimeier, 2007; Hunte, 1996; Idoge, 2013; Khandker et al., 1995; Mokhtar et al., 2012; Papias & Ganesan, 2009; Reinke, 1998; Roslan & Karim, 2009; Wongnaa & Awunyo-Vitor, 2013).

Nos países subdesenvolvidos verifica-se que a maioria das mulheres é mais pobre do que os homens, sendo usual que estas sofram de uma maior pressão social e de

discriminação, pelo que historicamente considerava-se que as mulheres representavam um risco de crédito elevado (Bhatt & Tang, 2002; Khandker et al., 1995).

Nos países considerados desenvolvidos verifica-se que as mulheres poderão ser mais facilmente vítimas de discriminação tanto a nível laboral, como no acesso ao crédito bancário (Bhatt & Tang, 2002). No entanto, as IMFs têm vindo a promover uma maior participação das mulheres nos processos de microcrédito, dado que se tem observado que o seu risco de crédito é inferior ao dos homens, e que estas têm uma maior motivação e vontade para aplicar corretamente os montantes dos empréstimos bancários obtidos (Khandker et al., 1995).

Segundo Khandker et al. (1995), o *Grameen Bank*, criado por Muhammad Yunus, sendo o primeiro banco do mundo especializado em microcrédito comprova, efetivamente, que as mulheres apresentam um risco de crédito inferior ao dos homens, isto porque as taxas de reembolso registadas pelos mutuários do sexo feminino têm sido superiores à dos mutuários do sexo masculino. Por exemplo, e tal como é referido por Khandker et al. (1995), no ano de 1992, o *Grameen Bank*, registou uma taxa de reembolso de 97% para os clientes do sexo feminino, comparativamente aos 89% apresentados pelo sexo masculino.

De facto, a literatura sugere que as IMFs que dão maior ênfase aos indivíduos do sexo feminino apresentam taxas de reembolso elevadas. No estudo conduzido por D'Espallier et al. (2011) é feita uma análise empírica detalhada sobre a relação entre o género e o desempenho no reembolso, procurando comprovar com maior rigor que as mulheres apresentam um menor risco de crédito, comparativamente aos homens. Os autores incidiram sobre 350 IMFs presentes em 70 países, pelo que os seus resultados comprovam, efetivamente, que as IMFs que têm uma maior percentagem dos clientes do sexo feminino, apresentam um portfólio de menor risco, um nível mais baixo de *write-offs* e de provisões, o que por sua vez irá enaltecer o seu desempenho no reembolso. Além do mais, D'Espallier et al. (2011) referem que o efeito do género sobre o reembolso será mais forte para ONGs, instituições cujo empréstimo é concedido, individualmente, e para IMFs regulamentadas.

Crê-se que as mulheres apresentem características que enalteçam a sua capacidade de reembolsar o empréstimo com uma taxa de cumprimento superior à dos homens. Prevê-

se que as mulheres serão mais conscientes, mais cautelosas, e mais disciplinadas, financeiramente, do que os homens, influenciando, assim, positivamente, a sua capacidade de reembolso do empréstimo (Mokhtar et al., 2012; Özdemir, 2004; Reinke, 1998; Wongnaa & Awunyo-Vitor, 2013).

Segundo Demirgüç-Kunt et al. (2008, p. 124) “o reembolso é superior entre os mutuários do sexo feminino devido, maioritariamente, a investimentos mais cautelosos e a um menor risco moral”. Sharma & Zeller (1997) argumentam que se espera que as taxas de reembolso sejam elevadas para os mutuários do sexo feminino, dado que as mulheres tenderão a optar por projetos que apresentam um menor risco associado (aversão ao risco).

Incidindo sobre o sector agrícola, Papias & Ganesan (2009) alegam que as mulheres apresentam uma maior aptidão para gerir o seu rendimento dentro do seu seio familiar, pelo que os seus resultados comprovam, que são os mutuários do sexo masculino que apresentam uma maior tendência para registar incumprimento no reembolso do empréstimo. Por outro lado, existem autores que argumentam que o empréstimo direccionado para as mulheres poderá contribuir para o aumento do seu poder económico e inculcar nas mesmas uma cultura de disciplina financeira e uma ética de trabalho árduo, o que por sua vez irá contribuir para taxas de reembolso mais elevadas (Khandker et al., 1995; Roslan & Karim, 2009).

## **NÍVEL EDUCACIONAL**

Tendo por base a literatura e evidência empírica, espera-se que o nível educacional do mutuário se relacione diretamente com o reembolso, prevendo-se que influencie, positivamente, a sua capacidade em reembolsar o montante do empréstimo obtido (Arene, 1992; Bhatt & Tang, 2002; Oke et al., 2007; Oladeebo & Oladeebo, 2008; Pasha & Negese, 2014; Umamuefula, Onyeagocha, Angus, Dixie & Chukwuemeka, 2012; Wongnaa & Awunyo-Vitor, 2013).

Para Bhatt & Tang (2002), os microempresários em países considerados desenvolvidos como os EUA necessitam de traçar nichos de mercado específicos, de forma a atingirem um retorno elevado do seu investimento, e serem capazes de reembolsarem o seu empréstimo. Segundo os autores, os microempresários tenderão a necessitar de um



nível de educação mais elevado para compreenderem informação complexa, manter os registos do negócio, proceder à análise de cash-flows de forma a optar, mais facilmente, pelas decisões de negócio mais corretas e vantajosas. Através dos resultados obtidos, Bhatt & Tang (2002) constataam que o nível educacional do mutuário produziu efetivamente um efeito positivo na taxa de reembolso. Para além de apresentarem um maior nível de competências e conhecimentos, os empreendedores com um maior nível educacional, segundo Bhatt & Tang (2002), poderão também ter uma maior facilidade de encontrar um emprego *part-time*, traduzindo-se numa fonte de rendimento extra, rendimento esse que poderá ser canalizado para o reembolso do empréstimo, no caso de a empresa não conseguir alcançar o sucesso esperado.

Chaudhary & Ishfaq (2003) argumentam que será expectável que os empreendedores com um nível de educação mais elevada estejam dotados de uma maior capacidade de compreensão dos termos e condições do empréstimo, bem como de outros tipos de contratos, e para além disso, também conseguirão reagir mais rapidamente às mudanças tecnológicas, apresentando uma maior disponibilidade e facilidade para adotar novas técnicas e tecnologias, que contribuam para o aumento da produtividade da sua empresa.

Brehanu & Fufa (2008), incidindo sobre o sector agrícola da Etiópia, enunciam que a educação aumenta a capacidade dos agricultores em aceder, processar e usar a informação considerada relevante e proveniente de várias fontes, traduzindo-se, assim, num aumento dos seus rendimentos.

Addisu (2006), quanto ao nível educacional, considera três categorias, nomeadamente, nível primário de educação, nível secundário de educação e por último, nível de educação elevado. Pelos resultados obtidos, Addisu (2006) comprova que quanto maior for o nível educacional dos microempresários maior será a sua capacidade de reembolso, especialmente para aqueles que detêm um diploma universitário. Segundo o autor, os mutuários com um nível educacional superior tenderão a planear e avaliar melhor os seus negócios, antes de beneficiarem do microcrédito, e por outro lado irão aplicar o *know-how* técnico que obtiveram durante o seu percurso académico, o que fará com que tenham uma maior vantagem na fase inicial, e durante toda a gestão do seu negócio. Contrariamente, os mutuários com um nível educacional mais baixo tendem, por norma, a

direcionar o montante do empréstimo para outros fins, que não o seu negócio, o que comprometerá a sua capacidade futura de reembolso.

Também Baklouti (2013), por sua vez, apresenta no seu estudo, três níveis educacionais, nomeadamente, nível educacional baixo, intermédio (formação profissional) e elevado (ensino universitário). Incidindo sobre o Banco Tunisiano de Microfinança, o autor concluiu que os mutuários com um nível educacional intermédio apresentam um menor nível de risco comparativamente aos mutuários com um nível universitário ou educação mais elevada. Por outro lado, através dos resultados obtidos, também comprovou que os microempresários com um baixo nível educacional apresentam, de facto, uma maior probabilidade de incumprimento, comparando com aqueles que detêm um grau universitário ou maior nível educacional.

## **ESTADO CIVIL**

A literatura relevante aponta o estado civil como uma variável importante a estudar, indicando que esta influenciará a capacidade de reembolso dos mutuários. A sua importância, segundo Baklouti (2013, p. 373), resulta do facto de que é usual que o estado civil “seja considerado como um sinal de responsabilidade, confiança ou maturidade da parte dos mutuários”.

Os resultados dos estudos conduzidos por Vogelgesang (2003) e por Baklouti (2013) revelaram que são os mutuários solteiros que apresentam uma maior probabilidade de registar incumprimento ou atrasos no reembolso do empréstimo, isto porque, segundo os autores, os mutuários solteiros tendem a ser menos responsáveis do que os casados. Também, nos estudos de Carling, Jacobson, & Roszbach (1998) e de Jacobson & Roszbach (2003), os seus autores referem que os mutuários casados tenderão a efetuar o reembolso do empréstimo mais rapidamente.

Contrariamente, os resultados obtidos por Dinh & Kleimeier (2007) apontam uma maior taxa de incumprimento para os mutuários casados, isto porque, segundo os autores, estes tenderão por norma a apresentar uma família mais numerosa, o que irá contribuir para um aumento da probabilidade de estes despendem uma maior parcela do seu rendimento,

em despesas relacionadas com a sua família, resultando assim numa maior pressão financeira, que por sua vez se irá limitar a sua capacidade para efetuar o reembolso do empréstimo. Sendo a maior parte da amostra do estudo, conduzido por Wongnaa & Awunyo-Vitor (2013), constituída por mutuários casados, os autores concluem que estes demonstram uma menor capacidade de reembolsar o empréstimo, dado que, inerente aos indivíduos casados, existe uma maior probabilidade de apresentarem uma família numerosa, onde será gasto a maior parte do rendimento obtido.

## **NACIONALIDADE**

Em Portugal, o programa de microcrédito promovido pela ANDC procura garantir o acesso ao crédito a pessoas excluídas das fontes de crédito tradicionais. Mais especificamente, no caso do microcrédito em Portugal, também os imigrantes podem aceder ao microcrédito, pelo que segundo Dias, Silva, Kumar & Ralha (2009), verifica-se uma situação comum aos outros países europeus, no sentido de que este instrumento financeiro abrange uma oferta de produtos específicos destinados ao investimento e aos negócios, sendo que os montantes assegurados pelo mesmo parecem ser sempre associados às necessidades de investimento dos imigrantes. Constata-se que, quanto ao impacto da nacionalidade do mutuário na taxa de reembolso do microcrédito, a literatura e evidência empírica é escassa ou mesmo inexistente, porém, optou-se por incluir a variável no presente estudo, de forma a apurar se esta influencia a capacidade de reembolso do mutuário.

Quanto à nacionalidade verifica-se que poderá existir uma tendência para uma menor probabilidade de as instituições de crédito concederem empréstimos a cidadãos estrangeiros, condicionando, assim, o seu acesso ao crédito bancário tradicional. Por exemplo, Bos (2010), incidindo sobre o sistema de crédito tradicional sueco, obteve resultados que apontam para que, de facto, os imigrantes, apesar de apresentarem taxas de atividade mais elevadas do que os nativos, apresentem uma menor probabilidade (cerca de 6%) de obterem crédito bancário. Segundo o autor, esta discrepância é particularmente maior quando se tratam de imigrantes com descendência africana.

Em Portugal, um estudo relevante para se compreender como se caracteriza o acesso dos cidadãos estrangeiros aos serviços bancários portugueses é o conduzido por Dias et al. (2009). Os mesmos autores enunciam que existem um conjunto de fatores que constituem principais obstáculos ao acesso dos imigrantes aos serviços bancários em Portugal, tais como, a difícil situação económica que enfrentam (acentuada pela crise económica vivida a partir de 2008 em Portugal), a vulnerabilidade laboral que os caracteriza, bem como fatores ligados à própria condição de imigrante. Segundo os autores, na análise de risco do cliente estrangeiro por parte dos bancos portugueses, mais do que a nacionalidade, pesam as características e os estereótipos associados à condição de imigrante. Características e estereótipos tais como, a maior mobilidade a que os imigrantes são geralmente associados, e que traduz um maior risco de não cumprirem com as suas obrigações, o facto de muitos cidadãos estrangeiros não possuírem documentação de residência em Portugal, e também as barreiras linguísticas e culturais que estes apresentam, e que por sua vez dificultam a relação dos cidadãos estrangeiros com os bancos, caracterizando-os como clientes de risco. Os imigrantes apresentam algumas fragilidades no que diz respeito à sua inclusão nos países de destino, nomeadamente, “residência não estabilizada, dificuldades de comunicação, quadros culturais que nem sempre se compatibilizam bem com os dos países de destino; agressividade de alguns nas comunidades de receção, exploração por parte de empregadores, etc...” (Alves, 2008, p. 279).

Ao estudar-se a influência da nacionalidade na capacidade de reembolso do mutuário, não se pretende com isto, que caso os cidadãos estrangeiros verifiquem uma maior tendência para registar incumprimento, as entidades de microcrédito tenham uma atitude discriminatória perante os mesmos. Pretende-se, sim, determinar se as instituições de microcrédito necessitam de ter particular atenção aos clientes de nacionalidade estrangeira, adotando estratégias e medidas especiais, que visem minimizar as dificuldades acrescidas que este grupo possa encontrar na fase de candidatura ao empréstimo, bem como durante o respetivo processo de reembolso.

## SITUAÇÃO PROFISSIONAL

No momento da candidatura ao programa de microcrédito da ANDC, o respetivo candidato indica a sua situação profissional pelo que esta também será considerada como uma importante variável a estudar. A situação profissional indicará se o mutuário, para além do seu negócio, possuiu uma outra ocupação profissional remunerada, que por sua vez se traduz numa fonte alternativa de rendimento. Como tal, pretende-se apurar se a situação profissional do mutuário influenciou, realmente, o reembolso do empréstimo.

Na literatura e evidência empírica verifica-se que existem diferentes estudos, cujos resultados apontam para que uma ocupação “extra negócio” influenciará, positivamente, a capacidade de reembolso do mutuário, fazendo com que aqueles que possuem uma outra ocupação, por sua vez, sejam os que apresentam uma maior probabilidade de reembolso e/ou taxas de reembolso elevadas (Brehanu & Fufa, 2008; Idoge, 2013; Mashatola & Darroch, 2003; Ojiako & Ogbukwa, 2012; Vogelgesang, 2003; Wongnaa & Awunyo-Vitor, 2013).

Tal como argumenta Vogelgesang (2003), o rendimento do mutuário necessita de ser suficientemente alto para que este consiga cumprir com o pagamento das prestações do empréstimo dentro do prazo definido, e sem enfrentar dificuldades durante todo o processo de reembolso. Segundo o autor, no caso de as prestações serem demasiado elevadas ou no caso da receita do negócio ser inferior ao esperado, o mutuário irá enfrentar dificuldades no reembolso do empréstimo, pelo que, nestes casos, é essencial que este disponha de fontes alternativas de rendimento. Uma outra ocupação profissional remunerada permitirá que os mutuários possam recorrer a uma fonte de rendimento alternativa para reembolsar, atempadamente, o montante do empréstimo obtido (Chaudhary & Ishfaq, 2003; Roslan & Karim, 2009)

Por exemplo, no estudo de Brehanu & Fufa (2008), cuja amostra compreende um conjunto de agricultores de pequena-escala da Etiópia, o rendimento alternativo ao negócio dos mutuários constituiu um fator, cujo efeito no reembolso foi positivo e, estatisticamente, significativo. Tendo em conta que o setor agrícola é caracterizado e influenciado pela sua sazonalidade, segundo Brehanu & Fufa (2008), o rendimento alternativo às atividades agrícolas permitirá auxiliar os agricultores a reembolsar o montante do empréstimo,

mesmo em períodos de fraca colheita e também quando o período de reembolso coincide com a época da prática de preços baixos. Wongnaa & Awunyo-Vitor (2013) recaindo sobre o setor agrícola de um distrito do Gana, também concluíram que o rendimento proveniente de outras atividades não agrícolas produziu, de facto, um impacto positivo e estatisticamente significativo na taxa de reembolso dos mutuários. Os resultados obtidos pelos autores indicam que os agricultores, que tiveram acesso a um rendimento alternativo, apresentaram uma probabilidade de 49,7 % de reembolsar o empréstimo, comparativamente àqueles, cujo rendimento dependeu, somente, da sua atividade agrícola.

## **(ii) Caraterísticas do empréstimo**

### **MONTANTE DO EMPRÉSTIMO**

A maioria da literatura e evidência empírica, que aborda a questão dos determinantes do reembolso no microcrédito, indica que o montante do empréstimo produz um impacto significativo na taxa de reembolso dos seus beneficiários (Addisu, 2006; Arene, 1992; Baklouti, 2013; Carling, K. et al., 1998; Chaudhary & Ishfaq, 2003; Copisarow, 2000; Godquin, 2004; Idoge, 2013; Jacobson & Roszbach, 2003; Jiménez & Saurina, 2004; Kočenda & Vojtek, 2012; Ledgerwood, 1999; Mokhtar et al., 2012; Nawai & Shariff, 2010, 2012; Njoku & Odii, 1991; Oke et al., 2007; Oladeebo & Oladeebo, 2008; Roslan & Karim, 2009; Sharma & Zeller, 1997; Umamuefula et al., 2012). Como tal, também o montante do empréstimo constituiu uma importante variável a incluir no presente estudo.

É importante que uma IMF defina um limite mínimo e máximo para o montante do empréstimo a conceder, isto para que este siga de encontro às necessidades dos seus beneficiários e que, por sua vez, não ponha em causa a capacidade destes em efetuar o reembolso. A definição de um montante de empréstimo apropriado estará, inteiramente, dependente da capacidade de endividamento do beneficiário, que é traduzido pelo destino que este pretenderá dar ao montante obtido e pela capacidade para efetuar o reembolso sem registar atrasos ou dificuldades (Ledgerwood, 1999). Segundo Baklouti (2013, p.374), a presente variável “reflete a intenção, aversão ao risco, ou autoavaliação da capacidade de reembolso”.

Posto isto, constata-se, através da literatura e estudos relevantes para o tema, que existem duas possibilidades quanto ao modo como o montante influencia ou poderá influenciar o reembolso do empréstimo. Por um lado, têm-se autores, cujos resultados apontam para que quanto maior o montante do empréstimo, menor serão as taxas de reembolso apresentadas pelos mutuários (Carling, et al., 1998; Chaudhary & Ishfaq, 2003; Copisarow, 2000; Godquin, 2004; Jacobson & Roszbach, 2003; Mokhtar et al., 2012; Njoku & Odii, 1991; Sharma & Zeller, 1997). Uma das razões prende-se com o facto de que existirá uma maior tendência e um maior incentivo para o beneficiário do empréstimo aplicar uma parcela do montante obtido em outros fins que não o seu negócio, nomeadamente, em despesas de consumo próprio e em outras atividades não produtivas (Chaudhary & Ishfaq, 2003; Njoku & Odii, 1991; Van Gool, Verbeke, Sercu & Baesens, 2012). Copisarow (2000), por sua vez, indica que montantes elevados não são os mais adequados para micro negócios. Segundo o constatado por Mokhtar et al. (2012), a probabilidade de incumprimento será maior quanto maior o montante do empréstimo, especialmente para os mutuários que verifiquem um baixo ciclo de *cash flows*. Já Chaudhary & Ishfaq (2003) indicam que quanto maior forem os montantes, mais rigorosos serão os termos e condições inerentes ao empréstimo (taxa de juro superior, por exemplo) o que tenderá a criar dificuldades ao mutuário no reembolso. Com um aumento no volume do crédito, o mutuário terá maiores dificuldades para cumprir com as obrigações do empréstimo recorrendo a fundos pessoais (Brehanu & Fufa, 2008; Sharma & Zeller, 1997). Também as sanções ou multas incrementais, aplicadas quando o mutuário não cumpre com as suas obrigações, contribuem para que, nestes casos, quanto maior for o montante do empréstimo, maior será o custo associado ao seu incumprimento, o que dificultará ainda mais o seu reembolso por parte do mutuário (Brehanu & Fufa, 2008; Sharma & Zeller, 1997).

Contrariamente têm-se autores que concluíram que montantes elevados contribuem para um aumento da capacidade de reembolso dos mutuários (Addisu, 2006; Arene, 1992; Baklouti, 2013; Idoge, 2013; Jiménez & Saurina, 2004; Nawai & Shariff, 2012; Oke et al., 2007; Oladeebo & Oladeebo, 2008; Roslan & Karim, 2009; Umamuefula et al., 2012). Uma das razões, segundo Jiménez & Saurina (2004) deve-se ao facto de que, quando se tratam de montantes de empréstimo elevados, as instituições de crédito tomam uma atitude mais cautelosa perante a concessão dos mesmos, passando a envolver um maior número de

indivíduos com um nível elevado de experiência na concessão de crédito. Segundo Oke et al. (2007), um maior montante irá contribuir para um aumento da produtividade dos beneficiários do empréstimo, dado que estes ainda não alcançaram a sua capacidade ideal de utilização do respetivo montante. Já Oladeebo & Oladeebo (2008) referem que quanto maior o montante do empréstimo, maior será a verba que o microempresário terá disponível para investimento, o que poderá levar a que este tenha uma maior possibilidade para adotar novas tecnologias, que poderão enaltecer a sua capacidade de gerar rendimentos e, consequentemente, contribuir para que o empréstimo seja reembolsado na sua totalidade. Roslan & Karim (2009) referem que montantes mais pequenos são insuficientes e limitados, o que poderá criar problemas de *cash flow* aos mutuários, afetando o negócio dos mesmos. Os autores também constataram, através da realização de inquéritos, que a maioria dos mutuários do sistema de microcrédito do Agrobank indicou que o montante concedido é limitado e insuficiente, o que por sua vez contribuiu para uma maior taxa de incumprimento. Papias & Ganesan (2009) argumentam que os mutuários que beneficiam de empréstimos de montantes elevados terão uma maior propensão para obter um maior lucro proveniente de economias de escala. Nawai & Shariff (2012), indicam que um maior montante recebido pelo mutuário irá fazer com que este tenha um fundo suficiente para financiar o seu negócio, permitindo que obtenha um lucro maior e que registre um crescimento do seu perfil de negócio. Já Umamuefula et al. (2012) constatou que o montante do empréstimo influenciou positivamente a taxa de reembolso, sustentando que os montantes superiores tornam possível a realização de maiores investimentos com potencial de apresentar elevadas taxas de retorno. Também verifica, no seu estudo, que cerca de 75% dos beneficiários indicaram que os montantes dos empréstimos eram inadequados e insuficientes. No caso de Portugal, através de um inquérito dirigido a 595 beneficiários do programa de microcrédito da ANDC, Silva (2014) enuncia que também estes indicam que o montante de microcrédito disponibilizado é limitado.

### **PERÍODO DO REEMBOLSO**

A presente variável mede a maturidade de um empréstimo em meses (Dinh & Kleimeier, 2007). O período de tempo em que o reembolso do montante total do contrato de empréstimo terá que ser efetuado, constitui uma das variáveis mais importantes na microfinança, pelo que a IMF que consiga ajustar esta variável às necessidades dos seus



clientes, terá uma maior probabilidade de registrar, no seu portfólio, taxas de reembolso elevadas (Ledgerwood, 1999). Prevê-se, para o presente estudo, que a maturidade do empréstimo influencie a taxa de reembolso, porém, existem autores que apresentam diferentes perspectivas quanto ao efeito (negativo ou positivo) que a variável exerce sobre a capacidade de reembolso do mutuário.

Através de um conjunto de exemplos, Ledgerwood (1998) demonstra que, em parte, os cash-flows apresentados pelo mutuário determinam a sua capacidade de conseguir satisfazer os seus compromissos financeiros (cobertura de serviço da dívida). Ou seja, períodos de reembolso demasiado curtos poderão ser prejudiciais para os mutuários, dado que estes poderão, ainda, não ter gerado receita suficiente para cumprirem com as primeiras prestações do empréstimo obtido. Por outro lado, segundo a autora, períodos de reembolso demasiado longos serão prejudiciais para os mutuários que, no futuro, não possam beneficiar de novos empréstimos sem que os que se encontram por cumprir já tenham sido efetivamente reembolsados na sua totalidade.

Roslan & Karim (2009), através dos resultados do seu estudo, concluem que quanto maior for o período do reembolso, maior será a probabilidade de incumprimento. Os autores suportam o argumento apresentado por Ledgerwood (1998), de que os cash-flows determinam a capacidade do mutuário em conseguir satisfazer os seus compromissos financeiros (cobertura de serviço da dívida), pelo que, os períodos de reembolso que sejam superiores ao ciclo do plano de negócios poderão ser prejudiciais para os mutuários. Segundo Roslan & Karim (2009), com a obtenção do montante do empréstimo o mutuário apresentará um rendimento mais elevado, o que fará com que, nos primeiros meses, possa ter a tentação de gastar uma grande parcela do seu rendimento em outros fins que não o seu projeto ou negócio, o que contribuirá para que este apresente dificuldades nos últimos meses do período de reembolso.

Chaudhary & Ishfaq (2003) enunciam duas perspectivas para o efeito da presente variável no reembolso. Para os autores, períodos demasiado curtos poderão prejudicar o reembolso do empréstimo obtido, isto porque um negócio, por norma, demorará algum tempo até produzir um retorno significativo do investimento. Por outro lado, estes referem, que um período de reembolso elevado faz com que os mutuários direcionem o seu

rendimento para outros fins não relacionados com o seu negócio, resultando numa menor capacidade financeira para cumprir com o pagamento da prestação do empréstimo.

Godquin (2004), incidindo sobre um conjunto de IMFs do Bangladesh, conclui que a duração do empréstimo tem um impacto significativo e positivo no processo de reembolso, pelo que um maior prazo irá aumentar a probabilidade de o mutuário efetuar o reembolso, especialmente quando se tratam de montantes elevados.

Segundo Derban et al. (2005), um aumento do período de reembolso poderá também contribuir para que o valor das prestações seja menor, sendo o pagamento das mesmas mais acessível ao mutuário, o que poderá traduzir uma maior taxa de reembolso. Os autores procuraram identificar no seu estudo os fatores institucionais que influenciam as taxas de incumprimento apresentadas por 16 Instituições Financeiras de Desenvolvimento Comunitário no Reino Unido, tendo concluído que quanto maior a maturidade do empréstimo, maior será a taxa de reembolso.

No caso do setor agrícola, por exemplo, Njoku & Odii (1991) e Idoge (2013) apontam para que a taxa de reembolso será maior, quanto maior for o período do reembolso. Isto porque, segundo enuncia Njoku & Odii (1991), períodos de reembolso mais longos permitirão que uma grande parte dos investimentos realizados pelos agricultores produza um retorno adequado para efetuar o reembolso das prestações do empréstimo, dentro dos prazos definidos.

### **(iii)Caraterísticas do projeto/negócio**

## **SETOR DO PROJETO/NEGÓCIO**

O desempenho do mutuário no processo de reembolso poderá também ser influenciado pelo sector de atividade do seu negócio, dado que os diferentes tipos de projetos apresentam diferentes níveis de risco e, consequentemente, de rentabilidade (Roslan & Karim, 2009). As microempresas portuguesas atuam em diferentes setores económicos, sendo a sua atividade classificada de acordo com o código CAE <sup>11</sup>. De acordo com Clark (1940), Fisher (1939) e Fourastié (1954), uma economia de um país é dívida em

---

<sup>11</sup> INE (2007)

três setores, nomeadamente, setor primário, secundário e terciário. Como tal, através do CAE, tem-se para o setor primário as atividades ligadas à natureza, como a agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca; para o setor secundário as atividades industriais transformadoras, a construção, a produção de energia, e para o setor terciário ou dos serviços, o comércio, o turismo, os transportes e as atividades financeiras.

Besley & Coate (1995) argumentam que o setor agrícola é o mais incerto e por essa razão apresentará as maiores taxas de incumprimento. Comparando a ocupação principal dos mutuários, e definindo a mesma, como agrícola ou outras atividades não-agrícolas, Chaudhary & Ishfaq (2003) concluem, através dos resultados obtidos, que serão os mutuários que têm como ocupação principal a agricultura, que encontrarão as maiores dificuldades para efetuar o reembolso do empréstimo obtido. Isto porque, segundo os autores, o rendimento que provém de atividades agrícolas tenderá a ser volátil, devido a razões relacionadas com a variabilidade das condições climáticas, do mercado e dos preços. Como os outros setores não serão, no geral, tão suscetíveis a tais eventualidades, o respetivo retorno ao investimento será relativamente mais estável para atividades não-agrícolas. Roslan & Karim (2009), por sua vez, constataram que os negócios correspondentes ao sector dos serviços apresentaram uma menor probabilidade de incumprimento, comparativamente aqueles envolvidos em atividades de produção. Segundo os autores, os seus resultados apontam para que o sector dos serviços apresente um menor nível de risco. Também Mokhtar et al. (2012) concluem que os mutuários, cuja atividade principal se insere no setor agrícola, compreendendo atividades agrícolas, de pecuária e de pesca, terão uma maior tendência para enfrentar problemas no reembolso do montante de microcrédito do empréstimo. Tal como os autores indicam, os seus resultados suportam a hipótese de que pelo facto de a agricultura depender em grande parte das condições climáticas, faz com que se registem oscilações na produção que escapam ao controlo dos agricultores, o que por sua vez terá um impacto negativo na receita do negócio ou projeto, dificultando, assim, o processo de reembolso por parte do mutuário.

Por outro lado, Van Gool et al. (2012) indicam que a agricultura se assume como o setor que apresenta maior segurança, devido a um maior controlo social e à baixa volatilidade inerente. No estudo conduzido por Baklouti (2013), foi o setor agrícola que apresentou a taxa de reembolso mais elevada, de cerca de 98.8%. Pelos resultados obtidos,

o autor indica, que comparativamente às atividades de serviços, artesanais ou de pequenas trocas, são os negócios que se inserem no sector agrícola que apresentam uma maior probabilidade de os mutuários pagarem as suas dívidas. Por outro lado, Baklouti (2013) refere que será o setor dos serviços que apresenta uma maior probabilidade de registar uma maior taxa de incumprimento por parte dos mutuários.

**Tabela 1** Resumo dos determinantes do reembolso e justificação das hipóteses – Caraterísticas do Mutuário

<i>(i) Caraterísticas Individuais do Mutuário</i>			
<i>Justificação da(s) Hipótese(s)</i>	<i>Hipóteses</i>	<i>Autores</i>	<i>Determin.</i>
Caraterísticas associadas à idade do mutuário poderão influenciar o reembolso. Os mais jovens poderão apresentar um maior grau de independência; uma maior capacidade de empregabilidade e facilidade em implementar novas técnicas e tecnologias de inovação. Os mais velhos tenderão a apresentar uma maior experiência profissional, uma maior responsabilidade e aversão ao risco. Poderá, também existir um efeito não monótono da idade nas taxas de reembolso.	<b>H1:</b> Idade menor que 25 e maior que 45 exerce um efeito positivo no reembolso <b>H2:</b> Idade compreendida entre 25 e 45 exerce um efeito negativo no reembolso	(Addisu, 2006; Baklouti, 2013; Boyle et al., 1992; Brehanu & Fufa, 2008; Oladeebo & Oladeebo, 2008; Özdemir, 2004; Reinke, 1998; Roslan & Karim, 2009)	Idade
Por norma, são os mutuários do sexo feminino que apresentam taxas de reembolso mais elevadas. Comparativamente aos homens, as mulheres apresentam uma maior motivação e aptidão para aplicar os montantes de forma correta, são mais conscientes e disciplinadas financeiramente, sendo mais cautelosas nos seus investimentos (maior aversão ao risco) e apresentam uma maior satisfação para adotar uma ética de trabalho árduo e uma cultura assente na disciplina financeira.	<b>H3:</b> O género feminino influencia positivamente o reembolso	(Bhatt & Tang, 2002; D'Espallier et al., 2011; Demirgüç-Kunt et al., 2008, p. 124; Khandker et al., 1995; Mokhtar et al., 2012; Özdemir, 2004; Reinke, 1998; Roslan & Karim, 2009; Sharma & Zeller, 1997; Wongnaa & Awunyo-Vitor, 2013)	Género
Os mutuários necessitam de um nível de educação mais elevado de forma a compreenderem informação mais complexa, manter corretamente os registos do negócio, proceder à análise de cash-flows, optar pelas decisões de negócio mais vantajosas, bem como para conseguirem reagir mais facilmente às mudanças tecnológicas, contribuindo para o sucesso da sua organização, e consequente capacidade de reembolso.	<b>H4:</b> O nível educacional influencia positivamente o reembolso	(Addisu, 2006; Arene, 1992; Bhatt & Tang, 2002; Brehanu & Fufa, 2008; Chaudhary & Ishfaq, 2003; Oke et al., 2007; Oladeebo & Oladeebo, 2008; Pasha & Negese, 2014; Umamuefula et al., 2012; Wongnaa & Awunyo-Vitor, 2013)	Nível Educacional
Prevê-se que o estado civil do mutuário, também exerça influencia sobre a sua capacidade de reembolso. Por um lado, os mutuários solteiros, geralmente, apresentam um menor grau de responsabilidade, o que contribui, negativamente, para a sua capacidade de reembolso. Por outro lado, os mutuários casados tenderão a apresentar uma família mais numerosa, com mais dependentes, o que irá aumentar a sua despesa, que será coberta por uma maior parcela do seu rendimento, contribuindo, negativamente, para a sua capacidade de reembolso.	<b>H5:</b> Casado influencia o reembolso <b>H6:</b> União de facto influencia o reembolso <b>H7:</b> Solteiro influencia o reembolso <b>H8:</b> Divorciado influencia o reembolso <b>H9:</b> Separado influencia o reembolso <b>H10:</b> Viúvo influencia o reembolso	(Baklouti, 2013; Carling, et al., 1998; Dinh & Kleimeier, 2007; Jacobson & Roszbach, 2003; Vogelgesang, 2003; Wongnaa & Awunyo-Vitor, 2013)	Estado Civil
Existe uma maior propensão para o cidadão estrangeiro enfrentar barreiras linguísticas e culturais que possam dificultar a sua relação com os bancos e a associação de microcrédito, bem como para lidar com a implementação e funcionamento do seu negócio.	<b>H11:</b> Nacionalidade portuguesa influencia positivamente o reembolso	(Alves, 2008; Bos, 2010; Dias et al., 2009)	Nacionalidade
O mutuário possuir outra ocupação profissional remunerada, para além do seu negócio, terá uma fonte alternativa de rendimento. No caso de verificar uma receita de negócio inferior ao esperado, ou quando as prestações do empréstimo são demasiado elevadas, será essencial que o mutuário disponha de fontes de rendimento alternativas para fazer face ao reembolso do montante obtido, sem apresentar dificuldades durante o processo.	<b>H12:</b> Uma ocupação “extra-negócio” remunerada exerce um efeito positivo sobre o reembolso	(Brehanu & Fufa, 2008; Chaudhary & Ishfaq, 2003; Idoge, 2013; Mashatola & Darroch, 2003; Ojiako & Ogbukwa, 2012; Roslan & Karim, 2009; Vogelgesang, 2003; Wongnaa & Awunyo-Vitor, 2013)	Situação Profissional

**Tabela 2** Resumo dos determinantes do reembolso e justificação das hipóteses - Caraterísticas do Empréstimo

<i>(ii) Caraterísticas do Empréstimo</i>			
<i>Justificação da(s) Hipótese(s)</i>	<i>Hipóteses</i>	<i>Autores</i>	<i>Determin.</i>
Por um lado, montantes demasiado elevados poderão não ser os mais indicados para os micro-negócios. Mais rigorosos serão os termos e condições inerentes ao empréstimo, e poderá existir uma má distribuição do montante total obtido pelo mutuário, em despesas extra-negócio. Por outro lado, no caso de montantes elevados as instituições de microcrédito tomam uma atitude mais cautelosa na concessão do empréstimo. Aponta-se, também, que montantes menores poderão ser insuficientes e limitados, podendo criar problemas ao negócio dos mutuários.	<b>H13:</b> Existe uma relação entre o montante do empréstimo e o reembolso	(Arene, 1992; Baklouti, 2013; Carling, et al., 1998; Chaudhary & Ishfaq, 2003; Copisarow, 2000; Godquin, 2004; Idoge, 2013; Jacobson & Roszbach, 2003; Jiménez & Saurina, 2004; Kočenda & Vojtek, 2012; Ledgerwood, 1999; Mokhtar et al., 2012; Nawai & Shariff, 2010, 2012; Njoku & Odii, 1991; Sharma & Zeller, 1997; Umamuefula et al., 2012)	Montante do Empréstimo
Períodos demasiado curtos poderão ser prejudiciais, no sentido de que, os mutuários poderão ainda não ter gerado receita suficiente para cumprirem com as primeiras prestações do empréstimo, pois um negócio tenderá a demorar algum tempo para apresentar um retorno do investimento. Por outro lado, períodos demasiado longos poderão ser prejudiciais, dado que os mutuários só beneficiam de novos empréstimos, quando efetuam o reembolso dos montantes dos que se encontram em curso; e também porque os beneficiários, ao receber o montante do microcrédito, tenderão a divergir o mesmo para outros fins, o que poderá implicar uma maior dificuldade de reembolso nos últimos meses do contrato de crédito, especialmente quando se tratam de montantes elevados.	<b>H14:</b> Existe uma relação entre o termo do empréstimo e o reembolso	(Chaudhary & Ishfaq, 2003; Derban et al., 2005; Dinh & Kleimeier, 2007; Godquin, 2004; Ledgerwood, 1999; Njoku & Odii, 1991; Roslan & Karim, 2009)	Período do Reembolso

**Tabela 3** Resumo dos determinantes do reembolso e justificação das hipóteses - Caraterísticas do Projeto/Negócio

<i>(ii) Caraterísticas do Projeto/Negócio do Mutuário</i>			
<i>Justificação da(s) Hipótese(s)</i>	<i>Hipóteses</i>	<i>Autores</i>	<i>Determin.</i>
	<b>H15:</b> O setor primário influencia o reembolso		
O setor de negócio do mutuário também influencia o reembolso, pois diferentes tipos de projeto apresentam diferentes níveis de risco associado. Por um lado, poderá ser o setor agrícola que apresentará maiores taxas de incumprimento, pois, o rendimento proveniente deste tipo de atividade tenderá a ser volátil, como resultado da variação das condições climatéricas, do mercado e dos preços praticados. O setor de serviços é apontado como aquele que apresenta um menor nível de risco.	<b>H16:</b> O setor secundário influencia o reembolso	(Baklouti, 2013; Besley & Coate, 1995; Chaudhary & Ishfaq, 2003; Clark, 1940; Fisher, 1939; Mokhtar et al., 2012; Roslan & Karim, 2009; Van Gool et al., 2012)	Setor do Negócio
	<b>H17:</b> O setor terciário influencia o reembolso		





### 3. Estudo Empírico

---

Ao longo do capítulo 2.3 foram apresentados os principais pressupostos e investigações no domínio dos determinantes do reembolso do microcrédito, tendo-se constatado que existem vários fatores que influenciam o processo de reembolso do empréstimo por parte dos mutuários. A análise da literatura e das várias investigações realizadas, complementada pelos dados obtidos/disponibilizados, permitiu que fossem listados um conjunto de fatores, que constituirão as variáveis explicativas do presente estudo, prevendo-se que estes exerçam um efeito sobre a taxa de reembolso dos beneficiários do microcrédito. Prevê-se, assim, que a idade, género, o nível educacional, o estado civil, a nacionalidade, a situação profissional do mutuário, o montante e período de reembolso do empréstimo, e o setor de atividade da microempresa exerçam influência sobre a taxa de reembolso dos beneficiários do microcrédito em Portugal.

No seguimento da análise da literatura, e das várias investigações realizadas no âmbito dos determinantes do reembolso do microcrédito, e também pela consciência da necessidade de se estudar a própria temática nos países desenvolvidos, particularmente em Portugal, com o presente trabalho propomo-nos analisar qual o efeito que os fatores listados anteriormente exercem sobre a taxa de reembolso apresentada pelos beneficiários do microcrédito no país.

Este capítulo compreende várias etapas, pelo que numa primeira fase é dado destaque aos principais objetivos deste estudo. De seguida, tem-se uma descrição detalhada das variáveis e hipóteses consideradas. Posteriormente, é apresentada a amostra da presente investigação, fazendo-se referência ao método de obtenção e triagem dos dados que definem a mesma. Depois, expõe-se a metodologia e o modelo econométrico aplicado para a obtenção dos resultados. Numa última fase, apresentam-se os resultados obtidos e uma análise e discussão dos mesmos.

### 3.1. Objetivos

O principal objetivo da presente investigação assenta em determinar a influência que determinados fatores exercem sobre a capacidade de reembolso dos clientes dos programas de microcrédito em Portugal.

Incidindo sobre a ANDC, cuja concessão do microcrédito assenta no mecanismo de empréstimo individual, pretende-se também responder à questão de quais é que são os determinantes que possibilitam “boas” taxas de reembolso para os programas de microcrédito dos bancos comerciais, que não dispõem do mecanismo do empréstimo em grupo (*group-lending*), referido pela literatura como uma das principais causas do sucesso da maioria das IMFs (Al-Azzam et al., 2012; Armendariz & Morduch, 2000; Baklouti, 2013; Dixon et al., 2007; Godquin, 2004; Guttman, 2007; Roslan & Karim, 2009).

Pretende-se, assim, auxiliar as instituições de crédito em Portugal, através da apresentação de linhas de orientação que permitam reduzir a probabilidade de incumprimento com o reembolso do empréstimo, e que dessa forma possam garantir a sustentabilidade e viabilidade dos seus programas de microcrédito.

### 3.2. Variáveis e Hipóteses

#### 3.2.1. Variável Dependente ou Explicada

A variável dependente (R) do presente estudo, traduz a situação final do processo de microcrédito do mutuário, nomeadamente, quanto ao reembolso do montante do empréstimo, de acordo com as várias situações finais registadas pela ANDC.

De acordo com as categorias definidas pela ANDC, referidas de seguida, a situação final do processo de microcrédito dos mutuários, que compõem a amostra da presente investigação, corresponderá a quatro situações, nomeadamente:

- **Concluído com garantia (R=0)**, que compreende a situação em que foi acionado o Fundo de Garantia da ANDC, devido a incumprimento. Ou seja, verifica-se que o mutuário, efetivamente, registou incumprimento com o reembolso do empréstimo.

- **Vencido (R=1)**, que significa que existe uma situação de incumprimento posterior ao período contratual, pelo que existe a possibilidade de o montante poder ser reembolsado.
- **Amortizado (R=2)**, que traduz o reembolso do empréstimo dentro do período acordado.
- **Amortizado Antecipado (R=3)**, que expressa o reembolso do empréstimo antes do prazo previsto (ou término do período de reembolso)

Resumindo, a variável dependente corresponderá ao desempenho do reembolso do mutuário, medido por uma variável categórica ordenada, contendo 4 níveis, (da “pior” para a “melhor” situação final), nomeadamente, 0, 1, 2 e 3, respetivamente para Concluído C/ Garantia, Vencido, Amortizado e Amortizado Antecipado.

### 3.2.2. Variáveis Explicativas

As variáveis explicativas ou independentes encontram-se divididas em três conjuntos, nomeadamente: variáveis inerentes às características individuais do mutuário, às características do empréstimo e às características do setor do negócio/projeto.

No presente estudo são usadas nove variáveis explicativas, de entre as quais:

- Seis correspondem ao conjunto das características individuais do mutuário, nomeadamente, a idade (IDA), o género (GEN), o nível educacional (EDUC), o estado civil (ECIV), a nacionalidade (NAC), e a situação profissional do mutuário (SPROF).
- Duas correspondem ao conjunto das características do empréstimo, nomeadamente, o montante do empréstimo (MONT), e o período de reembolso (PER).
- Uma corresponde às características do setor do negócio/projeto, nomeadamente, o setor de atividade do negócio do mutuário (SET).

### 3.2.3. Variáveis Explicativas e Hipóteses: definição, categorização e sinal esperado

**Tabela 4** Variáveis Explicativas e Hipóteses: definição, categorização e sinal esperado

Variável	Símbolo	Definição da Variável	Hipótese	Categorização	Sinal Esperado
Idade	IDA	Corresponde à idade do mutuário na data de concessão do montante de microcrédito. A definição da variável foi realizada de acordo com as previsões e conclusões de Baklouti (2013). Ter-se-á assim três grupos, nomeadamente: -mutuários mais novos (com idade inferior a 25 anos); -mutuários mais velhos (com idade superior a 45 anos); -mutuários de “meia-idade” (com idade compreendida entre os 25 e os 45 anos).	H1:Idade menor que 25 e maior que 45 exerce um efeito positivo no reembolso	1 para os mutuários mais novos e mais velhos, e 0 para os mutuários de “meia-idade”	(+)
			H2:Idade compreendida entre 25 e 45 exerce um efeito negativo no reembolso	1 para os mutuários de “meia-idade”, e 0 para os mutuários mais novos e mais velhos	(-)
Género	GEN	Masculino ou feminino.	H3:O género feminino influencia positivamente o reembolso	1 se o género do mutuário for feminino, e 0 se for masculino	(+)
Nível Educacional	EDUC	Compreende o grau de formação académica que o mutuário indicou na sua ficha de candidatura ao programa de microcrédito da ANDC. Tendo por base as categorias apresentadas por Addisu (2006) e Baklouti (2013) para o nível educacional, bem como os dados disponibilizados pela ANDC, que constituem a amostra do presente estudo, a presente variável será dividida em três categorias: -nível educacional baixo (ensino básico); -nível educacional intermédio (ensino secundário); -nível educacional alto (ensino universitário).	H4:O nível educacional influencia positivamente o reembolso	2 se o nível educacional do mutuário for alto, 1 se for intermédio e 0 se for baixo	(+)
Estado Civil	ECIV	Compreende o estado civil do mutuário, aquando da sua candidatura ao programa de microcrédito da ANDC. De acordo com os dados disponibilizados, ter-se-ão, seis tipos, nomeadamente: casado, união de facto, solteiro, divorciado, separado e viúvo.	H5:Casado influencia o reembolso	1 para os mutuários casados, e 0 para os outros estados	(?)
			H6:União de facto influencia o reembolso	1 para os mutuários em união de facto, e 0 para os outros estados	(?)
			H7:Solteiro influencia o reembolso	1 para os mutuários solteiros, e 0 para os outros estados	(?)
			H8:Divorciado influencia o reembolso	1 para os mutuários divorciados, e 0 para os outros estados	(?)
			H9:Separado influencia o reembolso	1 para os mutuários separados, e 0 para os outros estados	(?)
			H10:Viúvo influencia o reembolso	1 para os mutuários viúvos, e 0 para os outros estados	(?)
Notas: (+) Positivamente associado com a taxa de reembolso dos mutuários; (-) negativamente associado com a taxa de reembolso dos mutuários; (?) desconhece-se o efeito na taxa de reembolso dos mutuários.					

**Tabela 5** Variáveis Explicativas e Hipóteses: definição, categorização e sinal esperado (continuação)

Variável	Símbolo	Definição da Variável	Hipótese	Categorização	Sinal Esperado
Nacionalidade	NAC	Será representada por duas situações, nomeadamente, se o mutuário tem nacionalidade portuguesa ou se, pelo contrário, tem nacionalidade estrangeira.	H11:Nacionalidade portuguesa influencia positivamente o reembolso	1 para os mutuários de nacionalidade portuguesa, e 0 para os de nacionalidade estrangeira	(+)
Situação Profissional	SPROF <sup>12</sup>	Através da situação profissional indicada pelo mutuário na fase de candidatura, a presente variável será dividida tendo em conta o facto de o mesmo desempenhar uma função remunerada ou não. Como tal, ter-se-á, nomeadamente, mutuários com uma ocupação “extra-negócio” remunerada e contrariamente, mutuários com uma ocupação “extra-negócio” não remunerada.	H12:Uma ocupação “extra-negócio” remunerada exerce um efeito positivo sobre o reembolso	1 se o mutuário tiver uma outra ocupação remunerada, e 0 se não tiver uma ocupação remunerada	(+)
Montante do Empréstimo	MONT	Diz respeito ao montante do empréstimo concedido ao beneficiário do microcrédito.	H13:Existe uma relação entre o montante do empréstimo e o reembolso	Medido em Euros	(?)
Período do Reembolso	PER	Compreenderá o período de tempo, em meses, que o montante total do contrato do empréstimo terá que ser reembolsado.	H14: Existe uma relação entre o termo do empréstimo e o reembolso	Medido em meses	(?)
Setor do Negócio	SET <sup>13</sup>	As microempresas portuguesas, que constituem a amostra do estudo, atuam em diferentes setores económicos, sendo a sua atividade classificada de acordo com o código CAE. A presente variável corresponde ao setor do projeto/negócio do beneficiário do microcrédito, pelo que seguindo a teoria dos três setores de Clark (1940), Fisher (1939) e Fourastié (1954), e de acordo com o CAE, a mesma encontra-se dividida em três categorias, nomeadamente: -setor primário (agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca); -setor secundário (atividades transformadoras, construção e produção de energia); -setor terciário (serviços, como o comércio, turismo, transportes e atividades financeiras).	H15: O setor primário influencia o reembolso	1 para setor primário, e 0 para os outros	(?)
			H16: O setor secundário influencia o reembolso	1 para o setor secundário, e 0 para os outros	(?)
			H17: O setor terciário exerce influencia o reembolso	1 para o setor terciário, e 0 para os outros	(?)
Notas: (+) Positivamente associado com a taxa de reembolso dos mutuários; (-) negativamente associado com a taxa de reembolso dos mutuários; (?) desconhece-se o efeito na taxa de reembolso dos mutuários.					

<sup>12</sup> No Anexo I apresenta-se a divisão das profissões dos mutuários da amostra, tendo em conta se estas são remuneradas ou não.

<sup>13</sup> No Anexo II é apresentada a divisão por setor de atividade das microempresas que compõem a amostra do estudo.

### **3.3. Amostra**

Na fase inicial do presente estudo foi feito um enquadramento temático, de forma a explorar o tema do microcrédito e dos determinantes do reembolso do montante do empréstimo, o que permitiu apurar quais os principais fatores que influenciam o reembolso e, por sua vez, efetuar uma previsão quanto ao seu efeito esperado.

Posto isto, e considerando-se a Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC) como a principal instituição de microcrédito em Portugal, contactou-se a mesma, no sentido de se obterem os dados necessários para a realização da presente investigação, os quais foram facultados por intermédio do Sr. Dr. José Centeio, presidente da ANDC, e do Sr. Vítor Campos, gestor de informação, tendo ambos demonstrado cooperação e disponibilidade para com o propósito deste estudo.

Os dados fornecidos compreendiam, inicialmente, uma amostra de cerca de 2.060 microcréditos concedidos pela ANDC, contendo informações que foram disponibilizadas mantendo, sempre, o anonimato dos respetivos beneficiários. Foram, assim, disponibilizados dados sobre os microempresários e sobre o seu processo de microcrédito, nomeadamente, a idade, o género, o nível educacional, o estado civil, a nacionalidade, a situação profissional, o montante pedido, a taxa de juro, o período de tempo acordado para o reembolso, o setor do negócio e a situação final do reembolso.

Posteriormente, e como se constatou que para determinados processos de microcrédito havia informação em falta ou a mesma não seguia os pressupostos definidos, foi realizada uma triagem dos dados inicialmente obtidos, tendo-se excluído, por exemplo, a taxa de juro e os processos de microcrédito ainda a decorrer (creditados).

Esta triagem resultou numa lista final de 752 beneficiários do microcrédito da ANDC, considerando-se que esta amostra será representativa do universo de estudo, que compreende todos os processos de concessão de microcrédito realizados em Portugal.

### **3.4. Metodologia Estatística – Regressão Logística Ordinal**

O grande objetivo deste estudo assenta em estudar a influência de um conjunto de fatores sobre o desempenho de reembolso, pelo que, tal como foi referido anteriormente, a variável dependente ou explicada corresponde ao desempenho do reembolso do mutuário, sendo representada por quatro categorias (da “pior” para a “melhor”), nomeadamente, 0, 1, 2 e 3, para Concluído C/ Garantia, Vencido, Amortizado e Amortizado Antecipadamente, respetivamente. Ou seja, a variável explicada ou dependente, é expressa por mais do que uma categoria, sendo que os seus valores têm uma ordem sequencial significativa, onde um valor é “mais elevado” do que o anterior. Ora uma variável categórica é definida como aquela que tem uma escala de medida compreendendo um conjunto de categorias (Agresti, 2007). As variáveis categóricas do tipo ordinal são aquelas cujas suas categorias apresentam algum tipo de ordem natural, do tipo, grau de satisfação com um serviço, que pode ser desde muito insatisfeito até satisfação total.

Os métodos de estimação através de uma análise de variáveis dependentes ordinais utilizam a ordenação das categorias, fornecendo resultados, praticamente iguais, no caso de as categorias compreenderem uma ordem da mais alta para a mais baixa ou vice-versa (Agresti, 2007). Ora, quando a variável dependente ou explicada apresenta uma ordenação entre as suas categorias, o uso do modelo logístico para respostas ordinais tem interpretações mais simples e com maior potencial de estimação (Agresti, 2007).

Como tal, pretendendo-se, neste estudo, avaliar a relação entre uma variável de resposta ordinal e várias variáveis explicativas, aplicar-se-á o modelo de regressão logística ordinal.

O modelo de regressão logística ordinal (RLO) assemelha-se ao modelo de regressão logística binária distinguindo-se pelo facto de que no modelo de regressão logística binária a variável explicada apresenta somente duas categorias (Long & Freese, 2001). A aplicação da RLO neste estudo justifica-se, pois devido às categorias da variável dependente, esta permitirá uma análise multivariada com uma obtenção de resultados mais detalhados, face à regressão logística binária (Agresti, 2007; Long & Freese, 2001).

É comum o modelo de regressão ordinal ser apresentado como um modelo de variável latente (Agresti, 2007; Greene, 2011; Long & Freese, 2001; Long, 1997; Powers

& Xie, 2008; Wooldridge, 2001). Apresentando-se  $y^*$  como uma variável latente, variando entre  $-\infty$  e  $\infty$ , o modelo estrutural poderá ser definido como:

$$y_i^* = x_i \beta + \varepsilon_i \quad (1)$$

Em que  $x$  é o vetor das variáveis explicativas,  $\beta$  é o valor dos coeficientes das variáveis explicativas,  $i$  a observação que corresponde ao processo de microcrédito, e  $\varepsilon$  o erro aleatório.

Num modelo de regressão logística binária, a variável de resposta apresenta dois níveis, prevendo-se a probabilidade de sucesso para um conjunto de variáveis explicativas.

O modelo de regressão logística poderá ser expresso, por:

$$\ln(Y') = \ln\left(\frac{\pi(x)}{1 - \pi(x)}\right) = \alpha + (\beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \dots \beta_p X_p) \quad (2)$$

No *software* Stata, o modelo de regressão logística ordinal é expresso por:

$$\ln(Y_j') = \ln\left(\frac{\pi_j(x)}{1 - \pi_j(x)}\right) = \alpha_j + (-\beta_1 X_1 - \beta_2 X_2 - \dots \beta_p X_p) \quad (3)$$

### 3.5. Modelo Econométrico

Como foi referido anteriormente, aplicar-se-á uma modelo de regressão logística ordinal de forma a identificar quais os determinantes que exerceram maior influência sobre o desempenho do reembolso dos beneficiários do microcrédito em Portugal.

A variável dependente R compreende a situação final do reembolso, representada por quatro categorias ordenadas, compreendidas entre 0 e 3. Os determinantes do reembolso constituem as variáveis explicativas, que por sua vez compreendem as hipóteses a testar.

Posto isto, e recorrendo à fórmula do modelo de regressão logística ordinal apresentada anteriormente, para o presente estudo, ter-se-á o seguinte modelo econométrico:



$$\begin{aligned}
\ln(R_j') &= \ln\left(\frac{\pi_j(x)}{1 - \pi_j(x)}\right) = \\
&= \alpha_j - \beta_1 \times IDA - \beta_2 \times GEN - \beta_3 \times EDUC - \beta_4 \times ECIV - \beta_5 \times NAC \\
&\quad - \beta_6 \times SPROF - \beta_7 \times MONT - \beta_8 \times PER - \beta_9 \times SET
\end{aligned} \tag{4}$$

Em que:

$j$  = categorias da variável explicada (0,1,2 e 3)

$\beta$  = coeficiente das variáveis explicativas

$R$  = variável dependente ou explicada

### 3.6. Resultados Obtidos

Apresentados os objetivos, as variáveis e respetivas hipóteses formuladas, a amostra, a metodologia e modelo econométrico, no presente capítulo serão expostos os resultados obtidos das estimações efetuadas recorrendo ao *software* STATA 14.0.

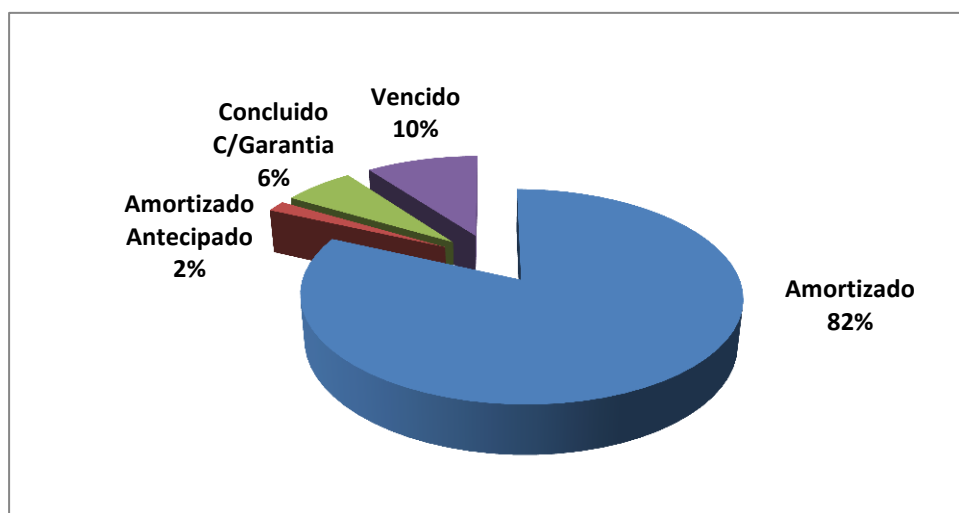
Em primeiro lugar, apresenta-se uma descrição da amostra, tendo por base a situação final do reembolso dos processos de microcrédito que foram tidos em conta para a realização deste estudo. De seguida, e de forma a compreender se os determinantes se relacionam, de forma independente, com o desempenho do reembolso dos mutuários, é apresentado um teste de correlação entre as diferentes hipóteses e a variável explicada ou dependente. Por último, expõem-se os resultados, que se obtiveram com as estimações realizadas, aplicando o modelo de regressão logística ordinal, e que permitirão apurar qual o efeito que as diferentes hipóteses exerceram no desempenho de reembolso dos mutuários que compõem a amostra da presente investigação.

#### 3.6.1. Descrição da Amostra

Para a realização da presente investigação considerou-se como universo de estudo, todos os processos de concessão de microcrédito realizados em Portugal, sendo a amostra constituída por um total de 752 processos de microcrédito da ANDC. Após a obtenção e tratamento dos dados relativos à amostra é importante apresentar uma análise descritiva

detalhada dos mesmos, pois esta permitirá expor toda a informação incluída na base de dados. Como tal, através de uma análise descritiva dos dados recolhidos, apresentam-se, de seguida, de forma sumária, as principais características que compõem a amostra.

Em primeiro lugar, decompondo-se a amostra de acordo com a situação final do processo de reembolso (ver **Gráfico 1**) verifica-se que, dos 752 processos de microcrédito, cerca de 6% foram concluídos com garantia, 10% vencidos, 82% foram amortizados e 2% foram amortizados antecipadamente.



**Gráfico 1** Classificação dos mutuários baseada no seu desempenho do reembolso

Mais especificamente, dos 752 processos de microcrédito que compõem a amostra do presente estudo, quanto à situação final do reembolso, têm-se 48 processos concluídos com garantia, 76 vencidos, 615 amortizados e 13 amortizados antecipadamente (ver **Tabela 6**). A **Tabela 6** foi obtida com recurso ao *software* Stata, através do comando *sum*, e inclui uma descrição da amostra, quanto à média, desvio padrão e valores mínimos e máximos, das variáveis explicativas deste estudo, sendo a descrição apresentada de acordo com as diferentes categorias da variável dependente ou explicada, esta última que traduz a situação final do reembolso.

**Tabela 6** Descrição da amostra face aos determinantes e situação final do reembolso

	Concluído com Garantia (0)			Vencido (1)			Amortizado (2)			Amortizado Antecipadamente (3)		
	Média	D. Padrão	Min Máx	Média	D. Padrão	Min Máx	Média	D. Padrão	Min Máx	Média	D. Padrão	Min Máx
IDA	34.792	9.735	20   56	35.066	10.792	18   59	36.181	10.631	18   72	36.154	13.515	18   58
GEN	0.438	0.501	0   1	0.540	0.502	0   1	0.506	0.500	0   1	0.539	0.519	0   1
EDUC	0.563	0.580	0   2	0.605	0.634	0   2	0.670	0.717	0   2	1.231	0.725	0   2
ECIV	1.896	1.016	0   5	1.671	0.999	0   4	1.720	1.207	0   5	1.692	1.109	0   3
NAC	0.875	0.334	0   1	0.947	0.225	0   1	0.951	0.216	0   1	0.923	0.277	0   1
SPRO	0.313	0.470	0   1	0.329	0.473	0   1	0.447	0.498	0   1	0.308	0.480	0   1
MONT	5712.473	2052.746	1010.69   10564	7111.224	2215.322	1000   10000	5927.665	2121.582	1000   12500	8435.385	2263.318	5000   12500
PER	38.75	5.097	36   48	42.263	6.174	30   48	40.013	6.054	15   60	48	0	48  48
SET	1.896	0.309	1   2	1.868	0.411	0   2	1.781	0.476	0   2	1.769	0.599	0   2
	N=48			N=76			N=615			N=13		
	Notas: As variáveis explicativas que, na presente tabela, se encontram representadas por categorias, são, nomeadamente: GEN (masculino=0; feminino=1); EDUC (nível baixo=0; nível intermédio=1; nível alto=2); ECIV (casado=0; união de facto=1; solteiro=2; divorciado=3; separado=4; viúvo=5); NAC (cidadão estrangeiro=0; cidadão português=1); SPRO (ocupação “extra-negócio” não remunerada=0; ocupação “extra-negócio” remunerada=1) e SET (setor primário=0; setor secundário=1; setor terciário=2). A idade (IDA), montante (MONT) e período (PER) são variáveis contínuas.											

Observando-se a **Tabela 6**, tem-se uma informação mais detalhada da amostra, nomeadamente, quanto às variáveis explicativas e às diferentes categorias definidas e justificadas anteriormente para a variável explicada ou dependente, e que compreendem a situação final do reembolso do montante do empréstimo, dos 752 processos de microcrédito que compõem a amostra.

No que respeita à situação final do reembolso (variável explicada), constata-se que a maioria dos 752 processos de microcrédito se insere na categoria 2, isto é, 615 empréstimos foram reembolsados dentro do período acordado. Contrariamente, a menor parcela compreende os empréstimos cujo reembolso foi efetuado antes do prazo estipulado. Por outro lado, são 124 os mutuários que registaram incumprimento ou dificuldades no reembolso do montante do empréstimo.

Quanto à variável idade (IDA), classificada neste caso de forma contínua, a média é muito semelhante entre as diferentes categorias da variável dependente, variando entre os 35 e 36 anos, sendo que, existe um ligeiro aumento da média de idades, entre a categoria 0, dos processos concluídos com garantia, e a categoria 3, dos empréstimos amortizados antecipadamente. Verifica-se que, quanto ao género (GEN), o número de mutuários do sexo masculino é superior aos do sexo feminino apenas na categoria que compreende os processos que foram concluídos com garantia. No que toca ao nível educacional (EDUC), esta é na sua maioria traduzida pelo nível intermédio, ou seja, a maioria dos mutuários, que compõem a amostra, frequentou ou frequenta o ensino secundário. Constata-se também, quanto ao estado civil (ECIV) que a maioria dos mutuários é solteiro. Como é expectável, no que diz respeito à nacionalidade (NAC), a amostra é composta maioritariamente por mutuários de nacionalidade portuguesa, sendo que do total de mutuários de nacionalidade estrangeira, grande parte registou incumprimento, explicado pelo facto de a média da variável ser mais baixa na categoria 0. Quanto à situação profissional (SPRO), a maioria da amostra é composta por beneficiários do microcrédito que não desempenhavam outra profissão remunerada, para além do seu negócio. Os montantes concedidos (MONT) variam entre os 1.000 e os 12.500 euros, pelo que a média mais elevada, de 8.435,39 euros, diz respeito aos processos cujo reembolso foi efetuado de forma antecipada. Contrariamente, a média mais baixa, relativa aos montantes concedidos, é de 5.712,47 euros, encontrando-se esta associada aos processos concluídos com garantia

(incumprimento). Quanto ao período do reembolso (PER), este varia entre os 15 e os 60 meses, pelo que, a média mais baixa, de 39 meses, diz respeito aos processos de microcrédito que registaram incumprimento (concluídos com garantia). Por outro lado, constata-se que todos os 13 empréstimos amortizados antecipadamente compreendem um período de reembolso de 48 meses. Verifica-se, que quanto ao setor do negócio do mutuário (SET), a amostra é composta maioritariamente por microempresas, cuja sua atividade se insere no setor terciário, ou dos serviços.

Realizada uma análise descritiva com base na **Tabela 6**, em que se descreveu a amostra de acordo com as variáveis explicativas e as diferentes categorias da variável explicada ou dependente, recorrendo novamente ao Stata e ao comando *sum*, apresentam-se, de seguida, na **Tabela 7**, as estatísticas descritivas, médias, desvios padrão, e valores mínimos e máximos, das diferentes hipóteses formuladas para cada variável explicativa.

**Tabela 7** Análise descritiva das hipóteses

<b>Variáveis</b>	<b>Hipóteses</b>	<b>N</b>	<b>Média</b>	<b>Desvio Padrão</b>	<b>Mínimo</b>	<b>Máximo</b>
IDA	H1	752	0.327	0.470	0	1
	H2	752	0.673	0.470	0	1
GEN	H3	752	0.505	0.500	0	1
EDUC	H4	752	0.666	0.705	0	2
	H5	752	0.247	0.432	0	1
	H6	752	0.048	0.214	0	1
ECIV	H7	752	0.493	0.500	0	1
	H8	752	0.169	0.375	0	1
	H9	752	0.028	0.165	0	1
	H10	752	0.015	0.120	0	1
NAC	H11	752	0.945	0.227	0	1
SPROF	H12	752	0.424	0.495	0	1
MONT	H13	752	6076.896	2178.751	1000	12500
PER	H14	752	40.298	6.086	15	60
	H15	752	0.027	0.161	0	1
SET	H16	752	0.150	0.358	0	1
	H17	752	0.823	0.382	0	1
<b>Y (Reembolso)</b>		752	1.789	0.574	0	3

**Notas:** H1 (“meia idade”=0; mais novos e mais velhos=1), H2 (mais novos e mais velhos=0; “meia-idade”=1), H3 (masculino=0; feminino=1), H4 (baixo=0; intermédio=1; elevado=2), H5 (outros=0; casados=1); H6 (outros=0; união de facto); H7 (outros=0; solteiros=1); H8 (outros=0; divorciados=1); H9 (outros=0; separados=1); H10 (outros=0; viúvos=1); H11 (nacionalidade estrangeira=0; nacionalidade portuguesa=1); H12 (ocupação não remunerada=0, ocupação remunerada=1); H13 (euros); H14 (meses); H15 (outros=0; setor primário=1); H16 (outros=0; setor secundário=1); H17 (outros=0; setor terciário=1).

A **Tabela 7** compreende as estatísticas descritivas para as hipóteses formuladas para cada variável explicativa. Através das hipóteses 1 e 2 (H1 e H2), verifica-se que a amostra é composta, na sua maioria, por mutuários mais novos e mais velhos. Através da variável género, representada pela hipótese 3 (H3), constata-se que os mutuários são maioritariamente, do sexo feminino. Por outro lado, o nível educacional, ao qual corresponde a hipótese 4 (H4), indica que a maioria dos mutuários possui o nível intermédio de habilitações, que diz respeito ao ensino secundário. Já o estado civil, compreende as hipóteses 5, 6, 7, 8, 9 e 10, constatando-se que a amostra é composta, maioritariamente, por mutuários solteiros. A variável nacionalidade, a qual diz respeito a hipótese 11 (H11), indica que a maioria dos mutuários tem nacionalidade portuguesa. Já quanto à situação profissional, a qual compreende a hipótese 12, constata-se que é a ocupação “extra-negócio” não remunerada, que caracteriza a maior parte da amostra. Verifica-se que a média dos montantes totais de microcrédito concedidos é de cerca de 6.076,90 euros, e que o período médio acordado para o reembolso é de aproximadamente 40 meses. Quanto ao setor do negócio, representado pelas hipóteses 15, 16 e 17, este traduz o maior peso do setor terciário das microempresas que compõem a amostra deste estudo. Por último, verifica-se que, quanto à situação final do reembolso, os empréstimos foram maioritariamente amortizados.

### 3.6.2. Correlação entre Pares de Variáveis: teste Qui-Quadrado

Através do teste qui-quadrado ( $\chi^2$ ) de Pearson, será possível verificar se existe uma relação entre duas variáveis categóricas. No *software* Stata, a opção **chi2** foi utilizada juntamente com o comando **tabulate** de forma a se obter o teste estatístico e o seu *p-value* associado. Como tal, tem-se na **Tabela 8**, os valores obtidos quanto ao qui quadrado ( $\chi^2$ ), e ao *p-value*, de cada hipótese, e que permitirão verificar se existe uma relação, independente, entre cada variável explicativa e a variável dependente (R), esta última que compreende a situação final do reembolso do microcrédito. Ora, a estatística qui-quadrado ( $\chi^2$ ) reflete a força com que duas variáveis se relacionam, pelo que quanto maior for a estatística qui-quadrado, mais forte será a respetiva relação. Por outro lado, o *p-value* indica se existe uma relação estatisticamente significativa entre as duas variáveis.

**Tabela 8** Resultados do teste qui-quadrado

Variáveis	Hipóteses	Valor de $\chi^2$	<i>p-value</i>
IDA	H1	$\chi^2 (3) = 2.2705$	0.518
	H2	$\chi^2 (3) = 2.2705$	0.518
GEN	H3	$\chi^2 (3) = 1.2953$	0.730
EDUC	H4	$\chi^2 (6) = 16.1157$	0.013
	H5	$\chi^2 (3) = 4.6499$	0.199
	H6	$\chi^2 (3) = 4.4269$	0.219
ECIV	H7	$\chi^2 (3) = 7.5336$	0.057
	H8	$\chi^2 (3) = 2.1134$	0.549
	H9	$\chi^2 (3) = 1.2726$	0.736
	H10	$\chi^2 (3) = 1.5631$	0.668
NAC	H11	$\chi^2 (3) = 5.1503$	0.161
SPROF	H12	$\chi^2 (3) = 7.3241$	0.062
	H15	$\chi^2 (3) = 2.6096$	0.456
SET	H16	$\chi^2 (3) = 5.3129$	0.150
	H17	$\chi^2 (3) = 5.4174$	0.144

**Notas:** As hipóteses referentes às variáveis MONT e PER não foram incluídas no teste de correlação, pois as mesmas são contínuas e não categóricas.

Analisando-se os resultados obtidos, expostos na **Tabela 8**, constata-se que é a hipótese 4, que diz respeito à variável explicativa “nível educacional” (EDUC), que apresenta o maior valor de qui-quadrado, e uma maior significância estatística. Ou seja, o nível educacional tem uma forte relação com a variável dependente, sendo a relação estatisticamente significativa. De seguida, tem-se a hipótese 7 que indica que existe uma relação estatisticamente significativa entre o estado civil “solteiro” e a situação final do reembolso (R). Por último, tem-se a hipótese 12 que traduz uma relação estatisticamente significativa entre a variável situação profissional (SPROF) e a variável dependente (R).

O teste de correlação entre pares de variáveis permite determinar se existe uma relação independente entre cada variável explicativa e a variável dependente. No entanto, não permite apurar qual o efeito conjunto que as diferentes variáveis explicativas exercem sobre a variável dependente. Como tal, realizaram-se estimações quanto ao desempenho do reembolso, aplicando o modelo de regressão logística ordinal, sendo os resultados expostos no subcapítulo seguinte.

### 3.6.3. Estimações do Desempenho do Reembolso através do Modelo de Regressão Logística Ordinal

Para testar as hipóteses formuladas no presente estudo e determinar qual o efeito das diferentes variáveis explicativas no desempenho de reembolso dos beneficiários do microcrédito aplicou-se o modelo de regressão logística ordinal, efetuando-se as respetivas estimações, recorrendo ao *software* Stata, através do comando *ologit*. O modelo de regressão logística ordinal justifica-se pelo facto de a variável dependente ou explicada, que corresponde à situação final do reembolso do empréstimo, ser medida através de quatro categorias ordenadas. A variável dependente apresenta os valores 0, 1, 2 e 3, indicando os processos de reembolso concluídos c/ garantia, vencidos, amortizados e amortizado antecipadamente, respetivamente.

Ora, os resultados da estimação-logística, relativa ao desempenho do reembolso dos 752 beneficiários do microcrédito, que constituem a amostra deste estudo, encontram-se expostos na **Tabela 9** e **Tabela 10**, apresentadas de seguida.



**Tabela 9** Resultados das estimações do desempenho do reembolso – modelo de RLO

		Modelo 1 <sup>14</sup>		Modelo 2		Modelo 3		Modelo 4		Modelo 5	
Var.	Hip.	Coef.	z	Coef.	z	Coef.	z	Coef.	z	Coef.	z
IDA	H1	-0.0283954	-0.14			-0.0259812	-0.13	-0.0147379	-0.07	-0.070752	-0.35
	H2			0.0283954	0.14						
GEN	H3	0.0857229	0.45	0.0857229	0.45	0.1016799	0.53	0.0628546	0.33	0.0662308	0.35
EDUC	H4	0.3987486	2.72*	0.3987486	2.72*	0.4074499	2.78*	0.3972214	2.72*	0.3379987	2.35**
	H5	0.5155007	2.18**	0.5155007	2.18**	0.5223437	2.20**	0.526768	2.22**		
	H6									-0.2707271	-0.61
ECIV	H7										
	H8										
	H9										
	H10										
NAC	H11	0.6620043	1.71***	0.6620043	1.71***	0.647061	1.67***	0.6219527	1.61	0.5743708	1.49
SPROF	H12	0.3864451	1.95***	0.3864451	1.95***	0.376687	1.90***	0.3768607	1.90***	0.4271902	2.15**
MONT	H13	-0.0000793	-1.53	-0.0000793	-1.53	-0.0000824	-1.59	-0.0000964	-1.85***	-0.0000689	-1.33
PER	H14	0.0160629	0.89	0.0160629	0.89	0.0176055	0.97	0.019618	1.08	0.0146592	0.81
	H15							0.9319952	1.32		
SET	H16	0.5010167	1.70***	0.5010167	1.70***					0.5088138	1.73***
	H17					-0.599378	-2.16**				
Número de Observações		/cut1	-1.316211	-1.287816		-1.850492		-1.369903		-1.559757	
		/cut2	-0.229875	-0.2014796		-0.7627242		-0.2851374		-0.4786958	
		/cut3	5.604703	5.633098		5.087635		5.539233		5.320415	
		752		752		752		752		752	
		LR chi2(9)	22.59	22.59		24.50		21.49		17.97	
		Prob > chi2	0.0072	0.0072		0.0036		0.0106		0.0355	
		R2	0.0234	0.0234		0.0254		0.0223		0.0186	
		Log-likelihood	-471.4074	-471.4074		-470.45026		-471.95695		-473.71679	
Notas: ***, ** e * representam níveis de significância de 10%, 5% e 1% respetivamente.											

<sup>14</sup> De forma a reforçar os resultados obtidos através da aplicação de uma regressão logística ordinal, apresenta-se no Anexo III uma tabela com os resultados das estimações aplicando um modelo ordinal *probit*. Verifica-se assim, que o modelo ordinal *probit*, no que respeita às variáveis estatisticamente significativas e ao sinal dos coeficientes, apresenta os mesmos resultados que o modelo de regressão logística ordinal (*logit*).

**Tabela 10** Resultados das estimações do desempenho do reembolso – modelo de RLO (continuação)

		Modelo 6		Modelo 7		Modelo 8		Modelo 9	
Var.	Hip.	Coef.	z	Coef.	z	Coef.	z	Coef.	z
IDA	H1	-0.0443687	-0.22	-0.0812584	-0.40	-0.0655689	-0.32	-0.066658	-0.33
	H2								
GEN	H3	0.0289358	0.15	0.0456882	0.24	0.0582703	0.30	0.0681022	0.36
EDUC	H4	0.438104	2.95*	0.3480919	2.42**	0.344606	2.39**	0.3375886	2.35**
	H5								
	H6								
ECIV	H7	-0.5949816	-2.97*						
	H8			0.3615869	1.32				
	H9					0.4464939	0.71		
	H10							0.1984468	0.22
NAC	H11	0.6822372	1.76***	0.5800014	1.51	0.5874336	1.53	0.6001151	1.56
SPROF	H12	0.348594	1.75***	0.4144618	2.10**	0.4075351	2.06**	0.4154665	2.10**
MONT	H13	-0.0000754	-1.46	-0.0000659	-1.27	-0.0000701	-1.36	-0.000069	-1.33
PER	H14	0.0176646	0.98	0.0146721	0.81	0.0166337	0.92	0.0157359	0.87
	H15								
SET	H16	0.470562	1.60	0.4981415	1.69***	0.5117409	1.74***	0.4957519	1.68***
	H17								
/cut1		-1.675396		-1.48127		-1.456721		-1.480608	
/cut2		-0.5866058		-0.4004326		-0.3759981		-0.4004381	
/cut3		5.280531		5.412807		5.425841		5.397088	
Número de Observações		752		752		752		752	
LR chi2(9)		26.63		19.44		18.15		17.67	
Prob > chi2		0.0016		0.0217		0.0335		0.0392	
R2		0.0276		0.0201		0.0188		0.0183	
Log-likelihood		-469.38891		-472.98047		-473.62907		-473.86899	
Notas: ***, ** e * representam níveis de significância de 10%, 5% e 1% respetivamente.									

Dos vários modelos apresentados, o modelo 1 é o principal, sendo aquele que apresenta os melhores resultados, em que das nove variáveis explicativas, cinco se revelam estatisticamente significativas. A apresentação dos restantes modelos é justificada pelo facto de existirem hipóteses que são calculadas tendo por base a mesma variável (com diferentes categorizações), como é o caso da idade (IDA), estado civil (ECIV), e o setor do negócio (SET), e que só poderão ser incluídas uma de cada vez na regressão utilizada. Como tal, foi necessário estimar os diversos coeficientes das variáveis utilizadas para testar mais do que uma hipótese, constatando-se que os sinais dos coeficientes das restantes variáveis se mantêm iguais em todos os modelos apresentados nos quais se circula uma dada variável. Quanto ao indicador “Prob > chi2”, este é sempre menor que 0.05, o que indica que todos os coeficientes presentes nos modelos são sempre diferentes de zero.

Assim, os resultados do modelo 1, expostos na **Tabela 9**, revelam que dos nove fatores previstos como influenciadores do desempenho do reembolso, cinco se revelaram estatisticamente significativos, mais concretamente, o nível educacional (EDUC), o estado civil (ECIV), a nacionalidade (NAC), a situação profissional (SPROF) e o setor de negócio (SET). Constata-se, através dos níveis de significância (*p-value*), que o nível educacional constitui o principal fator influenciador do desempenho do reembolso, seguido, por sua vez, do estado civil, da situação profissional, da nacionalidade e do setor do negócio do mutuário. Os fortes níveis de significância apresentados pelas variáveis indicam o importante papel que estas podem desempenhar na capacidade de reembolso dos beneficiários do microcrédito.

Através dos sinais dos coeficientes e dos níveis de significância de cada hipótese, será possível determinar qual o efeito (positivo ou negativo) que os fatores produziram sobre o desempenho de reembolso dos beneficiários de microcrédito que compõem a amostra deste estudo. Constata-se que são as hipóteses 4, 5, 7, 11, 12 e 16, cujos coeficientes se revelam estatisticamente significativos.

### **3.7. Análise e Discussão dos Resultados Obtidos**

O principal objetivo deste estudo, assenta em apurar o efeito que determinados fatores produzem sobre o desempenho do reembolso dos beneficiários do microcrédito em

Portugal. No capítulo anterior, posteriormente ao teste de correlação, os resultados das estimações efetuadas aplicando uma regressão logística ordinal expostos na **Tabela 9** e **Tabela 10** permitem que se possa analisar o efeito que os fatores, tidos em conta nesta investigação, produziram sobre o desempenho do reembolso dos beneficiários do microcrédito que compõem a amostra.

Ora a **Tabela 9** e **Tabela 10** contêm vários modelos pelo que, tal como foi referido anteriormente, o modelo 1 é aquele que apresenta os melhores resultados, em que das nove variáveis, cinco são estatisticamente significativas. A existência dos outros modelos justifica-se, pois, ao terem-se hipóteses que são calculadas com base na mesma variável, como é o caso da idade (IDA), do estado civil (ECIV), e o setor do negócio (SET), estas só poderão ser incluídas uma de cada vez na regressão logística utilizada. Como tal, e de forma a se atingir o objetivo principal do estudo, existiu a necessidade de apresentar outros modelos, de forma a circular para a mesma variável as respetivas hipóteses que a compõem.

Posto isto, apresenta-se de seguida, uma análise e discussão dos resultados obtidos, tendo em conta os coeficientes e níveis de significância apresentados pelas diferentes variáveis explicativas, de forma a se apurar se os resultados deste estudo seguem de acordo com os pressupostos apresentados inicialmente, nomeadamente, quanto à formulação e justificação das hipóteses tendo por base a literatura e evidência empírica relevante para a temática. Esta análise será exposta de acordo com as características individuais do mutuário (i), as características do empréstimo (ii) e as características do projeto/negócio (iii).

#### **(i) Características individuais do mutuário**

##### **IDADE**

Quanto à idade (IDA), pressupôs-se inicialmente que seriam os mutuários de “meia-idade” (entre 25 e 45 anos) que teriam uma maior propensão para registar incumprimento, sendo que as idades menores que 25 e maiores que 45 exerceriam um efeito positivo no desempenho do reembolso. Constata-se que as respetivas hipóteses não são estatisticamente significativas, no entanto, observando-se os sinais dos seus

coeficientes, verifica-se que estes foram contrários ao que foi previamente formulado. Ou seja, no caso dos processos de microcrédito, que constituem a amostra deste estudo, a “meia-idade” exerceu um efeito positivo sobre o desempenho do reembolso; contrariamente, as idades menores que 25 e maiores que 45 exerceram um efeito negativo.

Os resultados são contrários aos obtidos por Baklouti (2013), dado que no caso da amostra composta por 752 beneficiários do microcrédito deste estudo, tanto os mutuários mais novos, como os mais velhos, foram aqueles que apresentaram as taxas de reembolso mais baixas. Por exemplo, segundo Reinke (1998), os mutuários mais jovens apresentarão uma maior tendência para registar incumprimento, dado que tenderão a continuar a procurar novas oportunidades de emprego no mercado de trabalho, colocando o seu negócio para segundo plano. Quanto aos mais velhos, os resultados obtidos contrariam a literatura que aponta para que estes tenham uma menor tendência de registar dificuldades no reembolso do empréstimo, devido à sua maior experiência de trabalho, obtida em empregos/negócios anteriores, a sua maior aversão ao risco e à riqueza acumulada durante a sua vida profissional (Addisu, 2006; Baklouti, 2013; Boyle et al., 1992; Brehanu & Fufa, 2008; Özdemir, 2004; Reinke, 1998; Roslan & Karim, 2009).

## **GÉNERO**

No caso da variável género (GEN), esta não se revelou estatisticamente significativa. Seguindo os resultados obtidos por D’Espallier et al. (2011), seria de esperar que o efeito da variável género fosse mais forte, especialmente, porque a ANDC é uma associação sem fins lucrativos, cujo microcrédito é concedido através da modalidade de empréstimo individual. Porém, pode-se observar que o sinal do coeficiente foi positivo, o que segue de acordo com a hipótese inicialmente formulada, de que o género feminino influencia positivamente o reembolso.

O coeficiente positivo poderá indicar que as mulheres tenderão a apresentar taxas de reembolso mais elevadas do que os homens, tal como é argumentado pela maioria da literatura e evidência empírica previamente enunciada (Baklouti, 2013; Chaudhary & Ishfaq, 2003; Chirwa, 1997; D’Espallier et al., 2011; Derban et al., 2005; Dinh & Kleimeier, 2007; Hunte, 1996; Idoge, 2013; Khandker et al., 1995; Mokhtar et al., 2012;

Papias & Ganesan, 2009; Reinke, 1998; Roslan & Karim, 2009; Wongnaa & Awunyo-Vitor, 2013).

Os resultados obtidos, tendo em conta o sinal do coeficiente, contrariam assim a ideia de que os mutuários do sexo feminino representam para as IMFs um risco de crédito superior aos mutuários do sexo masculino. Segue-se, assim, a mesma tendência do que foi comprovado pelo *Grameen Bank*, quanto às taxas de reembolso dos seus clientes, nomeadamente, que estas são mais elevadas para os clientes do sexo feminino (Khandker et al., 1995). Por outro lado, e baseando-se no enunciado por Khandker et al. (1995), poderá existir uma maior promoção da participação das mulheres nos processos de microcrédito por parte da ANDC, pelo que estas, por sua vez, apresentarão uma maior motivação e vontade para aplicar corretamente o montante do empréstimo obtido, o que contribuirá para uma maior capacidade para reembolsar o montante do empréstimo.

De facto, o coeficiente positivo pode também justificar o facto de que as mulheres apresentam características que contribuem positivamente para a sua capacidade de reembolsar o empréstimo, apresentando, por sua vez, uma taxa de cumprimento superior à dos homens. Segundo Mokhtar et al. (2012), Özdemir (2004), Reinke (1998) e Wongnaa & Awunyo-Vitor (2013), a influência positiva do género no reembolso poderá ser justificada pelo facto de as mulheres serem mais conscientes, mais cautelosas e disciplinadas financeiramente do que os homens. Tal como Sharma & Zeller (1997) argumentam, as taxas de reembolso serão elevadas para os mutuários do sexo feminino, dado que as mulheres tenderão a optar por projetos que apresentam um menor risco associado (aversão ao risco).

## NÍVEL EDUCACIONAL

Recapitulando o que foi enunciado anteriormente, o nível educacional (EDUC), compreendeu as categorias 0, 1 e 2, para um nível educacional baixo (ensino básico), intermédio (ensino secundário) e alto (ensino universitário), respetivamente. Tal como indicado pela maioria da literatura e evidência empírica previu-se, inicialmente, que o nível educacional influenciaria positivamente o reembolso.

Observando-se os resultados obtidos através das estimações efetuadas (modelo 1), constata-se que o nível educacional é uma variável estatisticamente significativa, com um nível de confiança de 99%, pelo que aliado ao coeficiente positivo apresentado, comprova-se, efetivamente, que quanto maior o nível educacional maior será a capacidade dos mutuários para reembolsarem o empréstimo, sem registarem dificuldades ou situações de incumprimento.

Ora, os resultados deste estudo seguem assim de acordo com a literatura e evidência empírica apresentada previamente, e que levou à formulação da hipótese para a variável “nível educacional”, em que quanto maior a formação académica do mutuário, maior será a sua capacidade para reembolsar o montante do empréstimo do microcrédito (Arene, 1992; Bhatt & Tang, 2002; Oke et al., 2007; Oladeebo & Oladeebo, 2008; Pasha & Negese, 2014; Umamuefula et al., 2012; Wongnaa & Awunyo-Vitor, 2013). Mais especificamente, os resultados seguem a mesma linha dos resultados obtidos por Bhatt & Tang (2002), pelo que segundo os autores, os mutuários necessitarão de apresentar um nível educacional elevado, para que consigam compreender informação complexa, manter os registos do negócio, proceder à análise de cash-flows, de forma a optar mais facilmente pelas decisões de negócio mais corretas e vantajosas.

Por outro lado, também se comprovam os resultados obtidos por Addisu (2006), em que o nível educacional se encontra positivamente relacionado com o desempenho do reembolso, especialmente para os mutuários que detêm um diploma universitário. Segundo o autor, os mutuários com um nível educacional superior tenderão a planear e avaliar melhor os seus negócios, antes de beneficiarem do microcrédito, e por outro lado irão aplicar o *know-how* técnico que obtiveram durante o seu percurso académico, o que fará com que tenham uma maior vantagem na fase inicial e durante toda a gestão do seu negócio.

Contrariamente, segundo Addisu (2006) os mutuários com um nível educacional mais baixo tendem, por norma, a direcionar o montante do empréstimo para outros fins, que não o seu negócio, comprometendo a sua capacidade futura de reembolso. Também os resultados obtidos por Baklouti (2013) se encontram de acordo com os deste estudo, pelo que, segundo o autor, os microempresários com um baixo nível educacional apresentam,

de facto, uma maior probabilidade de incumprimento, comparando com aqueles que detêm um grau universitário ou maior nível educacional.

## ESTADO CIVIL

O estado civil (ECIV) foi uma das variáveis explicativas que justificou a apresentação de vários modelos relativos às estimações efetuadas, aplicando a regressão logística ordinal, isto porque compreende várias hipóteses referentes aos diferentes estados civis dos mutuários que compõem a amostra, sendo assim necessário estimar os diversos coeficientes das mesmas, para se obterem resultados quanto ao seu efeito sobre o reembolso. Relembrando o que foi apresentado, anteriormente, foi formulada uma hipótese para cada um dos seis tipos de estado civil apresentados pelos mutuários que compõem a amostra. Isto é, foi feita uma previsão inicial de que os diferentes estados civis influenciariam a capacidade de reembolso dos beneficiários de microcrédito, sendo estes, “casado” (H5), “união de facto” (H6), “solteiro” (H7), “divorciado” (H8), “separado” (H9) e “viúvo” (H10). Mediante a literatura e evidência empírica, formularam-se as hipóteses, prevendo-se que o estado civil influenciaria o reembolso, porém, devido às diferentes perspectivas mencionadas na revisão de literatura, não foi possível determinar qual seria o sinal esperado para o efeito produzido.

Observando-se a **Tabela 9** e a **Tabela 10** constata-se, que existem duas hipóteses que se revelaram estatisticamente significativas, nomeadamente as hipóteses 5 e 7, o que poderá ser justificado pelo facto de a grande maioria dos mutuários que compõem a amostra, serem ou “casados” ou “solteiros”. Posto isto, e analisando o sinal dos seus coeficientes, constata-se, por um lado, que a hipótese 5 indica, com um nível de confiança de 95%, que o estado civil “casado” influencia positivamente o reembolso. Por outro lado, a hipótese 7 indica, com um nível de confiança de 99%, que o estado civil “solteiro” exerce um efeito negativo sobre o reembolso.

Os resultados obtidos são consistentes com os estudos de Vogelgesang (2003) e de Baklouti (2013), no sentido de que são os mutuários solteiros que apresentam uma maior propensão para registar incumprimento ou atrasos no reembolso do empréstimo, pois segundo os autores, estes tenderão a ser menos responsáveis do que os casados. Por outro



lado, também se comprova o enunciado nos estudos de Carling et al. (1998) e Jacobson & Roszbach (2003), em que os autores referem que os mutuários casados tenderão a efetuar o reembolso do empréstimo mais rapidamente.

Numa outra perspetiva, os resultados deste estudo, contrariam os obtidos por Dinh & Kleimeier (2007) e Wongnaa & Awunyo-Vitor (2013), dado que os autores concluem nos seus estudos, que os mutuários casados se encontram associados a uma maior taxa de incumprimento. Segundo os autores, uma maior taxa de incumprimento associada aos mutuários casados, resulta do facto de estes tenderem a apresentar uma família mais numerosa, aumentando a probabilidade de apresentarem uma maior despesa familiar, o que resultará numa maior pressão financeira para o mutuário. Ora, quanto aos beneficiários do microcrédito que compõem a amostra da presente investigação, não foi possível obter dados quanto ao agregado familiar, pelo que, no entanto, se poderá pressupor que os mesmos não apresentavam uma família numerosa, o que por sua vez fará com que os “casados” apresentem uma despesa familiar consideravelmente menor, do que aqueles que compõem a amostra do estudo de Dinh & Kleimeier (2007) e de Wongnaa & Awunyo-Vitor (2013).

## NACIONALIDADE

Tal como já foi referido anteriormente, a literatura e evidência empírica quanto à influência da nacionalidade do mutuário na taxa de reembolso é escassa ou mesmo inexistente, porém, optou-se por incluir a variável no presente estudo, de forma a se apurar o seu efeito, sobre o desempenho do reembolso dos beneficiários do microcrédito em Portugal.

No que respeita à nacionalidade (NAC), segundo as estimações realizadas, e apresentadas no modelo 1 na **Tabela 9**, verifica-se que esta variável é estatisticamente significativa, com um nível de significância de 90%, apresentando um coeficiente positivo. Ora os resultados são consistentes com a hipótese inicialmente formulada (H11), em que se pressupunha que a nacionalidade portuguesa influenciasse positivamente o desempenho de reembolso dos mutuários.

Constata-se, assim, que comparativamente aos mutuários de nacionalidade estrangeira, os de nacionalidade portuguesa terão uma maior propensão para efetuar o reembolso do montante do empréstimo de microcrédito sem registar dificuldades ou incumprimento. Isto poderá ser explicado, tal como foi pressuposto anteriormente, pelo facto de que o cidadão estrangeiro poderá encontrar maiores dificuldades em Portugal, que condicionem a sua capacidade de reembolsar o empréstimo obtido. Tal como enunciado por Dias et al. (2009), os imigrantes enfrentam uma situação económica difícil (acentuada pela crise económica vivida a partir de 2008 em Portugal), sendo caracterizados por uma maior vulnerabilidade laboral. Por outro lado, tem-se também o facto de os cidadãos estrangeiros poderem enfrentar barreiras linguísticas e culturais que, por sua vez, poderão dificultar a sua relação com as instituições de crédito.

Ao se estudar a variável nacionalidade, tal como já foi referido, e constatando-se que a nacionalidade portuguesa influencia, positivamente, a capacidade do mutuário em reembolsar o montante do empréstimo de microcrédito, não se pretende com isto, que as IMFs passem a excluir ou dificultar o acesso aos cidadãos estrangeiros dos seus programas de microcrédito. Pretende-se, sim, demonstrar que os clientes de nacionalidade estrangeira merecem particular atenção por parte das IMFs a atuar em Portugal, no sentido de que estas adotem estratégias e medidas especiais, que visem minimizar as dificuldades acrescidas que este grupo possa encontrar na fase de candidatura ao empréstimo, bem como durante o respetivo processo de reembolso.

## **SITUAÇÃO PROFISSIONAL**

Quanto à variável situação profissional (SPROF), esta assume duas categorias, nomeadamente, 0 e 1, para ocupação “extra-negócio” não remunerada, e ocupação “extra-negócio” remunerada, respetivamente. Pretendeu-se, assim, apurar se a situação profissional do mutuário influencia o desempenho de reembolso do montante de microcrédito, pressupondo-se, que uma ocupação “extra-negócio” remunerada produziria um efeito positivo sobre o reembolso (H12).

Os resultados das estimações realizadas, e apresentados no modelo 1 na **Tabela 9**, indicam que a variável é estatisticamente significativa, com um nível de significância de

90%, apresentando, por sua vez, um coeficiente positivo. Ora, estes resultados estão em concordância com a hipótese inicialmente formulada (H12), comprovando-se, de facto, que uma ocupação “extra-negócio” remunerada exerce uma influência positiva no desempenho de reembolso dos beneficiários do microcrédito.

Sendo assim, comprova-se, efetivamente, a literatura e evidência empírica que indica que os mutuários que desempenhem uma profissão remunerada, para além do seu negócio, terão uma maior capacidade de efetuar o reembolso do montante do empréstimo de microcrédito (Brehanu & Fufa, 2008; Idoge, 2013; Mashatola & Darroch, 2003; Ojiako & Ogbukwa, 2012; Vogelgesang, 2003; Wongnaa & Awunyo-Vitor, 2013).

Os resultados deste estudo coincidem com os obtidos por Brehanu & Fufa (2008) e por Wongnaa & Awunyo-Vitor (2013), em que o rendimento alternativo ao negócio dos mutuários constituiu um fator, cujo efeito no reembolso foi positivo e estatisticamente significativo. Ambos os autores incidiram sobre o setor agrícola, pelo que segundo Brehanu & Fufa (2008), o rendimento alternativo às atividades agrícolas permitirá auxiliar os agricultores a reembolsar o montante do empréstimo, mesmo em períodos de fraca colheita, e também quando o período de reembolso coincide com a época da prática de preços baixos.

Comprova-se, também, o enunciado por Vogelgesang (2003), de que no caso de as prestações serem demasiado elevadas, ou no caso da receita do negócio ser inferior ao esperado, é essencial que o mutuário disponha de fontes alternativas de rendimento.

Por outro lado, os resultados deste estudo seguem a mesma linha do argumento apresentado por Chaudhary & Ishfaq (2003) e por Roslan & Karim (2009), de que uma outra ocupação profissional remunerada, permitirá que os mutuários possam recorrer a uma fonte de rendimento alternativa para reembolsar atempadamente o montante do empréstimo obtido.

## (ii) Caraterísticas do empréstimo

### MONTANTE DO EMPRÉSTIMO

A variável montante do empréstimo (MONT) diz respeito ao montante concedido ao beneficiário do microcrédito. Pelas diferentes perspectivas apontadas pela maioria da literatura e evidência empírica quanto a esta variável, pressupôs-se, para a presente investigação, que existiria uma relação entre o montante e o desempenho de reembolso do mutuário.

Observando-se os resultados apresentados na **Tabela 9**, refletidos no modelo 1, constata-se que a variável não é estatisticamente significativa, no entanto, o seu coeficiente é negativo, o que indica que quanto maior o montante, menor será a capacidade de reembolso do mutuário.

O sinal do coeficiente converge para a perspectiva apontada por um conjunto de autores, de que quanto maior o montante do empréstimo, menor serão as taxas de reembolso apresentadas pelos mutuários (Carling et al. , 1998; Chaudhary & Ishfaq, 2003; Copisarow, 2000; Godquin, 2004; Jacobson & Roszbach, 2003; Mokhtar et al., 2012; Njoku & Odii, 1991; Sharma & Zeller, 1997). Isto traduz uma das razões apresentadas, e que se prende com o facto de que quanto maior o montante do empréstimo, maior será a tendência para o mutuário aplicar uma parcela do mesmo em outros fins que não o seu negócio, nomeadamente, em despesas de consumo próprio e em outras atividades não produtivas (Chaudhary & Ishfaq, 2003; Njoku & Odii, 1991; Van Gool et al., 2012).

Tal como Copisarow (2000) indica, os montantes elevados não serão os mais adequados para micro negócios. Segundo Mokhtar et al. (2012), os negócios dos mutuários que compõem a amostra poderão ter registado baixo ciclo de *cash flows*, o que contribuiu para que o montante do empréstimo produzisse um efeito negativo sobre o desempenho do reembolso dos beneficiários do microcrédito.

Por outro lado, e tal como apontado por Chaudhary & Ishfaq (2003), quanto maiores os montantes concedidos mais rigorosos poderão ter sido os termos e condições inerentes ao empréstimos, o que por sua vez criou dificuldades aos mutuários em efetuar o reembolso.

Outra razão, tal como indicado por Brehanu & Fufa (2008) e por Sharma & Zeller (1997), poderá ficar-se a dever ao facto de que, com um aumento no volume do crédito, o mutuário apresentou maiores dificuldades em cumprir com as obrigações do empréstimo recorrendo a fundos pessoais. Ainda segundo os autores mencionados, as sanções ou multas incrementais, aplicadas quando o mutuário não cumpriu com as suas obrigações, poderão ter contribuído para que, quanto maior o montante, maior fosse o custo associado ao seu incumprimento, dificultando, ainda mais, o processo de reembolso por parte do mutuário.

Para montantes mais elevados, segundo Jiménez & Saurina (2004), é necessário que as instituições de crédito tomem uma atitude mais cautelosa perante a concessão dos mesmos, envolvendo um maior número de técnicos com um nível elevado de experiência na concessão de crédito, para que seja prestado o melhor acompanhamento possível junto dos mutuários. Por outro lado, é importante que os montantes não sejam demasiado reduzidos, pois tal como referem Roslan & Karim (2009), montantes mais pequenos poderão ser insuficientes e limitados, criando problemas de *cash flow* aos mutuários, afetando o negócio dos mesmos. Roslan & Karim (2009) e Umamuefula et al. (2012), comprovam nos seus estudos, que os beneficiários de microcrédito que compõem a sua amostra indicaram que os montantes eram limitados e insuficientes, contribuindo, assim, para taxas de incumprimento mais elevadas. Também no caso de Portugal, através de um inquérito dirigido a 595 beneficiários do programa de microcrédito da ANDC, Silva (2014) constata que estes indicaram que o montante de microcrédito disponibilizado se revelou limitado. Tal como apresentado na caracterização da amostra, os montantes concedidos pela ANDC, variaram entre os 1.000 e os 12.500 euros.

Tal como foi referido na revisão de literatura, é importante que uma IMF defina um limite mínimo e máximo para o montante do empréstimo a conceder, isto para que este siga de encontro às necessidades dos seus beneficiários e que, por sua vez, não ponha em causa a capacidade destes em efetuar o reembolso (Ledgerwood, 1999).

## **PERÍODO DO REEMBOLSO**

Quanto à variável período de reembolso (PER) pressupôs-se, inicialmente, que esta teria um efeito (positivo ou negativo) sobre o desempenho de reembolso dos mutuários,

porém, os resultados do modelo 1, expostos na **Tabela 9**, indicam que esta não se revelou estatisticamente significativa. Quanto ao sinal do seu coeficiente, este apresenta-se positivo, o que segue de encontro à diferente literatura e evidência empírica apresentada inicialmente, que sustenta que períodos de reembolso demasiado curtos poderão ser prejudiciais para a capacidade de reembolso dos mutuários

Como tal, o coeficiente da variável, encontra-se em concordância com um dos argumentos apresentados por Ledgerwood (1998) e por Chaudhary & Ishfaq (2003), de que períodos de reembolso demasiado curtos poderão produzir um impacto negativo na capacidade de reembolso dos mutuários, dado que o seu negócio poderá ainda não ter gerado receita suficiente, para que estes consigam cumprir com o pagamento das primeiras prestações do empréstimo obtido.

O sinal positivo do coeficiente da presente variável, também coincide com os resultados obtidos por Njoku & Odii (1991), Godquin (2004), Derban et al. (2005) e Idoge (2013), no sentido de que nos seus estudos, estes concluíram que a duração do empréstimo exerceu, efetivamente, um impacto positivo no processo de reembolso. Segundo, Njoku & Odii (1991) os períodos de reembolso mais longos permitirão que os investimentos realizados pelos mutuários produzam um retorno adequado, para que estes consigam efetuar o reembolso do empréstimo, dentro dos prazos definidos. De acordo com Godquin (2004), o efeito positivo do período do reembolso é mais acentuado, quando se tratam, especialmente, de montantes mais elevados. Segundo Derban et al. (2005), um aumento do período de reembolso pode contribuir para que o valor das prestações seja menor, sendo que o pagamento das mesmas se torna mais acessível aos mutuários, influenciado positivamente o seu desempenho do reembolso do empréstimo obtido.

### **(iii)Caraterísticas do projeto/negócio**

#### **SETOR DO PROJETO/NEGÓCIO**

Para a variável “setor do projeto/negócio” (SET), consideraram-se os três principais setores de atividade que compõem uma economia, tendo sido estes classificados de acordo com o CAE, nomeadamente, o setor primário (agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca), o setor secundário (atividades transformadoras, construção e produção de energia), e o setor terciário (setor dos serviços, como o comércio, turismo, transportes e atividades financeiras).

Quanto ao efeito da variável no processo de reembolso do microcrédito, verificou-se que existem diferentes perspetivas enunciadas pela literatura e evidência empírica, pelo que seguindo esta orientação, pressupôs-se, inicialmente, que o setor influencia de facto o reembolso. Devido às diferentes perspetivas, mencionadas na revisão de literatura, formularam-se, assim, diferentes hipóteses (H15, H16 e H17), de forma a se determinar qual seria o efeito de cada um dos setores de atividade na capacidade de reembolso dos mutuários. Como tal, pelo facto de compreender várias hipóteses, referentes aos diferentes setores de atividade dos mutuários que compõem a amostra, esta também foi uma das variáveis explicativas, que justificou a apresentação de vários modelos relativos às estimações efetuadas aplicando a regressão logística ordinal.

Analisando-se os resultados obtidos, apresentados na **Tabela 9** e **Tabela 10**, verifica-se que das três hipóteses, duas se revelam estatisticamente significativas, sendo estas, nomeadamente, a hipótese 16 e 17. Posto isto, e analisando-se o sinal dos seus coeficientes, constata-se, por um lado que a hipótese 16 indica com um nível de confiança de 90%, que o setor secundário influenciou positivamente o reembolso. Por outro lado, a hipótese 17 indica, com um nível de confiança de 95%, que o setor terciário exerceu um efeito negativo no desempenho do reembolso dos mutuários que compõem a amostra deste estudo.

Comprova-se, assim, tal como apontado por Roslan & Karim (2009), de que o desempenho do mutuário no processo de reembolso poderá também ser influenciado pelo

sector de atividade do seu negócio, devido aos diferentes níveis de risco, associados aos diferentes tipos de projetos.

No caso deste estudo, o sector secundário e terciário, foram aqueles que se revelaram estatisticamente significativos, o que indica que foram estes setores que exerceram uma maior influencia sobre o desempenho do reembolso dos mutuários que compõem a amostra. No entanto, os coeficientes obtidos através das estimações efetuadas no presente estudo, contrariam os resultados obtidos por Roslan & Karim (2009), dado que os autores concluíram que os negócios inseridos no setor terciário, ou de serviços, apresentaram uma menor probabilidade de incumprimento, comparativamente aos negócios que compreendiam atividades de produção. Como tal, contraria-se o argumento apresentado por Roslan & Karim (2009), de que o setor terciário apresenta um menor nível de risco. Por outro lado, os resultados obtidos deste estudo seguem a mesma linha de Baklouti (2013), pois o autor conclui que é o setor dos serviços que apresenta uma maior probabilidade de registar uma maior taxa de incumprimento.

O setor primário, representado pela hipótese 15, não se revelou estatisticamente significativo, presumivelmente pelo facto de que este compreende uma pequena parcela das microempresas que compõem a amostra deste estudo. No entanto, observa-se que o seu coeficiente é positivo, indo de encontro aos estudos de Van Gool et al. (2012) e de Baklouti (2013). Os resultados obtidos pelos autores apontam para o setor agrícola como aquele em que existirá uma menor propensão para os mutuários enfrentarem dificuldades durante o processo de reembolso, isto porque, tal como refere Van Gool et al. (2012), a agricultura assume-se como o setor que apresenta uma maior segurança, devido a um maior controlo social e a uma baixa volatilidade. De referir que o sinal dos coeficientes do setor primário e terciário é consistente com os resultados obtidos por Baklouti (2013), pois tal como o autor refere nas suas conclusões, comparativamente às atividades de serviços, artesanais ou de pequenas trocas, são os negócios que se inserem no sector agrícola que apresentam uma maior probabilidade de os mutuários pagarem as suas dívidas. Ou seja, neste estudo, observa-se que o setor primário, que compreende as atividades agrícolas, apresenta um coeficiente positivo, pelo que contrariamente, o setor terciário, que compreende os serviços, caracteriza-se por um coeficiente negativo.



## 4. Conclusão

---

### 4.1. Considerações Finais

O microcrédito constitui uma componente da microfinança que consiste, fundamentalmente, no ato de conceder um crédito de valor reduzido aos mais pobres e que não têm acesso ao crédito bancário tradicional, sendo o montante concedido direcionado para fins empresariais ou outras atividades criadoras de valor. O microcrédito revela-se um importante instrumento financeiro de combate à pobreza e exclusão social, contribuindo, positivamente, para a vida dos seus beneficiários, através da promoção do empreendedorismo e autoemprego. Sinal deste impacto positivo, é o facto de que, durante os últimos anos, o microcrédito tem registado um crescimento e desenvolvimento exponencial nos países em desenvolvimento ou de terceiro mundo, pelo que o reconhecimento das suas potencialidades e benefícios também se tem alastrado aos países considerados desenvolvidos, como é o caso de Portugal. Considera-se que a grande pioneira e impulsionadora do microcrédito em Portugal foi a Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC), a qual foi criada com o objetivo de desenvolver no país a experiência do *Grameen Bank*, pelo que o sucesso dos seus programas de microcrédito contribuiu para que tenham surgido e continuem a surgir outras instituições e entidades responsáveis pela promoção e concessão do microcrédito. O seu recente sucesso é traduzido pelo facto de que entre o ano de 1999 e 2014, a associação apoiou, no total, 1941 projetos, registando entre 2013 e 2014 um aumento de 47,8 % no número de projetos creditados, e um aumento de 25% na procura do microcrédito.

As Instituições de Microfinança (IMFs) surgiram com o objetivo comum de disponibilizar fundos direcionados para os mais pobres e economicamente excluídos, que, por sua vez, se encontram envolvidos em atividades empresariais de micro ou pequena dimensão. Na sua maioria as IMFs são ONGs, caracterizando-se por serem instituições sem fins lucrativos, cujo financiamento provém de terceiros, tais como o Estado, governos locais ou doadores, pelo que, devido às elevadas taxas de reembolso que os programas de microcrédito têm vindo a apresentar, também as instituições inseridas no sistema financeiro formal, principalmente nos países desenvolvidos, passaram a disponibilizar serviços de microcrédito. As instituições financeiras comerciais disponibilizam o

microcrédito de forma individual (*individual-lending*), sem requerer garantias reais aos mutuários, contrariamente à maioria das IMFs, orientadas por ONGs, cujo empréstimo é disponibilizado a um grupo de beneficiários, sendo estes todos responsáveis pelo processo de reembolso (*group-lending*).

Como os beneficiários do microcrédito são maioritariamente indivíduos que apresentam maiores dificuldades financeiras, e por sua vez não possuem garantias reais, estes poderão representar um risco acrescido para a sustentabilidade e viabilidade dos programas de microcrédito, e consequentemente das IMFs. Constatase que existe um *trade-off* entre a sustentabilidade e o alcance dos programas de microcrédito, existindo as IMFs que optam em primeiro lugar por garantir a sua sustentabilidade financeira, e contrariamente, as que direcionam a sua atividade para que os seus programas de microcrédito alcancem o maior número de indivíduos. Ora, para que as IMFs consigam possibilitar o acesso aos seus produtos e serviços por parte dos seus clientes-alvo, nomeadamente, indivíduos mais pobres e economicamente excluídos, criando um impacto positivo na sua vida, sem que a sua sustentabilidade financeira seja comprometida, um dos pré-requisitos é a necessidade do seu portfólio de clientes apresentar taxas de reembolso elevadas. De forma a alcançar um equilíbrio entre a sustentabilidade e o alcance (*outreach*) dos programas de microcrédito através da maximização das taxas de reembolso, é importante que as IMFs tentem apurar quais os determinantes que influenciam o reembolso dos beneficiários do microcrédito que compõem o seu portfólio de clientes.

Assim, ao constatar-se a importância e relevância desta temática, o grande objetivo deste estudo assentou em determinar a influência que determinados fatores exercem sobre a capacidade de reembolso dos beneficiários dos programas de microcrédito em Portugal, incidindo sobre a ANDC, cuja concessão do microcrédito assenta no mecanismo de empréstimo individual. Como tal, procurou-se, também, apurar quais os determinantes que possibilitam “boas” taxas de reembolso para os programas de microcrédito dos bancos comerciais, que não dispõem do mecanismo do empréstimo em grupo (*group-lending*), referido pela literatura como uma das principais causas do sucesso da maioria das IMFs. A escolha dos determinantes do reembolso a estudar, e que por sua vez constituem as variáveis explicativas da presente investigação, resultaram da teoria e da evidência empírica de estudos previamente realizados dentro da temática do reembolso, bem como

dos dados que a ANDC teve possibilidade de disponibilizar. Assim, os fatores ou determinantes do reembolso, foram agrupados de acordo com as características individuais do mutuário (*i*), do empréstimo (*ii*) e do projeto/negócio (*iii*). Mais especificamente, as características do mutuário compreenderam a idade, o género, o nível educacional, o estado civil, a nacionalidade e a sua situação profissional. Quanto às características do empréstimo, estas foram constituídas pelo montante do microcrédito e pelo período do reembolso. Por último, as características do projeto/negócio foram representadas pelo setor do negócio do mutuário.

A amostra da presente investigação compreendeu dados relativos a 752 processos de microcrédito da ANDC, constatando-se, através de uma análise descritiva que, relativamente à situação final do reembolso se tinham 48 processos concluídos com garantia, 76 vencidos, 615 amortizados e 13 amortizados antecipadamente. De forma a identificar quais os determinantes que exerceram maior influência sobre o desempenho do reembolso dos beneficiários do microcrédito em Portugal, aplicou-se um modelo de regressão logística ordinal, com recurso ao *software* Stata. Os resultados obtidos indicam que fatores como o nível educacional, o estado civil, a nacionalidade, a situação profissional e o setor de negócio, tiveram um impacto significativo no desempenho de reembolso dos mutuários.

Concluiu-se que o nível educacional influencia positivamente o desempenho de reembolso, pelo que quanto maior forem as habilitações académicas do mutuário, maior será a sua capacidade de reembolsar o montante total do empréstimo, sem registar dificuldades ou incumprimento. Quanto ao estado civil, os resultados obtidos revelaram que os mutuários “solteiros” terão uma menor capacidade de cumprir com o reembolso do empréstimo obtido; contrariamente, o estado civil “casado” foi aquele que contribuiu positivamente para o desempenho de reembolso dos beneficiários de microcrédito. A nacionalidade também teve um impacto significativo no reembolso do microcrédito, tendo sido a nacionalidade portuguesa que influenciou positivamente o desempenho de reembolso dos mutuários. No que diz respeito à situação profissional, esta traduziu um rendimento alternativo ao negócio do mutuário, pelo que se concluiu que uma ocupação “extra-negócio” remunerada exerce uma influência positiva no desempenho de reembolso dos beneficiários do microcrédito. Quanto ao setor do negócio, os resultados revelaram que

os setores secundário e terciário produziram um impacto significativo, porém, enquanto o secundário influenciou positivamente o processo de reembolso, o setor terciário contribuiu negativamente para o desempenho do reembolso dos mutuários.

A presente dissertação foi elaborada com o intuito de auxiliar as instituições responsáveis pela concessão do microcrédito em Portugal, através da apresentação de linhas de orientação que lhes permitam reduzir a probabilidade de incumprimento dos seus clientes no reembolso do empréstimo, contribuindo, por sua vez, para que estas consigam garantir a sustentabilidade, viabilidade e alcance dos seus programas de microcrédito. Como a ANDC é considerada a principal IMF em Portugal, tendo sido a grande pioneira do microcrédito no país, e que conta já com um considerável número de processos de microcrédito concluídos, considera-se que os resultados obtidos neste estudo poderão ser, de facto, representativos do universo de estudo, constituído por todos os processos de microcrédito concedidos em Portugal, até à data. Assim, crê-se que a evidência empírica da presente dissertação poderá possibilitar melhorias na economia portuguesa, no sentido de que as IMFs, ao alcançarem a sua sustentabilidade, irão promover o desenvolvimento do empreendedorismo no país, o que poderá resultar na criação de novos postos de trabalho remunerados e na melhoria da qualidade de vida de uma parcela da população, caracterizada por se encontrar numa situação financeira desfavorável.

## **4.2. Limitações do Estudo**

O presente estudo apresenta algumas limitações, que importa referir. Uma das limitações prende-se com o facto de a literatura e evidência empírica, sobre a temática abordada neste estudo, incidir maioritariamente sobre os programas de microcrédito de países mais pobres, cujas IMFs adotam a modalidade de empréstimo em grupo (*group-lending*), e em que as atividades das microempresas compreendem o setor agrícola. Este aspeto, por sua vez, contribuiu para uma maior dificuldade na formulação e justificação das hipóteses, para que a previsão do efeito dos fatores apresentados neste estudo se adequasse, da melhor forma possível, tanto à realidade económico-social portuguesa, bem como às características das IMFs presentes no país, cuja concessão do microcrédito é realizada através do modelo de empréstimo individual (*individual-lending*).

Por outro lado, existiu alguma dificuldade na obtenção dos dados inicialmente previstos, contribuindo para que não fosse possível estudar a influência que outros fatores exercem no desempenho do reembolso dos mutuários. Isto porque, enquanto a maioria das IMFs concede o empréstimo diretamente aos mutuários, a ANDC por seu turno, é uma facilitadora do microcrédito, pelo que a concessão dos empréstimos é realizada por instituições bancárias e entidades públicas, com as quais tem parceria. Ora, isto implica que algumas informações sobre os processos de microcrédito, tanto ao nível do respetivo beneficiário, como das condições do contrato do empréstimo, não é detida pela ANDC, mas sim por instituições de crédito que, na sua maioria, não têm disponibilidade em ceder determinados dados para efeitos de investigação, o que desde logo condicionou a inclusão de outros fatores neste estudo, considerados pela literatura como importantes determinantes do reembolso.

Uma outra limitação relaciona-se com o número de processos de microcrédito que compreenderam a amostra deste estudo. Isto porque, os dados cedidos pela ANDC, compreendiam 2.060 processos de microcrédito, porém, constatou-se que existia alguma informação em falta ou que esta não seguia de acordo com os pressupostos definidos, pelo que foi necessário efetuar uma triagem dos dados inicialmente obtidos, excluindo, por exemplo, o fator taxa de juro, e fazendo com que a amostra resultasse numa lista final de 752 processos. Apesar de se considerar que a amostra será representativa do universo de estudo, que compreende todos os processos de microcrédito realizados em Portugal, poderiam ter sido obtidos resultados, que indicassem um maior número de variáveis e hipóteses estatisticamente significativas. Uma outra questão inerente aos dados prende-se com o facto de estes serem apenas registados no início do processo, o que não permitiu, por exemplo, abordar de forma distinta, as variáveis que podem sofrer alterações durante o período que vai desde a candidatura até ao fim do prazo acordado para o reembolso do empréstimo.

### **4.3. Sugestões para Futuras Investigações**

Visto que o tema em questão tem assumido uma grande relevância nos últimos anos, considera-se, assim, de extrema importância, que se prossiga com futuras investigações dentro desta temática, de forma a contribuir para um maior entendimento dos

determinantes do reembolso do microcrédito em países desenvolvidos, em que as IMF's adotam o modelo de empréstimo individual (*individual lending*). Ora, numa futura investigação, seria conveniente alargar a dimensão da amostra, incluindo todos os processos de microcrédito da ANDC, e também, processos de outras instituições e organizações responsáveis pela promoção e concessão do microcrédito em Portugal, cujo mecanismo assenta na modalidade de empréstimo individual. Outra sugestão seria a de estudar outros fatores, apontadas pela literatura e evidência empírica, como sendo importantes determinantes do desempenho do reembolso dos beneficiários do microcrédito. De forma a incluir outros determinantes numa futura investigação, dever-se-á procurar obter mais informações sobre os processos de microcrédito em Portugal, complementando-se os dados disponibilizados pelas instituições, com inquéritos ou questionários direcionados aos microempresários. Isto porque existem informações que não são possíveis de serem obtidas junto das próprias instituições, ou porque estas não registam as mesmas, aquando o processo de candidatura, ou porque se mostram reticentes quanto à cedência de determinados dados sobre os processos de microcrédito. Como tal, de forma a complementar as conclusões apresentadas neste estudo, poderão ser investigadas outros fatores relacionados com as características dos mutuários, do empréstimo e da microempresa, tais como, por exemplo, o número de dependentes e rendimento inerente ao agregado familiar do mutuário; o histórico de crédito do mutuário, que compreende a existência ou não de situações de incumprimento no passado; se o beneficiário do microcrédito tem empréstimos em curso noutras instituições bancárias; a diferença entre o montante aprovado e concedido; se o microempresário dispõe de outros apoios ao financiamento; a taxa de juro e o período de carência do empréstimo; o custo de oportunidade ou de transação, que compreende o período entre a candidatura e a concessão do microcrédito; a proximidade entre a microempresa e a instituição de microcrédito; a receita do negócio do mutuário; o número de proprietários da microempresa; a frequência do contacto entre a IMF e o mutuário, entre outros.

## Referências Bibliográficas

- Addisu, M. (2006). Micro-finance Repayment Problems in the Informal Sector in Addis Ababa. *Ethiopian Journal of Business & Development*, 1(2), 29–50.
- Afonso, J. (2010). *Microcrédito e Território - Portugal como Estudo de Caso*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Economia do Porto.
- Agresti, A. (2007). *An Introduction to Categorical Data Analysis*. Second Edition. New York: John Wiley & Sons.
- Al-Azzam, M., Hill, R., & Sarangi, S. (2012). Repayment Performance in Group Lending: Evidence from Jordan. *Journal of Development Economics*, 97(2), 404–414.
- Alves, M. (2006). O Microcrédito: mais uma panaceia? *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, (13).
- Alves, M. (2008). Com o microcrédito, devolver mais dignidade às pessoas. *Revista Migrações*, (3), 271–280.
- Alves, M. (2010). Microcredit in Portugal. In *Handbook of Microcredit in Europe: Social Inclusion through Microenterprise Development*. Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing, Inc.
- ANDC (2006). *Estatutos da ANDC*. Consultado a 1 de Outubro de 2015 em [http://www.microcredito.com.pt/folder/galeria/ficheiro/11\\_Estatutos\\_ifh7rh5zd5.pdf](http://www.microcredito.com.pt/folder/galeria/ficheiro/11_Estatutos_ifh7rh5zd5.pdf).
- ANDC (2014). *Relatório de Atividades e Contas*. Consultado a 1 de Outubro de 2015 em [http://www.microcredito.com.pt/folder/galeria/ficheiro/11\\_Relatorio\\_ANDC\\_2014\\_jwtkfjb3zl.pdf](http://www.microcredito.com.pt/folder/galeria/ficheiro/11_Relatorio_ANDC_2014_jwtkfjb3zl.pdf).
- ANDC (2015a). *Apresentação Institucional*. Consultado a 1 de Outubro de 2015 em [http://www.microcredito.com.pt/folder/galeria/ficheiro/11\\_ANDC\\_Institucional\\_Abri12015\\_rejvp34ff1.pdf](http://www.microcredito.com.pt/folder/galeria/ficheiro/11_ANDC_Institucional_Abri12015_rejvp34ff1.pdf).
- ANDC (2015b). *Origem do microcrédito*. Consultado a 1 de Outubro de 2015 em <http://www.microcredito.com.pt/microcredito-no-mundo/origem-do-microcredito/muhammad-yunus/28>.

- ANDC (2015c). *Quem somos*. Consultado a 1 de Outubro de 2015 em <http://www.microcredito.com.pt/sobre-a-andc/a-andc/quem-somos/11>.
- Arene, C. (1992). Loan Repayment and Technical Assistance Among Smallholder Maize Farmers in Nigeria. *African Review of Money, Finance and Banking*, (1), 63–74.
- Armendariz, B., & Morduch, J. (2000). Microfinance Beyond Group Lending. *Economics of Transition*, (8), 401–420.
- Baklouti, I. (2013). Determinants of Microcredit Repayment: The Case of Tunisian Microfinance Bank. *African Development Review*, 25(3), 370–382.
- Balogun, E., & Adekunle, A. (1988). Loan Delinquency Among Small Farmers in Developing Countries: A Case Study of the Small-Farmer Credit Programme in Lagos State of Nigeria. *CBN Economic and Financial Review*, 26(3), September.
- Besley, T., & Coate, S. (1995). Group lending, Repayment Incentives and Social Collateral. *Journal of Development Economics*, 46, 1–18.
- Bhatt, N., & Tang, S. (2002). Determinants of Repayment in Microcredit: Evidence from Programs in the United States. *International Journal of Urban and Regional Research*, 26(6), 360–376.
- Bos, M. (2010). *Accept or Reject: Do Immigrants Have Less Access to Bank Credit? Evidence from Swedish Pawnshop Customers*. SULCIS Working Papers 2012:1, Stockholms Universitet.
- Boyle, M., Crook, J., Hamilton, R., & Thomas, L. (1992). Methods for Credit Scoring Applied to Slow Payers. In L. Thomas, J. Crook, & D. Edelman (Eds.), *Credit Scoring and Credit Control* (pp. 75–90). Oxford: Clarendon Press.
- Brehanu, A., & Fufa, B. (2008). Repayment Rate of Loans from Semi-formal Financial Institutions Among Small-scale Farmers in Ethiopia: Two-limit Tobit analysis. *Journal of Socio-Economics*, 37(6), 2221–2230.
- Canala, R. (2010). *Microcredit in Advanced Economies as a “third way”: a Theoretical Reflection*. Munich, Germany: Munich Personal RePEc Archive.



- Capucha, L., Guerreiro, M., Bernardo, J., Madelino, F., Calado, A., Correia, S., & Silva, A. (2005). *Formulação de Propostas de Conceção Estratégica das Intervenções Operacionais no Domínio da Inclusão Social*. Lisboa, Portugal: ISCTE- DGDR.
- Carling, K., Jacobson, T. & Roszbach, K. (1998). *Duration of Consumer Loans and Bank Lending Policy: Dormancy Versus Default Risk*. Working Paper No 280. Working Paper Series in Economics and Finance, Stockholm School of Economics.
- CGAP (1998). *External Audits of Microfinance Institutions: A Handbook* (Vol. 2). Washington, DC, USA: Consultative Group to Assist the Poorest (CGAP).
- CGAP (2015). *About CGAP*. Consultado em 1 de Outubro de 2015 em <http://www.cgap.org/>.
- Chaudhary, M., & Ishfaq, M. (2003). Credit Worthiness of Rural Borrowers of Pakistan. *Journal of Socio-Economics*, 32, 675–684.
- Chirwa, E. (1997). An Econometric Analysis of the Determinants of Agricultural Credit Payment in Malawi. *African Review of Money Finance and Banking*, 1-2, 107-122.
- Christen, R. (1997). *Banking Services for the Poor: Managing for Financial Success: An Expanded and Revised Guidebook for Developing Finance Institutions*. Boston, USA: ACCION International.
- Churchill, C. (1999). *Client-Focused Lending: The Art of Individual Lending*. Toronto, Canada: Calmeadow.
- Clark, C. (1940). *The Conditions of Economic Progress*. Michigan, USA: Macmillan and co., limited.
- Conning, J. (1999). Outreach, Sustainability And Leverage In Monitored And Peer-Monitored Lending. *Journal of Development Economics*, 60(1), 51–77.
- Copisarow, R. (2000). The Application of Microcredit Technology to the UK: Key commercial and policy issues. *Journal of Microfinance*, 2, 13–41.
- Counts, A. (2008). *Small Loans, Big Dreams: How Nobel Prize Winer Muhammad Yunus and Microfinance are Changing the World* (2008th ed.). New York, USA: John Wiley.

- D'Espallier, B., Guérin, I., & Mersland, R. (2011). Women and Repayment in Microfinance: A Global Analysis. *World Development*, 39(5), 758–772.
- Demirgüç-Kunt, A., Beck, T., & Honohan, P. (2008). *Finance for All? Policies and Pitfalls in Expanding Access. Policy Research Report*. Washington, DC, USA: The World Bank.
- Derban, W., Binner, J., & Mullineux, A. (2005). Loan Repayment Performance in Community Development Finance Institutions in the UK. *Small Business Economics*, 25, 319–332.
- Dias, B., Silva, E., Kumar, R., & Ralha, T. (2009). *Acesso dos Imigrantes aos Serviços Bancários em Portugal*. Lisboa, Portugal: Alto-Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural.
- Dinh, T., & Kleimeier, S. (2007). A Credit Scoring Model for Vietnam's Retail Banking Market. *International Review of Financial Analysis*, 16, 471–495.
- Dixon, R., Ritchie, J., & Siwale, J. (2007). Loan Officers and Loan “delinquency” in Microfinance: a Zambian case. *Accounting Forum* 31, 47–71.
- Fisher, A. (1939). Production, Primary, Secondary and Tertiary. *Economic Record*, 15(1), 24–38.
- Fourastié, J. (1954). *Die große Hoffnung des 20. Jahrhunderts*. (“The Great Hope of the 20th Century”). Köln-Deutz.
- Ghatak, M. (1999). Group Lending, Local Information and Peer Selection. *Journal of Development Economics*, 60(1), 27–50.
- Godquin, M. (2004). Microfinance Repayment Performance in Bangladesh: How to Improve the Allocation of Loans by MFIs. *World Development*, 32(11), 1909–1926.
- Greenbaum, S., & Thakor, A. (1995). *Contemporary Financial Intermediation*. Fort Worth: The Dryden Press.
- Greene, W. (2011). *Econometric Analysis*. 7th edition. Prentice-Hall.
- Guttman, J. (2007). *Repayment Performance in Microcredit Programs: Theory and Evidence*. Working Paper. Networks Financial Institute. Indiana State University.

- Hartarska, V. (2005). Governance and Performance of Microfinance Institutions in Central and Eastern Europe and the Newly Independent States. *World Development*, 33(10), 1627–1643.
- Hazeltine, B., & Bull, C. (2003). *Field Guide to Appropriate Technology*. San Diego, USA: Academic Press.
- Hermes, N., & Lensink, R. (2011). Microfinance: Its Impact, Outreach, and Sustainability. *World Development*, 39(6), 875-881.
- Hulme, D., & Mosley, P. (1996). *Finance Against Poverty*. London, England: Volume 2, Routledge.
- Hunte, C. (1996). Controlling Loan Default and Improving the Lending Technology in Credit Institutions. *Savings and Development*, 20(1), 45–59.
- Idoge, D. (2013). Regionalising Loan Repayment Capacity of Small Holder Cooperative Farmers in Nigeria : Exploring South-South Nigeria, *Journal of Biology, Agriculture and Healthcare*, 3(7), 176–184.
- INE (2007). *Classificação Portuguesa das Actividades Económicas* (CAE—Rev. 3). Consultado a 1 de Outubro de 2015 em <https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=caerev3&xpid=INE>.
- Jacobson, T., & Roszbach, K. (2003). Bank Lending Policy, Credit Scoring and Value-at-risk. *Journal of Banking & Finance*, 27(4), 615–633.
- Jiménez, G., & Saurina, J. (2004). Collateral, Type of Lender and Relationship Banking as Determinants of Credit Risk. *Journal of Banking and Finance*, 28, 2191–2212.
- Khandker, S., Khalily, B., & Khan, Z. (1995). *Grameen Bank: Performance and Sustainability*. Discussion Paper No. 306. Washington, DC: The World Bank.
- Kočenda, E., & Vojtek, M. (2012). Default Predictors in Retail Credit Scoring: Evidence from Czech Banking Data. *Emerging Markets Finance and Trade*, 47(1015), 80–98.
- Kodongo, O., & Kendi, L. (2013). Individual Lending Versus Group Lending: An Evaluation with Kenya's Microfinance Data. *Review of Development Finance*, 3(2), 99–108.

- Kowalik, M., & Martinez-miera, D. (2010). *The Creditworthiness of the Poor A Model of the Grameen Bank*. The Federal Reserve Bank of Kansas City. Economic Research Department.
- La Torre, M., & Vento, G. (2006). *Microfinance*. London, England: Palgrave Macmillan.
- Ledgerwood, J. (1996). *Financial Management Training for Microfinance Organizations: Finance Study Guide*. New York: PACT Publications (for Calmeadow).
- Ledgerwood, J. (1999). *Microfinance Handbook: An Institutional and Financial Perspective*. Washington, DC, USA: The World Bank.
- Lehner, M. (2009). *Group Lending Versus Individual Lending in Microfinance*. Discussion Paper No. 299. Munich, Germany: University of Munich.
- Long, J. (1997). *Regression Models for Categorical and Limited Dependent Variables*. Thousand Oaks, CA, USA: Sage Publications.
- Long, J., & Freese, J. (2001). *Regression Models for Categorical Dependent Variables using Stata*. College Station, TX, USA: Stata Press.
- Madajewicz, M. (2011). Joint Liability Versus Individual Liability in Credit Contracts. *Journal of Economic Behavior and Organization*, 77(2), 107–123.
- Mashatola, M., & Darroch, M. (2003). Factors Affecting the Loan Status of Sugarcane Farmers using a Graduated Mortgage Loan Repayment Scheme in KwaZulu-Natal. *Agrekon*, 42(4), 353–365.
- MIX (2011). *2010 MFI Benchmarks*. Consultado a 5 de Outubro de 2015 em <http://www.themix.org/publications/microbanking-bulletin/2011/10/2010-mfi-benchmarks>.
- MIX (2015). *Sobre a MIX Market*. Consultado a 5 de Outubro de 2015 em <http://www.mixmarket.org/about>.
- Mokhtar, S., Nartea, G., Zealand, N., & Gan, C. (2012). Determinants of Microcredit Loans Repayment Problem Among Microfinance Borrowers in Malaysia. *International Journal of Business and Social Research (IJBSR)*, 2, 33–45.

- Morduch, J. (1999). The Microfinance Promise. *Journal of Economic Literature*, 37(4), 1569-1614.
- Morduch, J. (2000). The microfinance Schism. *World Development*, 28(4), 617–629.
- Navajas, S., Schreiner, M., Meyer, R., Gonzalez-Vega, C., & Rodriguez-Meza, J. (2000). Microcredit and the Poorest of the Poor: Theory and Evidence from Bolivia. *World Development*, 28(2), 333–346.
- Nawai, N., & Shariff, M. (2010). Determinants of Repayment Performance in Microcredit Programs : A Review of Literature. *International Journal of Business and Social Science*, 1(2), 152–161.
- Nawai, N., & Shariff, M. (2012). Factors Affecting Repayment Performance in Microfinance Programs in Malaysia. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 62, 806–811.
- Njoku, J., & Odii, M. (1991). Determinants of Loan Repayment Under the Special Emergency Loan Scheme (SEALS) in Nigeria: a Case Study of Imo State. *African Review of Money, Finance and Banking - Supplement to "Savings and Development,"* (1), 39–52.
- Ojiako, I., & Ogbukwa, B. (2012). Economic Analysis of Loan Repayment Capacity of Small-holder Cooperative Farmers in Yewa North Local Government Area of Ogun State, Nigeria. *African Journal of Agricultural Research*, 7(13), 2051–2062.
- Oke, J., Adeyemo, R., & Agbonlahor, M. (2007). An Empirical Analysis of Microcredit Repayment in Southwestern Nigeria. *Journal of Human Behavior in the Social Environment*, 16(March 2015), 37–55.
- Oladeebo, J., & Oladeebo, O. (2008). Determinants of Loan Repayment Among Smallholder Farmers in Ogbomoso Agricultural Zone of Oyo State, Nigeria. *Journal of Social Sciences*, 17(1), 59–62.
- Otero, M. (1999). Bringing Development Back , into Microfinance. *Journal of Microfinance*, 1(1), 1–10.
- Özdemir, Ö. (2004). *An Empirical Investigation on Consumer Credit Default Risk*. Turkish Economic Association Discussion Paper 2004/20.

- Papias, M., & Ganesan, P. (2009). Repayment Behaviour in Credit and Savings Cooperative Societies: Empirical and Theoretical Evidence from Rural Rwanda. *International Journal of Social Economics*, 36(5), 608–625.
- Pasha, S., & Negese, T. (2014). Performance of Loan Repayment Determinants in Ethiopian Micro Finance-An Analysis. *Eurasian Journal of Business and Economics*, 7(13), 29–49.
- Paxton, J., & Cuevas, C. (1996). *A Worldwide Inventory of Microfinance Institutions. Sustainable Banking with the Poor*. The World Bank.
- Pischke, J., Yaron, J., & Zander, R. (1998). Why Credit Project Repayment Performance Declines. *Savings and Development*, 22(2), 149–180.
- Powers, D., & Xie, Y. (2008). *Statistical Methods for Categorical Data Analysis, 2nd Edition*. Emerald Group Publishing Ltd.
- Reinke, J. (1998). How to Lend Like Mad and Make a Profit: A Microcredit Paradigm Versus the Startup Fund in South Africa. *Journal of Development Studies*, 34:3(February 2015), 44–61.
- Rhyne, E. (1998). The Yin and Yang of Microfinance: Reaching the Poor and Sustainability. *The Microbanking Bulletin*, (2), 6 – 8.
- Rhyne, E., & Otero, M. (2006). *Microfinance through the Next Decade: Visioning the Who, What, Where, When and How*. Boston, USA: ACCION.
- Robinson, M. (2001). *The Microfinance Revolution: Sustainable Finance for the Poor* (Vol. 1). Washington, DC, USA: The World Bank.
- Roslan, A. H., & Karim, M. (2009). Determinants of Microcredit Repayment in Malaysia : The Case of Agrobank. *Humanity & Social Sciences Journal*, 4, 45–52.
- Schreiner, M., & Colombet, H. (2001). From Urban to Rural: Lessons for Microfinance from Argentina. *Development Policy Review*, 19(3), 339–354.
- Sebstad, J., & Chen, G. (1996). *Overview of Studies on the Impact of Microenterprise Credit*. Washington, DC, USA: Management Systems International.

- Sengupta, R., & Aubuchon, C. P. (2008). The Microfinance Revolution: An Overview. *Federal Reserve Bank of St. Louis Review*, 90, 9–30.
- Sharma, M., & Zeller, M. (1997). Repayment Performance in Group-based Credit Programs in Bangladesh: An Empirical Analysis. *World Development* 25(10), 1731–1742.
- Silva, S. (2014). *Micro-negócios: Avaliar, Divulgar, Partilhar*. Lisboa, Portugal: Associação Nacional de Direito ao Crédito.
- Stearns, K. (1995). *The Hidden Beast: Delinquency in Microenterprise Credit Programs*. Somerville, MA, USA: ACCION International. Discussion Paper NO 5.
- Stiglitz, J. (1990). Peer Monitoring and Credit Markets. *The World Bank Economic Review*, 4(3), 351–366.
- Umamuefula, S., Onyeagocha, O., Angus, S., Dixie, N., & Chukwuemeka, E. (2012). Determinants of Repayment of Loan Beneficiaries of Micro Finance Institutions in Southeast States of Nigeria. *International Journal of Agricultural Management & Development (IJAMAD)*, (2(3)), 167–175.
- Valadez, R., & Buskirk, B. (2011). From Microcredit to Microfinance: a Business Perspective. *Journal of Finance and Accountancy*, 6, 1–18.
- Van Gool, J., Verbeke, W., Sercu, P., & Baesens, B. (2012). Credit Scoring for Microfinance: is it worth it? *International Journal of Finance & Economics*, 17(2), 103–123.
- Vogelgesang, U. (2003). Microfinance in Times of Crisis: The Effects of Competition, Rising Indebtedness, and Economic Crisis on Repayment Behavior. *World Development*, 31(12), 2085–2114.
- Von Pischke, J. (1991). *Finance at the Frontier: Debt Capacity and the Role of Credit in the Private Economy*. Washington, DC, USA: The World Bank, EDI Development Studies.
- Woller, G., & Parsons, R. (2002). Assessing the Community Economic Impact of Microfinance Institutions. *Journal of Development Entrepreneurship*, 7(2), 133–150.

- Woller, G., & Schreiner, S. (2006). *Poverty Lending, Financial Self-sufficiency and the Six Aspects of Outreach*. New York, USA: SEEP Network Publications.
- Wongnaa, C., & Awunyo-Vitor, D. (2013). Factors Affecting Loan Repayment Performance among Yam Farmers in the Sene district, Ghana. *Agris On-line Papers in Economics and Informatics*, 5(2), 111–122.
- Wooldridge, J. (2001). *Econometric Analysis of Cross Section and Panel Data*. Cambridge, MA, USA: MIT Press.
- Wright, G. (2000). *Microfinance Systems : Designing Quality Financial Services for the Poor*. London, England: Zed Books.
- Yunus, M., Moingeon, B., & Lehmann-Ortega, L. (2010). Building Social Business Models: Lessons from the Grameen Experience. *Long Range Planning*, 43(2-3), 308–325.
- Zeller, M., & Meyer, R. (2002). *The Triangle of Microfinance: Financial Sustainability, Outreach, and Impact*. Washington, DC, USA: The International Food Policy and Research Institute.



## **Anexos**



## **Anexo I – Ocupações Remuneradas e Não Remuneradas**

**Tabela 11** Ocupações "extra-negócio" remuneradas e não remuneradas na amostra

	<b>Situação Profissional Indicada pelo Mutuário na Ficha de Candidatura da ANDC</b>
<b>Ocupação Não Remunerada</b>	Desempregado Desempregado de longa duração Doméstica Estudante Trabalhador familiar não remunerado
<b>Ocupação Remunerada</b>	Empregador Reformado Trabalhador informal Trabalhador por conta de outrem Trabalhador por conta de outrem em fim de contrato Trabalhador por conta própria / ENI

## **Anexo II – Divisão das Atividades das Microempresas de acordo com o CAE**

**Tabela 12** Setores de atividade das microempresas da amostra

<b>Setores</b>	<b>Atividades das Microempresas</b>
<b>Setor Primário</b>	A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca
<b>Setor Secundário</b>	C - Indústrias transformadoras E - Captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição F - Construção
<b>Setor Terciário</b>	G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos H - Transportes e armazenagem I - Alojamento, restauração e similares J - Atividades de informação e comunicação K - Atividades financeiras e de seguros L - Atividades imobiliárias M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio O - Administração pública e defesa, segurança social obrigatória P - Educação Q - Atividades de saúde humana e apoio social R - Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas S - Outras atividades de serviços

## **Anexo III – Resultados da Regressão Ordinal *Probit***

**Tabela 13** Resultados das estimações aplicando uma regressão ordinal *probit*

<b>MODELO 1</b>			
<b>Variáveis Explicativas</b>	<b>Hipóteses</b>	<b>Coefficiente</b>	<b>z</b>
<b>IDA</b>	<b>H1</b>	-0.0316479	-0.29
	<b>H2</b>		
<b>GEN</b>	<b>H3</b>	0.0620679	0.62
<b>EDUC</b>	<b>H4</b>	0.2138527	2.82*
	<b>H5</b>	0.2513936	2.09**
<b>ECIV</b>	<b>H6</b>		
	<b>H7</b>		
	<b>H8</b>		
	<b>H9</b>		
<b>NAC</b>	<b>H10</b>		
<b>NAC</b>	<b>H11</b>	0.3705524	1.77***
<b>SPROF</b>	<b>H12</b>	0.1869551	1.82***
<b>MONT</b>	<b>H13</b>	-0.0000258	-0.98
<b>PER</b>	<b>H14</b>	0.0127204	1.34
	<b>H15</b>		
<b>SET</b>	<b>H16</b>	0.2437303	1.65***
	<b>H17</b>		
	/cut1	-0.5185528	
	/cut2	0.0473023	
	/cut3	3.216599	
	Número de Obs	752	
	LR chi2(9)	22.29	
	Prob > chi2	0.0080	
	R2	0.0231	
	Log-likelihood	-471.55506	
<b>Notas:</b> ***, ** e * representam níveis de significância de 10%, 5% e 1% respetivamente.			